

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

VICTOR LONGHI BASSETTO

**Agricultura Urbana e Políticas Públicas no município de São Paulo:
um estudo de caso no distrito de Parelheiros**

São Paulo
2022

VICTOR LONGHI BASSETTO

**Agricultura Urbana e Políticas Públicas no município de São Paulo:
um estudo de caso no distrito de Parelheiros**

Trabalho de Graduação Integrado (TGI) apresentado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof.a. Dra. Valeria de Marcos

São Paulo
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Ba BASSETTO, Victor Longhi
Agricultura Urbana e Políticas Públicas no
município de São Paulo: um estudo de caso no distrito
de Parelheiros / Victor Longhi BASSETTO; orientadora
Valeria de MARCOS - São Paulo, 2022.
146 f.

TGI (Trabalho de Graduação Individual)- Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia.

1. Agricultura Urbana. 2. Políticas Públicas. 3.
São Paulo. 4. Parelheiros. I. MARCOS, Valeria de,
orient. II. Título.

BASSETTO, Victor Longhi. **Agricultura Urbana e Políticas Públicas no município de São Paulo**: um estudo de caso no distrito de Parelheiros. 2022. Trabalho de Graduação Integrado (TGI) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

AGRADECIMENTOS

O trabalho que apresentamos nas seguintes páginas jamais teria sido possível no âmbito da individualidade. Gostaríamos portanto de dedicar algumas palavras para reconhecer e agradecer a toda a teia de sujeitos envolvidos nessa investida, que aportaram entre outras coisas conhecimentos, informações e referências bem como apoio e incentivo.

Primeiramente agradecemos à nossa orientadora, a Prof.a. Dra. Valeria de Marcos que em 2016 despertou nosso interesse pela Geografia Agrária nos levando a participar de trabalhos de campo, monitorias e grupos de estudo que foram fundamentais em nossa formação acadêmica. Agradecemos ainda por todas as orientações, recomendações e instruções durante o desenvolvimento desta investigação e deste relatório.

Gostaríamos de reconhecer também o trabalho do Grupo de Trabalho de Agroecologia Grupo de Trabalho em Agroecologia (GT AGROECO) - braço do Centro de Estudos Geográficos "Filipe Varea Leme" (CEGE-USP) - do qual participamos por quase toda a nossa trajetória na graduação e que nos proporcionou um enorme aprofundamento teórico-prático no universo da agricultura em especial aquela de caráter agroecológico e vinculada aos movimentos sociais. Agradecemos também ao conjunto do Departamento de Geografia (DGEO), da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), e da Faculdade de Educação (FEUSP) onde trilhamos nossa caminhada do letramento acadêmico no Bacharelado e Licenciatura.

Agradeço também à minha companheira Marcela que colaborou para o presente trabalho em diversos momentos, da redação à formatação ABNT, contribuindo com ideias e propostas que enriqueceram nossa pesquisa. Agradecemos ao colega de curso Miguel Gonzalez que além de ter sido um companheiro em diversas disciplinas foi o responsável pelo mapeamento que apresentamos no item 4.4.

Reconhecemos e agradecemos a todos e todas pesquisadoras que contribuíram para o presente trabalho, ainda que indiretamente através de seus legados bibliográficos. Nesse sentido agradecemos especialmente à Thamires Fakih e à Angélica Nakamura, que além de serem parte central de nossas referências bibliográficas também se dispuseram a participar de entrevistas para o presente trabalho.

Nosso mais sincero agradecimento a todos os agricultores que se dispuseram a nos receber em seus sítios e chácaras, sem os quais nossa investigação não teria o menor sentido

de existir. Agradecemos ao Juarez, Benê, Ernesto, Eduardo que nos acolheram em seus sítios com grande abertura e entusiasmo, bem como ao Mauro Spalding que facilitou o contato com alguns desses agricultores. Agradecemos à Prefeitura do Município de São Paulo que por meio da plataforma Sampa+Rural disponibilizou contatos de mais de 40 agricultores do extremo Sul do município e que também foi fundamental nesse processo de investigação em campo.

Ainda sobre o campo, agradecemos ao técnico Cristiano da Casa de Agricultura Ecológica de Parelheiros que nos recebeu no espaço e concedeu uma entrevista bem como à Roseli da Escola de Agroecologia de Parelheiros, que também nos apresentou a escola e concedeu entrevista.

Por fim, agradecemos à banca examinadora que se disponibilizou a ler e analisar o presente trabalho.

Esperamos que o nosso Trabalho de Graduação Integrado (TGI) possa deixar algum tipo de contribuição para a atividade agrícola do município.

Muito obrigado!

*É debaixo da terra; No silêncio do chão
Onde não é superfície; O olho não enxerga não
É no fundo do peito; Junto do coração
Onde não é superfície; O olho não enxerga não
Mas ela tá lá...*

*Na espreita ela espera (a dor)
Mais bonita mais singela (a flor)
Venha chuva clarear; Faz a terra estremecer
Tira ela pra dançar; Germinar eu quero ver
E já vai chegar, e já vai chegar
Então o olho verá...*

*Árvore que dá o fruto; Num processo tão bonito
Do fruto nasce a semente; E assim se repete o ciclo
Ciclo onde o dinheiro é nada; Lá quem manda é o mistério
A voz de fora mercenária; Inventar a semente estéril*

*Agora quem marca o gado é o mercado (cristo-rei)
Dita as regras, faz o jogo, dá as cartas, faz a lei
A cidade é o modelo da verdade da nação
Palco da nossa novela, tela de televisão
Tudo é lindo! Tudo é bom! Muita luz e muito som!
"E cai a máscara"; Num aperto de um botão
E bem no fundo lá no fundo; Onde mora o coração*

*Até mesmo a cidade
Dona rica e poderosa
Tem saudade lá da roça
Tem saudade do sertão
E quando o sertanejo toca
Na viola o seu lamento
Longe avoa o pensamento
Fundo bate o sentimento e
Dentro do apartamento
A cidade tem vontade de chorar*

Ciranda, canção de *El Efecto*

RESUMO

BASSETTO, Victor Longhi. Agricultura Urbana e Políticas Públicas no município de São Paulo: um estudo de caso no distrito de Parelheiros. 2022. Trabalho de Graduação Integrado (TGI) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Em suas diversas tipologias e formatos, das hortas ativistas aos sítios produtivos, a agricultura urbana é uma atividade relativamente consolidada que encontra-se em franca expansão no município de São Paulo. Nos últimos 20 anos acompanhamos uma ebulição de políticas públicas municipais que buscavam fomentar e promover a atividade enquanto elemento estratégico da gestão pública e do planejamento estatal. Nesse período pudemos observar um movimento de expansão e estruturação do território da agricultura urbana, com maior destaque para o distrito de Parelheiros que se configura enquanto um dos principais enclaves agrícolas do município. Foram registrados incrementos consideráveis no número de unidades produtivas, na quantidade de pessoas envolvidas com a atividade e no circuito de distribuição desses bens agrícolas. O presente trabalho teve como objetivo investigar como se deu a atuação do poder público no distrito de Parelheiros, buscando revelar os impactos socioeconômicos decorrentes das políticas públicas implementadas, dentre elas o projeto Ligue os Pontos que é a mais recente proposta da municipalidade para promoção agrícola. Combinando trabalho de gabinete com investigação em campo, pudemos reconhecer uma forte correlação entre as políticas públicas e o fortalecimento da agricultura do município, podendo ainda identificar algumas das formas de articulação entre poder público e famílias agricultoras, bem como os êxitos e limitações deste processo. Também faz parte desse trabalho uma discussão conceitual e histórica sobre a agricultura urbana, seus potenciais benefícios e as possíveis formas de promovê-la desde o Estado.

Palavras-chave: Agricultura Urbana, Políticas Públicas, São Paulo, Parelheiros.

ABSTRACT

BASSETTO, Victor Longhi. **Urban Agriculture and Public Policies in São Paulo: a case study of Parelheiros**. 2022. Trabalho de Graduação Integrado (TGI) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

In its many types and forms, from activist gardens to productive sites, urban agriculture is a relatively consolidated activity that is rapidly expanding in the city of São Paulo. In the last 20 years, we have followed an ebullition of municipal public policies that proposed to foster and promote the activity as a strategic element of public management and state planning. During this period, we could observe a movement of expansion and structuring of the territory of urban agriculture, with greater emphasis on the district of Parelheiros, which is configured as one of the main agricultural enclaves of the municipality. Considerable increases were recorded in the number of productive units, in the number of people involved in the activity and in the distribution circuit of these agricultural goods. The present work aimed to investigate how the public power acted in the district of Parelheiros, seeking to reveal the socioeconomic impacts resulting from the implemented public policies, among them the project Ligue os Pontos, which is the most recent proposal of the municipality for agricultural promotion. Articulating office work with field research, we were able to recognize a strong correlation between public policies and the strengthening of agriculture in the municipality, and we could also identify some of the forms of articulation between public authorities and farming families, as well as the successes and limitations of this process. Also part of this work is a conceptual and historical discussion about urban agriculture, its potential benefits and possible ways to promote it from the State.

KeyWords: Urban Agriculture, Public Policies, São Paulo, Parelheiros.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Unidades de Produção Agropecuária (UPA) do Município de São Paulo: Zona Sul.....	82
Mapa 2. Mapa de Cobertura do Solo, Município de São Paulo: Zona Sul.....	87
Mapa 3. Zona Rural e Urbana do município com as áreas agrícolas mapeadas.....	91
Mapa 4. Localização dos locais visitados no trabalho de campo.....	97
Mapa 5. Cobertura do do Solo no Distrito de Parelheiros - São Paulo (SP), 2000.....	114
Mapa 6. Extensão das UPAs (ha), Município de São Paulo, Zona Sul.....	143

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1. Cartaz ativista de divulgação da Agricultura Urbana: "Embaixo do cimento está o seu alimento".....	17
Imagem 2. Síntese dos múltiplos impactos e benefícios da Agricultura Urbana.....	34
Imagem 3. Funções da agricultura urbana compartmentadas em dimensões de influência....	35
Imagem 4. Localização relativa das Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) do Município de São Paulo.....	50
Imagem 5. Panorama da agricultura no município de São Paulo com número de Unidades de Produção Agropecuária (UPAs), Aldeias Guarani, Hortas urbanas e Hortas em equipamentos públicos.....	52
Imagem 6. Panorama da transição agroecológica e dos agricultores orgânicos do município.....	52
Imagem 7. Distribuição das UPAs por tamanho (em hectare).....	88
Imagem 8. Vínculo do entrevistado com a Propriedade das Unidades de Produção Agropecuária (UPA).....	89
Imagem 9. Foto do agricultor Juarez em seu sítio comentando sobre o manejo do quiabo, cultura agrícola que é popular no distrito.....	99
Imagem 10. Foto panorâmica de um dos roçados de Juarez, onde produz diversas hortaliças em sistema agroflorestal.....	99
Imagem 11. Foto do agricultor Benê apresenta seus canteiros principais, onde produz verduras para comercialização, com destaque para as couves (3 tipos diferentes), alface e temperos.....	100
Imagem 12. Foto da roça principal do sítio Oyama, com produção de couve, nabo, tomate, mostarda e feijão.....	101
Imagem 13. Foto da plantação de maxixe (treliças) e manjericão (direita) no sítio Oyama.....	101
Imagens 14 e 15. Foto da criação de galinhas do Juarez e detalhe do interior do galinheiro, resultado da parceria com o poder público no projeto Ligue os Pontos.....	108
Imagem 16. Estufa para produção de cogumelos em toras no sítio Oyama, implementado pelo projeto Ligue Os Pontos.....	109

Imagem 17. Foto do Eduardo, no sítio Seu Domingos, em seus canteiros de morango com a técnica do mulching plástico. Foto disponibilizada pelo agricultor Eduardo.....	110
Imagem 18. Fluxograma do processo de mapeamento realizado na disciplina de Cartografia Ambiental.....	114
Imagem 19. Infográfico sobre execução orçamentária da fase 2 do LoP.....	140
Imagem 20. Folder de divulgação do balanço do projeto Ligue os Pontos.....	141
Imagem 21. Folder de divulgação do projeto Ligue os Pontos.....	142

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Tipos de agricultura urbana identificados no município de São Paulo.....	49
Tabela 2. Dados de produção de lavouras permanentes, temporárias e pastagens no município de São Paulo - Censo Agropecuário 2006 e 2017.....	51
Tabela 3. Número de estabelecimentos agropecuários por estudo ou cadastro e ano, Município de São Paulo (SP).....	92
Tabela 4. Estatísticas Agrícolas, Município de São Paulo (SP), Lupa (2007/2008) e Lupa (2016/2017).....	93
Tabela 5. Dados de produção de lavouras permanentes, temporárias e pastagens no município de São Paulo (SP), Censo Agropecuário 2006 e 2017 (IBGE).....	93
Tabela 6. Relação dos agricultores contatados com nome do sítio, nome do agricultor, coordenadas, sistema produtivo e tipo de contato.....	96
Tabela 7. Relação dos técnicos e gestores contatados com nome do local, nome do entrevistado, coordenadas, função e tipo de contato.....	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAO	Associação De Agricultura Orgânica (AAO)
AAZL	Associação dos Agricultores da Zona Leste
AMLURB	Autoridade Municipal de Limpeza Urbana
APRM	Área de Proteção e Recuperação de Mananciais
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
AU	Agricultura Urbana
CAE	Casa de Agricultura Ecológica
CAE	Casa de Agricultura Ecológica
CDR/SAA	Secretaria de Agricultura e Abastecimento
CEAGESP	Companhia de Armazéns Gerais do estado de São Paulo
CEASA	Centrais de Abastecimento
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CMDRSS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
COOPERAPAS	Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo
CPR	Cadastro do Produtor Rural
CSA	Comunidade que Sustenta a Agricultura
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LoP	Ligue os Pontos
LUPA	Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuário do Estado de São Paulo
MSP	Município de São Paulo
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Plano de Adequação Ambiental
PAA	Programa Federal de Aquisição de Alimentos
PDE	Plano Diretor Estratégico

PMSAN	Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional
PMSP	Prefeitura do Município de São Paulo
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROAURP	Programa de Agricultura Urbana e Periurbana
PSA	Pagamento por Serviços Ambientais
PT	Partido dos Trabalhadores
QGIS	Quantum GIS
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SCP	<i>Semi-Automatic Classification Plugin</i>
SIGAM	Sistema Integrado de Gestão Ambiental
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SMA/SAA	Secretarias de Estado do Meio Ambiente e da Agricultura
SVMA	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente
TGI	Trabalho de Graduação Integrado
TI	Terra Indígena
UPA	Unidade de Produção Agropecuária
USGS	<i>United States Geological Survey</i>
VS	<i>Vital Strategies</i>

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. AGRICULTURA URBANA: CONTINUIDADES E RUPTURAS.....	24
2.1. O que são as Agriculturas Urbanas?.....	29
2.2. Agriculturas Urbanas enquanto potencialidade.....	32
2.3. Limitações da agricultura urbana e seu possível uso reformista.....	36
3. HISTÓRICO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.....	41
3.1. Histórico da Agricultura em Parelheiros.....	46
3.2. Panorama geral da agricultura do município na atualidade.....	48
3.3. Considerações sobre as práticas produtivas: convencional, orgânico, agroecológico e em transição	53
3.3.1. Agricultura Orgânica.....	56
3.3.2. Agricultura Agroecológica.....	57
3.3.3. Transição Agroecológica - Protocolo de Boas Práticas, Protocolo de Transição Agroecológica e Agricultura Limpa.....	58
4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO AGRÍCOLA.....	61
4.1. Política Pública enquanto formulação dialética.....	61
4.2. Do Plano Diretor Estratégico de 2002 até o Ligue os Pontos (2016).....	67
4.3. Projeto Ligue os Pontos.....	77
4.4. Do Local ao Nacional.....	83
5. O DISTRITO DE PARELHEIROS: AGRICULTURAS, AGRICULTORES E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	84
5.1. Território agrícola do Município: dados oficiais e demais levantamentos estatísticos.....	85
5.2. O perfil dos agricultores de Parelheiros.....	94
5.3. Sujeito em foco: entrevistas e trabalho de campo em Parelheiros.....	95
5.4. Cobertura e uso do solo em Parelheiros - tentativa de análise comparativa entre os anos 2000 e 2019.....	113
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS.....	125
ANEXOS.....	135

1. INTRODUÇÃO

Em marcha acelerada o avassalador urbano se espalha, aumentando seus domínios pelos rincões do planeta, consolidando metrópoles e megalópoles e submetendo progressivamente a população mundial ao seu paradigma e à sua lógica. Em meados da década de 2000 a população mundial se tornou majoritariamente urbana - no Brasil tal marca foi registrada pelo IBGE na década de 1960. As projeções apontam para uma plena expansão do processo da urbanização nas próximas décadas, abocanhando territórios e populações mundo afora com grande velocidade. Tal ponto, da virada populacional, é simbólico de um processo de transformação territorial vigoroso que tem impactos decisivos nas relações humanas da sociedade mundial - contaminando a (nossa) consciência humana a respeito do mundo material que nos circunda e consequentemente forjando novas formas de construir e se relacionar com este mesmo mundo material.

Contagioso e contaminante, moderno e viciante, contraditório e desigual, o urbano parece ser inevitável. Será? A discussão é candente, ocupando os mais diversos fóruns e englobando os mais diversos sujeitos sociais que se dedicam a estudá-lo, compreendê-lo, registrá-lo, sobrevivê-lo, vivenciá-lo, edificá-lo e questioná-lo... O processo urbano - bem como a urbanidade e a urbanização - é repetidamente reivindicado pelos seus benefícios e potenciais mas também simultaneamente questionado por suas mazelas e distúrbios, sendo finalmente criticado pelas intensas contradições que carrega e reproduz. Nossa perspectiva é de que, em sua relação umbilical com o modo de produção capitalista, o urbano necessariamente opera e (re)produz a concentração de poder, riqueza e propriedade (terra e bens). Através de seus idealizadores, operadores e "capatazes", o urbano prevalece enquanto formulação contraditória do capitalismo, sendo o lócus da acumulação de capital e da desigualdade entre os indivíduos - em última instância servindo como o substrato da exploração do humano pelo ser humano. Através dos seus subordinados, subjugados, questionadores e revoltados o urbano se cria e recria enquanto espaço de resistência, onde a criatividade e solidariedade tipicamente humanas também podem germinar e criar raízes. É portanto um espaço de disputa e tensão constante, simultaneamente vibrando e silenciando, escancarando e ocultando toda violência e desigualdade que por ali fazem morada.

A iminência de um colapso socioambiental, reforçada pelo poder destruidor da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), fortalece aquelas correntes filosóficas que

apontam para os equívocos estruturais no fundamento da sociedade mundial - evocando com grande proeminência as contradições do modo de produção capitalista, das relações humanas pautadas na mercadoria e da construção do urbano enquanto espaço da acumulação de capital. Se no marco da Modernidade o urbano se apresentava enquanto projeto racionalizador, civilizatório e guardião dos direitos humanos, na prática tal correspondência dificilmente é encontrada. Na materialidade da vida cotidiana, inevitavelmente qualificada pela desigualdade, pobreza e fome, o urbano é o pesadelo da maioria. O projeto modernizador, portanto, se prova fracassado. Ou melhor dizendo: fracassando.

Nesse panorama pessimista, ou negativo, entendemos que o processo de construção da ciência e do trabalho acadêmico/intelectual - tal qual pretendemos desenvolver nas seguintes páginas - deve fazer parte de um movimento maior: do conhecimento comprometido com a transformação social¹ (MARX, 2007). Nesta perspectiva, favorecidos e imersos na tradição da Geografia em produzir conhecimento crítico e questionador, consideramos que o estudo sobre a sociedade e o território deve servir necessariamente para (tentar) transformá-lo, num movimento de conhecer, revelar e questionar as dinâmicas humanas que se dão no espaço para dar suporte, em algum momento e medida, para a superação. Nesse processo, entendemos ser crucial um movimento de aproximação e amparo em sujeitos, movimentos, práticas, atividades e teorias que apontam para esse mesmo caminho, numa verdadeira rede de práxis que se retroalimentam e se fortalecem.

Pois bem, partindo do urbano supramencionado, acolhidos pela Geografia Agrária² e encantados pela Agroecologia³, pudemos finalmente identificar um objeto de estudo para investir e dedicar nossos esforços para realizar um primeiro trabalho investigativo neste Trabalho de Graduação Individual (TGI). Como já anunciado no título do trabalho e sintetizado no resumo, estaremos tratando aqui nas próximas páginas daquela agricultura que se dá no urbano, aqui tipificada enquanto Agricultura Urbana. Tal atividade se configura enquanto nosso principal objeto de estudo, que apesar de relativamente recente parece desafiar o pensamento geográfico, interseccionando e contrapondo diferentes áreas e teorias

¹"Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa é modificá-lo" (MARX, 2007).

²Área de estudo por onde pude experimentar maior aprofundamento teórico-acadêmico, tendo realizado monitorias, participado de grupos de estudo e projetado uma investigação.

³Que por meio do Grupo de Trabalho em Agroecologia (GT AGROECO) do Centro de Estudos Geográficos "Filipe Varea Leme" (CEGE-USP) pude estudar, investigar, vivenciar e trabalhar em projetos de educação ambiental, reflorestamento, combate à incêndios, implementação de hortas urbanas, rurais, entre outros.

da Geografia. Para nossa proposta, optamos por transitar especialmente pela Geografia Urbana e Agrária, mas tangenciando também outros planos de análise, como a questão econômica, do planejamento territorial, da gestão das políticas públicas, e usando algumas metodologias tipicamente geográficas como a análise da paisagem, o trabalho de campo, a cartografia entre outros. Entendemos que explorar essa área de estudo, sob o prisma do método geográfico, associando e contrapondo teorias geográficas diversas será especialmente rico para a finalidade deste trabalho.

Para além disso, a escolha da agricultura urbana como foco deste trabalho se deu por diversos motivos, para além do envolvimento pessoal e profissional com a atividade. Tal prática amplamente conhecida, praticada e difundida nos chamou a atenção em primeiro lugar, por sua grande potencialidade em apoiar a reprodução da vida humana através da produção de alimentos no urbano (questão explorada no cartaz abaixo, figura 1). Tal benefício que parece ser óbvio ou inquestionável, torna-se especialmente relevante em tempos de fome, desnutrição, desconexão com a natureza, proliferação de desertos alimentares entre outros. Aqui também vale mencionar a proposta de tipificação da agricultura urbana entre práticas "pavê ou paccumê"⁴, proposta lépida de classificar as experiências do município de São Paulo segundo o seu objetivo principal de proporcionar ou não o produto alimentar.



Imagem 1. Cartaz ativista de divulgação da Agricultura Urbana. "Embaixo do cimento está o seu alimento" (tradução nossa). Autoria não identificada.

⁴ Referência à discussão proposta por Eduardo de Lima Caldas e Martin Jayo em artigo na revista "Vitruvius", onde identificam dois tipos de agricultura no Município de São Paulo: uma com características ativistas e reivindicatória e outra mais propriamente dedicada para a produção de alimentos. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/18.205/6637#:~:text=Ent%C3%A3o%2C%20%C3%A9%20pav%C3%AA%20ou%20paccum%C3%AA.no%20munic%C3%ADpio%20de%20S%C3%A3o%20Paulo.&text=Agricultura%20urbana%20nada%20mais%20%C3%A9.de%20alimentos%20dentro%20da%20cidade> Acesso em 17/02/2022

Para além do alimento, identificamos em nossa incipiente trajetória que a agricultura urbana também poderia oferecer impulsos para a gestação e promoção de territorialidades e sociabilidades alternativas ao modo de produção hegemônico. Isto é, poderia em suas dinâmicas particulares possibilitar relações humanas pautadas não apenas pela mercadoria, pelo interesse individualista ou pelo trabalho alienado, fortalecendo elos comunitários e coletivos em detrimento de uma doutrina do indivíduo-consumidor imposta pelo urbano e pelo capitalismo. Indo mais além, poderia desnaturalizar o ambiente urbano tal qual se estabelece, apresentando as construções humanas em seu caráter social - jogando luz a processos que por ferramentas e narrativas ideológicas se ocultam. Poderia inclusive tensionar a relação dicotômica entre humano e natureza, onde um encontra-se separado e contraposto ao outro, potencialmente resgatando uma relação metabólica entre as partes, conforme elaborado na seguinte passagem:

A natureza se torna dialética produzindo os homens, tanto como Sujeitos transformadores que agem conscientemente em confronto com a própria natureza, quanto como forças da natureza. O homem constitui-se no elo de ligação entre o instrumento do trabalho e o objeto do trabalho. A natureza é o Sujeito-Objeto do trabalho. Sua dialética consiste nisto: que os homens modificam sua própria natureza à medida em que eles progressivamente eliminam a natureza exterior de seu e de sua exterioridade, à medida em que mediatizam a natureza através de si próprios e à medida em que fazem a própria natureza trabalhar para seus próprios objetivos (SMITH, 1988)

Nessa perspectiva, a transformação das relações sociais e das formas de interação com a natureza são acompanhadas de mudanças na própria consciência, e vice-versa - é aí que reside a potência! A maneira como produzimos a natureza está associada com a maneira que a concebemos, de tal sorte que espaços onde tal relação não esteja alienada, sendo orientada a potencializar valores de uso, poderão resultar na formação de novas consciências ou ao menos na desnaturalização dos processos. Nesse caminho: obter o próprio alimento (ou parte dele); trabalhar em comunidade, com colegas e vizinhos; conhecer e participar em todo o processo; deter os meios de produção; intercambiar conhecimentos, sementes e insumos; compartilhar e dividir o produto do trabalho sem depender necessariamente da mediação de um mercado tipicamente capitalista pode representar um enorme potencial político/social para a transformação da ordem vigente. Embora este não seja o tema central do presente trabalho, entendemos ser uma reflexão extremamente pertinente para a fundação desta investigação.

Para além disso, sem necessariamente representar uma ruptura com a ordem vigente, a prática social de produzir alimento próximo ao mercado consumidor parece aperfeiçoar uma

questão logística complexa, de transportar toneladas de alimentos por caminhão, barco, trem e avião até metrópoles que concentram milhões de pessoas. Estamos mencionando potenciais benefícios que não necessariamente rompem com o modo de produção, mas geram ganhos sociais relevantes, como por exemplo: menos transportes, menos embalagens, menos resíduos, menos desperdício, alimento mais fresco e saudável e potencialmente mais barato. Aproximar o consumidor do produtor pode ter ainda outros efeitos benéficos, como a eliminação do atravessador (mais renda para o agricultor), a redução da alienação para com o processo e para com o ambiente - na medida que a "indústria" agrícola se revela para e no urbano. Ou seja, o processo se escancara, o ciclo se apresenta, o *urbanoide* conhece e reconhece a agricultura e o agricultor. Parece ser um caminho interessante.

É claro que tudo isso sem considerar a questão agrária (concentração fundiária, violência, desapropriação, agrotóxicos, transgênicos, entre outros) e a questão urbana (especulação, desigualdade, miséria, fome etc.) poderia tranquilamente servir de munição para a sustentação ideológica da sociedade vigente. Ou seja, dialogando com a icônica liderança seringueira, símbolo da luta ambiental no Brasil, Chico Mendes⁵ poderíamos afirmar que a agricultura urbana sem luta de classes (sem contrapor o projeto das classes dominantes) é jardinagem. Dito de outra forma, a agricultura urbana sem considerar o modo de produção e suas contradições tangentes no espaço poderia tornar-se impotente, desimportante quiçá.

A cidade de São Paulo, ícone do urbano e da acumulação capitalista, da construção civil e da especulação imobiliária, da financeirização e da globalização, tem se apresentado também como morada da agricultura, que de diversas formas desponta por sobre os espaços (mais ou menos) urbanos. Praticada desde sempre, a agricultura e os agricultores parecem encontrar espaço para existirem e persistirem no território urbano, pelas brechas de asfalto e concreto, tensionando e transformando o território, como sugere a figura nº1 que trouxemos para ilustrar essa introdução. Com características, objetivos, formatos e conteúdos diversos, a prática se incorpora contraditoriamente ao urbano produzindo muito mais que alimento, ideia que pretendemos destrinchar ao longo do trabalho.

Nesta discussão, considerando as questões levantadas acima bem como as múltiplas expressões da agricultura urbana, pudemos identificar no distrito de Parelheiros - extremo sul do município de São Paulo - um território riquíssimo para desenvolver nossa investigação.

⁵Chico Mendes, liderança seringueira, sindical e militante socialista atuou na luta socio-ambiental na região amazônica. Sua célebre frase de que "ecologia sem luta de classes é jardinagem" todavia ecoa nos debates universitários e nos movimentos sociais e políticos.

Nossa aproximação inicial com este espaço ocorreu em 2019, quando por decorrência de uma formação em agricultura biodinâmica tivemos a oportunidade de conhecer alguns sítios produtivos, agricultores do distrito e a Casa de Agricultura Ecológica (CAE). Entre conversas, visitas, práticas e trocas, pudemos ter pela primeira vez um contato direto com este modo de uso da terra que não imaginávamos existir em São Paulo. Até o momento em questão nos encontrávamos em tamanha "alienação geográfica" que não suspeitávamos que aquela paisagem agrícola pudesse existir no município em que nascemos e vivemos - a menos de 30km de nossa residência!

Foi assim que se deu o primeiro contato com a agricultura "pacumê" do município, conjuntura que nos despertou, entre emoções e reflexões, uma tremenda curiosidade. Chegado o momento de realizar nossa investigação geográfica (TGI) nos pareceu certo que Parelheiros seria um território relevante para investigar atividade em questão. Por ser um território limítrofe urbano-rural, com uma agricultura historicamente estabelecida, em processo de maior destaque e reconhecimento, bem como pela proximidade geográfica (que viabilizaria os esforços de imersão em campo) elegemos o espaço em questão como o epicentro de nosso trabalho investigativo.

Mais recentemente, nas últimas décadas, no embalo de um movimento internacional de reconhecimento e valorização da Agricultura Urbana, a prática tem sido alvo de sucessivas políticas públicas na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Até 2013, ao menos nove prefeituras da RMSP⁶ estavam realizando projetos de promoção da Agricultura Urbana (ROSTICHELLI, 2013). No Município de São Paulo, temos um histórico recente repleto de políticas agrícolas, transitando entre alternadas gestões e adotando diversas perspectivas - apoiando a produção, a capacitação e a comercialização, facilitando a realização das mercadorias produzidas. O distrito de Parelheiros, enquanto importante enclave da agricultura no município, tem sido um dos principais focos dessas políticas públicas.

Diversas investigações estatísticas, empíricas, quantitativas e qualitativas demonstram que o território da agricultura urbana está de fato se consolidando na RMSP. Uma investigação recente (BIAZOTI, LEÃO, BURALLI, MAUAD, 2021) que chamou nossa atenção, demonstra com ferramentas estatísticas um incremento considerável na área

⁶As Prefeituras Municipais de Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Guarulhos, Osasco, Mauá, São Bernardo do Campo, São Paulo e Suzano - na ocasião todas sob gestão do Partido dos Trabalhadores (PT).

cultivada, quantidade de unidades produtivas registradas e produção agrícola do Município de São Paulo - questão que iremos tratar com profundidade no capítulo 3 e 4.

Com isso em mente, sob a hipótese de que a agricultura urbana tem seu espaço no município, estando em franca expansão e em alguma medida sendo promovida pelo poder público, nossa proposta será investigar os impactos socioeconômicos decorrentes das políticas públicas municipais de promoção da agricultura, com enfoque espacial para o distrito de Parelheiros. Para tanto, trataremos especialmente da articulação entre poder público e os sujeitos agricultores da região, no intuito de compreender se houve e em que nível se deu o aumento da produção agrícola e também se isso ocorreu em consonância com a melhoria das condições de vida da população local. Espera-se que o estudo crítico deste objeto nos permita reconhecer com mais clareza o território da agricultura urbana, os sujeitos e as relações que o integram, bem como as formas e mecanismos para promovê-la desde o Estado.

Considerando o momento atípico (de luta coletiva pela contenção da pandemia) no qual o presente trabalho foi concebido e estruturado, tivemos que dar menos ênfase ao trabalho de campo do que seria desejável. Ou seja, tivemos que restringir nossa participação e observação *in locu* dos processos estudados para algumas saídas pontuais à campo. Apesar disso, pudemos nos ancorar em propostas similares à nossa que, em anos anteriores (NAKAMURA, 2017; ROSTICHELLI, 2013) puderam dialogar com maior proximidade para com os sujeitos da agricultura do município. Além desses dois trabalhos citados, identificamos uma rica bibliografia produzida recentemente na Geografia que trata do nosso objeto de estudo com perspectivas e objetivos próximos ao nosso. Aqui vale mencionar as investigações de: Valdiones (2013); L.P. Oliveira (2015, 2017); Nakamura (2017); Curan (2020); R.P Santos (2020), dentre outras, cujos resultados e reflexões percorrerão nosso trabalho em toda sua extensão.

Para atender nosso objetivo, transitando entre as questões e elementos que entendemos ser fundamentais na discussão proposta, estruturamos nosso trabalho em 4 capítulos principais. No primeiro apresentamos a Agricultura Urbana na qualidade de atividade social de produção que se configura enquanto território, resgatando concepções e discussões acerca de tal prática para apontar os caminhos de uma conceitualização. É nesta passagem que realizamos a discussão inevitável sobre a dualidade entre urbano e rural enquanto momento de consolidação do processo industrial-urbano - para então identificar e espacializar a agricultura das cidades. Aqui também buscamos tratar das potencialidades da agricultura urbana, de seus

benefícios diretos, indiretos e latentes bem como suas características e elementos. Realizamos também uma reflexão sobre um potencial uso reformista-conservador, ainda que majoritariamente no plano discursivo mas que circunda o universo da agricultura urbana.

No seguinte capítulo apresentamos a nossa área de estudo, tratando dos processos apresentados no capítulo inicial sob o recorte espacial do município de São Paulo. Realizamos uma breve contextualização geohistórica da agricultura no município em sua íntima relação com o elemento urbano constantemente expansivo. Também tratamos de diferenciar e caracterizar as diferentes experiências agrícolas segundo sua tipologia e características, elaborando um panorama geral da agricultura do município e apresentando rapidamente alguns dos principais sistemas produtivos que identificamos ao longo do trabalho. Ainda nesse capítulo realizamos uma introdução ao distrito de Parelheiros enquanto cerne do nosso trabalho e justamente por ser um relevante pólo agrícola do município.

O terceiro capítulo é marcado pela discussão acerca das políticas públicas de promoção da agricultura no Município. Neste momento vamos discutir o papel das políticas públicas, seu potencial para a transformação do território, bem como realizamos um resgate das sucessivas políticas implementadas no município nos últimos 20 anos. Aqui analisamos relatórios e dados oficiais a respeito dos impactos das políticas de promoção da atividade agrícola, passando por diversas políticas mas dando maior ênfase na análise do projeto Ligue os Pontos⁷.

No quarto e último capítulo trazemos o distrito de Parelheiro e a materialidade do território para o primeiro plano, aprofundando a análise sobre a agricultura ali praticada. Neste capítulo tratamos da configuração deste território enquanto franja limítrofe do urbano-rural com uma agricultura tipicamente "pacumê" destinada, entre outros, para o mercado consumidor paulistano. Aqui aprofundaremos a discussão a respeito dos impactos das políticas públicas implementadas na região sob o viés dos sujeitos participantes/impactados, para além da perspectiva oficial apresentada no capítulo 3. Nesse ponto vamos integrar as entrevistas realizadas bem como o trabalho de campo ao nosso trabalho, buscando complementar e eventualmente contrapor os resultados oficiais à realidade material.

⁷ Mais informações sobre o projeto em questão no capítulo 4 onde discutimos as políticas públicas de promoção da agricultura no Município de São Paulo.

Nossos resultados e conclusões se dão em consonância com a discussão do quarto capítulo, onde apresentamos também uma tentativa frustrada de análise geoespacial que realizamos através de ferramentas de geoprocessamento. Devido a limitações técnicas e restrições temporais, optamos por não concluir nossa análise cartográfica, embora optamos por apresentá-la como tentativa malograda.

2. AGRICULTURA URBANA: CONTINUIDADES E RUPTURAS

Nos últimos anos o termo "agricultura urbana" vem ganhando maior projeção mundial, com uma ampla divulgação de projetos "megalomaniacos"⁸ que vão surgindo mundo afora: fazendas subterrâneas, telhados verdes, fazendas verticais, paisagismo comestível, hortas em ambientes fechados com iluminação artificial, hortaliças crescendo em tempos recordes e nos mais inusitados espaços - estacionamentos, galpões, telhados, containers... Grandes empresas, Startups, ONGs e veículos de comunicação tratam de apresentar a agricultura urbana enquanto fenômeno contemporâneo, *hi-tech*, numa tendência midiática de enquadrá-la na qualidade de "solução nova" para os velhos problemas da humanidade - fome, pobreza, poluição, entre outros.

É inegável que as inovações técnicas e tecnológicas tenham lugar importante na agricultura urbana, e que os benefícios potenciais deste tipo de cultivo, de modo geral, geram enorme expectativa (e até certa euforia) sobre os caminhos e possibilidades de tal prática. Mesmo assim, em nossa perspectiva, entendemos ser necessário cautela e critério para estudar a agricultura praticada em áreas urbanas - especialmente quando consideramos a grande diversidade e heterogeneidade de sistemas produtivos existentes, sujeitos envolvidos e relações sociais presentes nas diferentes formas de cultivos. Nossa opção, de antemão, é por recusar as abordagens mais propriamente tecnicistas⁹ ou positivistas, para observar a atividade sob outro prisma, priorizando uma expressão geo-histórica da atividade.

Dito isto, consideramos ser fundamental não confundir a recente e ampla divulgação da agricultura urbana, esta sim marcadamente contemporânea, com uma percepção de que a mesma seja uma manifestação da atualidade, uma tendência, modismo ou "fenômeno", como muitos atestam. Muito pelo contrário, sentimos a necessidade de resgatar a atividade enquanto processo ancestral, com enorme lastro na história da humanidade (ROSTICHELLI, 2013; OLIVEIRA, 2017, NAGIB, 2016). Este caminho implica dizer que a existência da agricultura enquanto atividade das e nas cidades se fez presente dentro de uma longa trajetória humana,

⁸Temos como exemplos o mega-projeto de fazenda urbana em Paris, batizado de *Nature Urbaine* e que é considerada a maior fazenda urbana da Europa. Disponível em: [Paris inaugura maior fazenda urbana em telhado com 14 mil m²](#). Acesso em: 8 ago. 2021. Em São Paulo, nossa região de estudo se destaca a *Pink Farms*, que ocupa o posto de maior fazenda urbana vertical da América Latina. Disponível em: [Conheça a Pink Farms, maior fazenda urbana vertical da América Latina](#). Acesso em 8 ago 2021

⁹A prática da agricultura nas áreas urbanas vai para além de aspectos técnicos e produtivos, oferecendo oportunidade de desenvolver uma consciência social, comunitária e ambiental com vocação de transformar as formas de relações socioambientais (Duchemin; Wegmuller; Legault, 2009).

passando por diversos períodos históricos e contextos geográficos - envolvendo uma ampla gama de sujeitos sociais, técnicas agrícolas e práticas produtivas. Entendemos que tratar a agricultura urbana enquanto "fenômeno" seja problemático pelo fato de ocultar ou rejeitar um processo histórico responsável por constituir a atividade e os inúmeros significados/objetivos sociais em torno de tal prática.

Neste debate, Caldas e Jayo (2019), colocando em diálogo pesquisas de diversos autores, resgatam a ancestralidade da agricultura urbana enquanto forma de análise, apresentando as articulações históricas da agricultura com o urbano. A seguinte passagem ilustra como o cultivo de alimentos em áreas "urbanas"¹⁰ atravessou séculos, assumindo diferentes formatos e cumprindo com diversos objetivos.

Desde a antiguidade há registros do cultivo de frutas, legumes e hortaliças em jardins urbanos, para fins alimentares, de forma combinada ou não com vegetação ornamental (Zaar, 2011; Nagib, 2016). Esse cultivo também se verificou em muitas cidades medievais, no interior das quais era comum a existência de “hortas de conventos, hortas e jardins de palácios nobiliários, hortas e campos particulares, espaços de criação” (Capel, 2002, p.230). Mesmo nas cidades do Renascimento e do período barroco, em que os jardins ganharam um perfil mais ornamental, voltado ao ócio e à contemplação, mantiveram-se em paralelo espaços destinados ao cultivo sistemático de alimentos. (CALDAS e JAYO, 2019, p.2)

Entre continuidades e rupturas, transformações e permanências, a agricultura sempre existiu e persistiu nas cidades mundo afora com certa consistência. Por volta dos séculos XVIII - XIX, com o processo da Revolução Industrial e de materialização do projeto da Modernidade¹¹, com o advento da indústria enquanto forma icônica e simbólica deste processo, o modo de produção passou a ditar uma transformação vigorosa e acelerada nas relações sociais e nos espaços urbanos (CARLOS, 1994). Segundo a autora supramencionada, tal transformação impactou decisivamente a vida nos centros urbanos, dando origem não apenas a um novo tipo de ordenamento social da produção mas também a uma nova mentalidade. Murray Bookchin (1974) corrobora com essa visão ao assinalar que com a Revolução industrial:

A atividade econômica começou a subordinar a satisfação das necessidades humanas concretas aos objetivos abstratos da troca e da acumulação de capital. De fato, a produção se impôs como um fim em si mesma, marcando assim uma transformação fundamental em todos os valores das sociedade

¹⁰ Considerando que o significado de urbano, bem como a sua própria materialidade, não eram necessariamente similares ao que entendemos hoje como urbano.

¹¹ Aqui estamos tratando da Revolução Industrial no marco da sociedade Ocidental, pois não pretendemos realizar um maior aprofundamento na discussão sobre as transformações ocorridas no mundo não-ocidental.

previamente existente, qualquer que fosse seu sistema de exploração (1974, p. 45; apud ROSTICHELLI, 2013)

Neste processo, a lógica econômica da produção impôs uma nova forma de organização territorial que, dentre outras transformações, foi responsável por inaugurar uma ruptura, ou separação, entre urbano e rural - e consequentemente da atividade agrícola dos espaços urbanos, leia-se cidades. É justamente por isso que, para entender e estudar o urbano e o rural, bem como a sua relação, é necessário resgatar a Revolução Industrial como ponto de partida e ruptura (ROSTICHELLI, 2013). Vale acrescentar que a indústria, intimamente associada ao processo da urbanização, também é elemento central no processo de desenvolvimento do Capitalismo enquanto modo de produção hegemônico no planeta.

Fato é que, com a indústria, a centralidade da atividade econômica se desloca progressivamente para a produção das mercadorias industriais, (re)ordenando a produção do espaço urbano para atender uma nova lógica. De modo geral, temos que o espaço urbano se reorganiza, orientando-se prioritariamente em torno da atividade industrial, "expulsando" a agricultura de seus domínios. Nesse processo, conforme o cultivo vai perdendo espaço no urbano, ele é progressivamente projetado para uma externalidade rural (NAVÉS, 2016); embora nunca completamente extinto das cidades (MADALENO, 2002).

Mesmo assim, a expulsão da agricultura das cidades não foi um processo linear e homogêneo, como pode parecer. Contrariando e resistindo ao projeto da Modernidade, a atividade agrícola foi capaz de persistir e se reinventar no espaço urbano - ocupando brechas e vazios que a própria urbanização, em seu processo contraditório, admitia. Após um lapso temporal de décadas de *dormência*, a prática foi reabilitada¹² em meados do século XX por meio de movimentos ativistas e reivindicatórios, voltando gradualmente a fazer parte do debate político, da vida urbana e mais adiante da institucionalidade - conforme consta no seguinte fragmento:

[...] somente na década de 1970 é que a agricultura urbana volta a ganhar destaque, introduzida na agenda de discussões das cidades em tópicos como desenvolvimento sustentável, segurança alimentar e meio ambiente. Vista por vezes como uma novidade trazida ao debate por discursos ativistas, trata-se na verdade de uma prática milenar que caíra em desuso nas cidades ocidentais havia relativamente pouco tempo (Caldas e Jayo, 2019, p. 2).

Segundo a bibliografia consultada, tal "resgate" (entre aspas pois o objeto nunca esteve completamente "perdido") se deu de formas distintas ao redor do planeta, assumindo

¹² Especialmente pensando no plano discursivo, já que na prática sempre esteve presente.

expressões e formas variadas. Aqui pretendemos retomar apenas alguns casos mais emblemáticos de tal reivindicação para compreender o movimento geral da agricultura urbana enquanto demanda social da atualidade.

Nos anos 1970 nos Estados Unidos da América (EUA) os reclamos pelo cultivo urbano surgem principalmente enquanto manifestação ativista através da *guerrilla gardening* (L.P. OLIVEIRA, 2017). Sem vinculação direta à institucionalidade, não estando necessariamente orientados à produção de alimentos para reprodução da vida, o movimento se constitui enquanto expressão ativista de resgate da prática enquanto forma de questionar o "modo de vida urbano e propor uma outra forma de consumo, convívio social e relação com a natureza" (L.P. OLIVEIRA, 2017, p. 24).

Na mesma época, na América Latina como um todo, o resgate da agricultura urbana se deu principalmente pela via do combate à fome e à pobreza, sendo estruturada em torno de projetos sociais e filantrópicas - foi o caso de cidades no Peru, Argentina, Brasil, México e Panamá (Idem, 2017).

Algumas décadas mais adiante Cuba se configura como um dos casos mais exitosos e reconhecidos da promoção da agricultura enquanto ferramenta de transformação social (ROSTICHELLI, 2013; L.P. OLIVEIRA, 2017; CURAN, 2020). Em 1994, visando recompor e estruturar o sistema de produção e distribuição de alimentos - seriamente avariado com o fim da União Soviética - Cuba estabelece o Programa Nacional de Agricultura Urbana. Tal iniciativa, composta por políticas multifacetadas, contava com um amplo conjunto de medidas para viabilizar a produção de alimentos nas áreas urbanas do país. Destinação de áreas para a produção, apoio técnico e disponibilização de recursos (financeiros e humanos) foram os eixos centrais da implementação do referido programa. O enorme envolvimento da população, organizada em cooperativas e demais organizações de massas, somando cerca de 350 mil pessoas diretamente envolvidas, foi decisivo para o êxito do programa, que se traduziu em números. A partir da sua implementação a produção de hortaliças em áreas urbanas saltou de 480 mil toneladas em 1994 para 4,2 milhões de toneladas em 2006 (BRAULIO, 2013). Para além da capital do país (Havana) diversas outras cidades do país desenvolveram grandes sistemas de agricultura urbana que até os dias atuais são referências mundiais no que diz respeito a tal prática (SMIT et.al., 1996; FAO, 2014, apud L.P. OLIVEIRA, 2017).

De modo geral, para além dos exemplos mencionados, o movimento de reabilitação da agricultura urbana se apresentou em escala global, por vezes em caráter independente e em

outras marcado pela institucionalização da prática. Tensionado ou não por movimentos sociais e políticos, infiltrando-se nos debates públicos das mais diversas instâncias, nos mais diversos fóruns e também como expressão autonomista de grupos comunitários, a agricultura urbana passou a fazer parte da vida e da agenda das cidades.

Em seus diversos formatos e espaços a agricultura urbana de modo geral passou a se fortalecer. Lya Porto Oliveira (2017), pesquisadora-doutora brasileira na área de administração pública que investigou a ação pública na agricultura, entende que apesar da agricultura urbana sempre ter existido na grande maioria das cidades do planeta, é possível identificar um movimento de legitimação e institucionalização dessas práticas em meados dos anos 1990.

Segundo a autora:

[...] até a década de 1990 poucos governos apoiavam essa atividade e muitos a consideravam como atividade ilegal, especialmente nas cidades africanas (Bryld, 2012). A partir da década de 1990, organizações e centros de pesquisa internacionais passaram a mobilizar a ação de universidades, governos locais e organizações da sociedade civil para apoiar essa atividade em muitas cidades, especialmente aquelas do Sul Global (L.P. OLIVEIRA, 2017)

É justamente nesse recorte histórico que as agências e organismos internacionais começam a reconhecer a relevância socioeconômica da agricultura urbana para definir diretrizes globais visando o reconhecimento, valorização e promoção da atividade mundo afora. Um exemplo disto se deu na Organização das Nações Unidas (ONU), que através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), instituiu em 1991-1992 o Comitê de Agricultura Urbana e um Grupo de Apoio de Agricultura Urbana para apoiar tal diretriz.

Ainda segundo L. P. Oliveira, esse movimento, em parceria com governos locais e demais sujeitos sociais, desencadeou uma intensificação de programas e políticas públicas voltadas para a agricultura, na forma de:

[...] treinamento e assistência aos agricultores urbanos, disseminação regular de experiências, inclusão da agricultura urbana como estratégia de segurança alimentar e redução da pobreza pelos governos nacionais e promoção de cooperações com agências internacionais para o provimento de recursos (L.P. OLIVEIRA, p. 27).

É nesse contexto que o poder público passa gradualmente a ser visto e percebido enquanto agente da agricultura urbana, promovendo-a desde suas instituições, projetos e

políticas. Mas antes de nos aprofundarmos no caráter dessas políticas é necessário compreender como se configura essa agricultura tipicamente urbana, bem como quais os elementos, sujeitos e relações que ali se estabelecem.

2.1. O que são as Agriculturas Urbanas?

O resgate histórico proposto acima é relevante para nosso trabalho, pois nos ajuda a visualizar a construção de uma práxis da agricultura urbana, ou seja, de um conceito que se constrói paralelamente com uma prática que por sua vez é cambiante e diversa. É justamente no movimento histórico de relacionamento entre cultivo e cidade, que nos deparamos com o termo agricultura urbana para designar o nosso objeto de estudo. É no marco temporal da pós Revolução Industrial até o resgate do cultivo urbano que vai se forjando tal práxis, hoje amplamente difundida e praticada, mas pouco delimitada conceitualmente.

Mesmo assim, reconhecemos diversas tentativas de caracterizar a agricultura urbana, ainda que sem melhor precisão conceitual. A grande multiplicidade de tipologias e manifestações dificulta a concepção de um conceito de agricultura urbana que dê conta de explicar todos os fenômenos de cultivo nas cidades. A este respeito, Lya Porto Oliveira (2017) entende que todavia "não existe uma definição única de AUP¹³", apontando que o que existe de fato é uma discussão conceitual em curso entre autores que debatem o tema (SMIT; NARS; RAITA, 2001; MOUGEOT, 2001; MACHADO; MACHADO, 2002). Curán (2020), outra referência de nossa bibliografia, entende que "é clara a impossibilidade de classificar a AUP como uma atividade uniforme e com características padronizadas" (p. 40).

Conforme vimos, embora o cultivo nas cidades faça parte de um conjunto de práticas milenares, as formas, tipologias e as relações sociais que permeiam e concebem a atividade são diversas, tendo se metamorfozando constantemente ao longo dos séculos. As percepções, e necessariamente a própria materialidade, acerca do urbano, do rural e da agricultura são verdadeiramente dinâmicas, especialmente se considerarmos uma linha do tempo tão extensa - na qual o modo de produção e a própria organização social da antiguidade são completamente diversos daqueles que vivenciamos na contemporaneidade. Isso quer dizer que a "agricultura urbana" da Antiguidade (ou do Renascimento, por exemplo) definitivamente não é a mesma da agricultura urbana do século XXI, embora tenham uma relação umbilical

¹³Agricultura Urbana e Periurbana.

que apontamos no início do capítulo - em seu sentido mais amplo, que é cultivar na cidade. Também implica dizer que a agricultura urbana que se pratica em Xangai não é necessariamente parecida com aquela praticada em Parelheiros. Mais ainda, em reconhecer que a Agricultura praticada pela *Pink Farms*¹⁴ é totalmente diferente daquela praticada pela Associação de Agricultores da Zona Leste (AAZL). Assim, surge a necessidade de entender as práticas da agricultura urbana enquanto plural e diverso, no tempo e no espaço. Agriculturas urbanas quiçá seja um termo mais adequado para designar uma atividade tão diversa.

De qualquer forma, por mais complexo que seja, pelo rigor científico do trabalho entendemos ser necessário realizar a discussão sobre tal conceitualização, visto que a tarefa de compreender, promover, incentivar, intervir, ou viabilizar a agricultura urbana, só se torna possível com a sua maturidade conceitual - com coerência interna e funcionalidade externa (Mougeot, 2001). Afinal, o que são as Agriculturas Urbanas? Existe algum nível de coesão interna na atividade para que possamos estabelecer uma conceitualização minimamente satisfatória?

Por tratar-se do principal eixo condutor deste trabalho, entendemos ser importante responder à pergunta acima, recorrendo ao processo da conceitualização para delinear também a nossa perspectiva de estudo.

O processo mencionado anteriormente, de separação entre urbano e rural, é relevante para o nosso trabalho por ser o ponto de partida para a nossa compreensão acerca do termo "agricultura urbana". Se com a Industrialização e Urbanização ocorre um processo de separação da agricultura dos espaços urbanos, finalmente surge a necessidade de afirmar que agricultura na cidade não seria simplesmente "agricultura", mas sim um outro tipo de atividade, que em sua particularidade se distingue enquanto uma agricultura urbana. Essa dualidade é simultaneamente um esforço teórico e, como vimos, um processo de transformação territorial - no qual a agricultura "desaparece e ressurgue" no urbano. Ora, o próprio termo aponta para uma contradição, já que no âmbito da modernidade a agricultura teria seu local de desenvolvimento no espaço rural.

Essa dualidade se apresenta no espaço de uma forma nebulosa, como veremos ao longo do trabalho, uma vez que cidade-campo se relacionam e se sobrepõem de diversas formas. Isso quer dizer que os limites físicos não são tão facilmente delineados, não bastando

¹⁴Fazenda urbana hi-tech que apresentamos no começo do capítulo (ver nota 1).

seguir uma divisão cartesiana-formal do traçado rural-urbano para entender a disposição dos processos humanos. Justamente por isso, optamos por entender a agricultura urbana como sistema que se integra contraditoriamente ao espaço urbano mas que também interage com, e de certa forma carrega, elementos do rural. Preferimos desviar de concepções puramente cartográficas que apresentam a problemática em três blocos espaciais: Agricultura Intra Urbana, Peri Urbana e propriamente Rural. Essa abordagem locacionista¹⁵ se restringe a uma preocupação cartográfica que dificulta o entendimento da prática enquanto atividade social de produção, que se dá no espaço, mas que abrange aspectos muito mais sensíveis do que apenas a localização do fenômeno.

Nesse caminho, avançando um pouco mais na conceitualização, buscando integrar mais elementos na análise e encontrar uma configuração territorial para esse processo que se dá na contemporaneidade, consideramos a agricultura enquanto um "sistema de produção e distribuição de alimentos produzidos nas regiões intra e peri urbanas" (L.P. OLIVEIRA, 2017, p. 21). Vimos que tal abordagem, apresentada de forma sintética por L.P. Oliveira, tem origem na perspectiva de Mougeot, que sistematizou o conceito de agricultura urbana enquanto indústria, destacando também o seu papel produtivo e consequentemente social. Segundo o autor:

A AU é uma indústria localizada no interior (intraurbana) ou nas franjas (periurbana) de uma cidade ou metrópole, que cultiva ou cria animais, processa e distribui uma diversidade de produtos alimentícios e não-alimentícios, (re) utilizando uma grande quantidade de recursos humanos e materiais, produtos e serviços encontrados no interior e ao redor daquela área urbana, fornecendo, em contrapartida, recursos materiais e humanos, produtos e serviços de larga escala para aquela área urbana (MOUGEOT, 2001, p. 10, tradução Lya Porto).

Partindo dessa base, entendemos que tal indústria se configura no espaço enquanto um território de agricultura urbana, articulando espaços, sujeitos, insumos, produtos, instituições e mercados.

Assim, a agricultura urbana se caracteriza por ser uma atividade social de produção que se materializa no espaço. Para conhecer a agricultura urbana é necessário conhecer os sujeitos envolvidos. Para intervir e fomentar - objetivo dos projetos/políticas aqui estudados - é necessário considerar e dialogar com o sujeito, com a cadeia, com o processo e analisar como isso se configura enquanto uma relação social de produção. O questionamento acerca de

¹⁵Ou seja, aquela que prioriza a localização de determinado fenômeno.

quem produz, sob qual condição material e com quais os objetivos deve percorrer a nossa investigação. Veremos mais adiante como isso se aplica (ou não) na institucionalização da atividade através das políticas públicas.

2.2. Agriculturas Urbanas enquanto potencialidade

Por suas características e pelas relações que estabelece, a agricultura urbana representa para muitos uma enorme potencialidade. Trazendo possíveis benefícios e impactos positivos para as cidades e populações que nela residem, a atividade é entendida por muitos autores¹⁶, coletivos, organizações, governos, movimentos sociais, veículos de comunicação e pesquisadores como uma prática benéfica e positiva para a qualidade de vida nas urbes, bem como para o planejamento urbano/urbanístico. De um modo geral a opinião pública também é majoritariamente favorável à prática, consolidando um entendimento quase consensual de que a agricultura urbana é algo positivo e que, portanto, deveria ser fomentada e incentivada. Os principais discursos que identificamos orbitam em torno do combate à fome e à pobreza, da oportunidade de geração de renda, das melhorias da qualidade ambiental e como indutora de outros benefícios sócio-culturais.

Boa parte da bibliografia consultada trata de listar os possíveis benefícios de tal prática. L.P. Oliveira (2017) por exemplo, adota essa abordagem afirmativa, sintetizando os múltiplos impactos que tal atividade pode exercer no espaço e nos sujeitos urbanos. A caracterização da autora divide a questão em 3 dimensões: a Social, a Ambiental e a Econômica.

No que tange a esfera social a segurança alimentar aparece como principal *trunfo* da agricultura urbana, principalmente considerando o direito à alimentação e o combate à insegurança alimentar - visto que a agricultura urbana, dentro de suas possibilidades, fortalece o sistema de produção-circulação de alimentos (potencialmente de maior qualidade nutricional e diversidade). Disponibilidade de alimentos de maior qualidade somados às dinâmicas sociais-comunitárias da horta urbana também desempenham um impacto positivo na saúde física e mental das populações, que vão para além da saúde nutricional - a autora resgata alguns estudos que demonstram que para além da alimentação, a horticultura atua

¹⁶ L.P. Oliveira menciona os trabalhos de Mougeot (2000), Klemesu (2000), Dobyns (2004) Ribeiro (2015); Zeza e Tasciotti (2010).

também para impulsionar a educação alimentar (RIBEIRO et.al.2015, WAKEFIELD et.al.2007; ZEZA e TASCIOTTI, 2010), a promoção de exercício físico (WAKEFIELD et.al.2007) e como aliada da saúde mental e psicológica (RIBEIRO et.al. 2015, ARMOSTRANG, 2000). Ainda considerando o ganho social, também é apontado o maior engajamento comunitário e o empoderamento das mulheres como benefícios políticos que podem decorrer da agricultura urbana.

No que diz respeito à dimensão econômica de tais impactos, a Lya Porto Oliveira (2017) entende que o mais decisivo seria na geração de renda direta ou indireta (quando a família deixa de comprar determinado alimento pois passou a produzi-lo) e de postos de trabalho formais ou informais. Segundo a autora, a consolidação de tal potencialidade depende, invariavelmente, de outros fatores como o "acesso à terra, acesso ao crédito, esforço de trabalho, custo de insumos, comercialização, acesso a feiras e mercados, condições de armazenamento e transporte, preço dos produtos" (NUGENT, 2000, apud L.P. OLIVEIRA 2017, p.77). Em maior ou menor medida, a cadeia da AU também pode ser responsável por alavancar atividades associadas, como a produção de insumos, ferramentas, serviços de transporte e assistência, e também no processamento de alimentos - fortalecendo toda uma cadeia produtiva que gera renda e trabalho, potencialmente agregando valor à economia local-comunitária¹⁷. Ainda nesse eixo, L.P. Oliveira (2017) apresenta que a produção de alimentos próxima do local de consumo pode também representar uma redução de custos com energia, transportes e embalagens, potencialmente oferecendo alimentos mais econômicos e sustentáveis para o mercado local.

Os impactos ambientais da agricultura urbana também podem ser extremamente positivos para a sustentabilidade das cidades, representando possíveis contribuições para o "microclima, gestão da água, biodiversidade, conservação do solo, redução do desperdício, e conscientização das pessoas" (L.P. OLIVEIRA, 2017, p. 38).

¹⁷ O que a autora identifica como os Sistemas Locais de Alimentação (SLA).

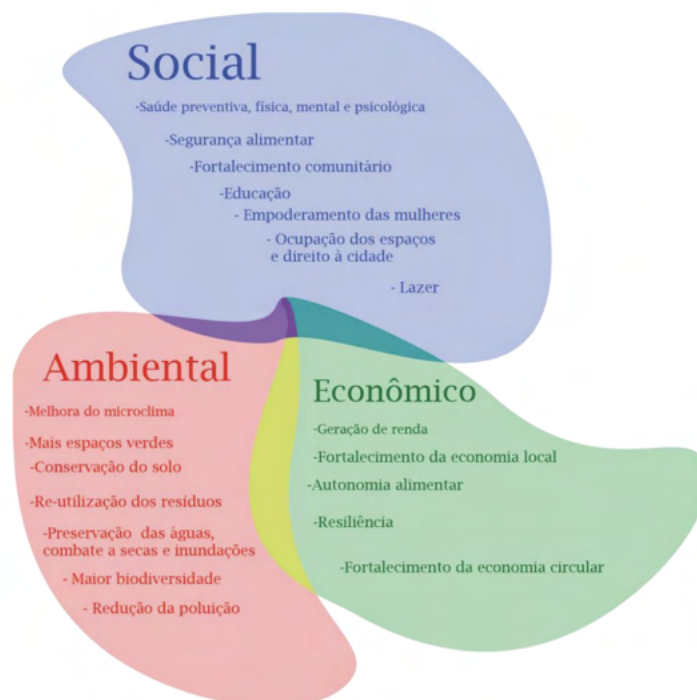


Imagem 2. Síntese dos múltiplos impactos da AU. Elaboração: L.P. Oliveira, 2017, p.30.

Curan (2020) fez uma investigação similar a respeito dessas múltiplas funções da AU, o que a autora classificou enquanto multifuncionalidades da atividade. Em seu trabalho foi realizada uma análise sistemática de trabalhos científicos que mencionam as diversas funções da agricultura urbana, numa abordagem que entende a prática enquanto seria multifuncional¹⁸. Sua pesquisa serviu, entre outros aspectos, para evidenciar quais dimensões da agricultura urbana seriam as mais mencionadas e/ou valorizadas no debate acadêmico. Apesar de não priorizar as formas de aplicabilidade dos benefícios no território, o levantamento da autora é relevante por apresentar o que mais se tem discutido nos ambientes de pesquisa e investigação. Seu trabalho pode ser sintetizado através do seguinte quadro, desenvolvido pela própria autora:

¹⁸Nessa análise são revisados trabalhos realizados entre 2010 e 2020 de autores de diversas nacionalidades. Entre eles: Sarah Taylor Lovell; Zhenshan Yang, Jianming Cai, Richard Sliuzas; Ingo Zasada; Inmaculada Marques-Perez, Baldomero Segura, Concepcion Maroto; Shreema Rana, R. Rijanta, Rini Rachmawati; Jian Peng, Zhicong Liu, Yanxu Liu, Xiaoxu Hu, An Wang; Shuaib Lwasa, Frank Mugagga, Bolanle Wahab, David Simon, John P Connors, Corrie Griffith; Aurora Cavalloa, Benedetta Di Donatoa, Davide Marino; Didit Okta Pribadi, Ingo Zasada, Klaus Müller, Stephan Pauleit; João Flávio B Gomes, Renata SB Gomes, Alex O Souza; Werner Rolf, Stephan Pauleit, Hubert Wiggering; Will Valley, Hannah Wittman; Katharina Sartison, Martina Artmann; Ana Spataru, Robert Faggian, Annemaree Docking.

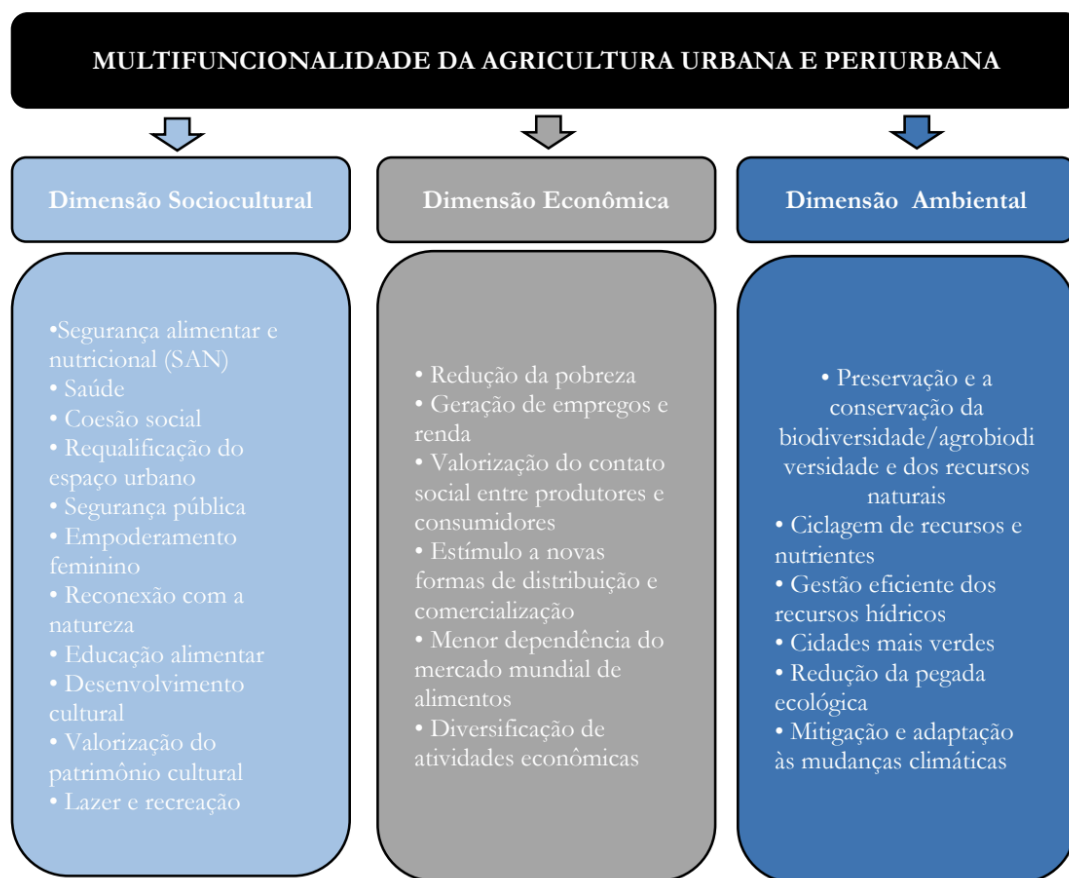


Imagem 3. Funções da agricultura urbana compartmentadas em dimensões de influência. Elaboração Curan, 2020, p. 41.

Nessa linha de raciocínio, que se repete para as duas autoras, os benefícios potencialmente oferecidos pela agricultura urbana são compartmentados em 3 dimensões: sociocultural, econômica e ambiental. Os caminhos percorridos são extremamente similares, de tal modo que não pretendemos nos aprofundar exaustivamente nas dimensões de tal multifuncionalidade.

De forma complementar e pragmática, L.P. Oliveira (2017) alerta que os possíveis impactos positivos dependem de determinadas condições materiais para se estabelecerem de forma integral, ou mesmo satisfatória. O trabalho da autora, que é voltado para a análise de políticas e da gestão pública, caminha no sentido de apontar para a necessidade de uma estrutura institucional e de serviços que assegurem tais condições, visto que:

[...] essa prática requer muitos serviços e apoios, conforme será mais detalhado adiante. Além disso, a AU não se enquadra em setores tradicionais de políticas públicas setoriais e requer uma articulação trans e inter-setorial (Bryld, 2003). [...] o primeiro passo para a institucionalização e formação de estruturas de apoio para a AU é a legalização dessa atividade [...] é necessário criar um aparato institucional de modo que a AU seja incluída nas

políticas urbanas de alimentação e outras políticas públicas por meio da participação democrática, além de construir uma articulação entre múltiplos stakeholders (L.P. Oliveira, 2017, p. 42-43).

Em sua argumentação a autora defende uma intervenção pública nos marcos da participação social-política, atentando-se para as especificidades da agricultura urbana - cujas dinâmicas variam muito a depender do local. De modo geral, as políticas inter-setoriais orbitam em três principais eixos: Políticas Públicas de Terras e Uso do Solo; Políticas Públicas de Saúde e Segurança Alimentar; Políticas Públicas Ambientais (idem, 2017). Uma política bem estruturada, com essas características descritas, seria a responsável, portanto, por "fazer acontecer" todos os possíveis benefícios da agricultura urbana - aumentando a qualidade de vida das populações urbanas e de modo mais ambicioso assegurando a sustentabilidade planetária.

Diante de tantos benefícios nos questionamos, seria a agricultura urbana tão "poderosa" a ponto de mitigar tantas questões sociais simultaneamente? Ou seja, seria possível que os cultivos urbanos suprimam uma ampla gama de problemáticas urbanas que vão da saúde precária à educação; dos distúrbios alimentares ao lazer-cultura, do combate ao patriarcado até a luta contra a miséria? Como deveria/poderia ser essa Agricultura Urbana para que toda essa potencialidade se converta em transformação social, contribuindo na construção de uma sociedade mais próspera e menos desigual? Como veremos mais adiante, os caminhos são diversos, mas passam necessariamente pela organização social e política, pela atuação do Estado e pela gestão eficiente-participativa das políticas públicas.

2.3. Limitações da agricultura urbana e seu uso reformista

Nessa discussão, entendemos que o aporte de M. Rostichelli (2013) seja essencial como contrapeso do discurso estritamente positivo-otimista, que muitas vezes se traduz num uso esvaziado ou potencialmente reformista da agricultura urbana. Como mencionamos no início do capítulo, entendemos ser insatisfatória a compreensão de que a agricultura urbana, por si só, na qualidade de técnica agrícola, poderia representar uma solução nova para os velhos problemas da humanidade. Essa postura, que identificamos enquanto otimista, normalmente se traduz em uma visão mais instrumentalizada da agricultura urbana, que trata de listar os possíveis benefícios da atividade para então dizer que é relevante - sem aprofundar o debate nos diferentes formatos, conteúdos e necessariamente sujeitos de tal prática. Boa

parte das organizações internacionais, aqui fazemos referência principalmente àquelas vinculadas à ONU, aparentemente corroboram com essa postura, como podemos verificar nesse fragmento de uma resolução da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO):

[...] A agricultura urbana e periurbana contribui para o desenvolvimento econômico local, o alívio da pobreza, o reconhecimento do direito humano à alimentação, a inclusão social dos pobres urbanos e das mulheres em particular, bem como o esverdeamento da cidade e o reuso produtivo de resíduos urbanos (FAO/WB, 2008, tradução de Rubia P. Santos, p. 9-10).

De qual agricultura urbana estamos falando acima? Qualquer tipo? Será que todas as expressões da agricultura urbana carregam essa enorme potencialidade? Apontamos aqui que o uso genérico da agricultura urbana enquanto benefício universal poderia servir para empobrecer o debate e legitimar experiências que não necessariamente apontam os benefícios mencionados.

A pesquisadora M. Rostichelli traz nova luz para a discussão, problematizando esse uso que classifica como reformista. Segundo a autora: "existe uma compreensão de que a pobreza poderia ser resolvida com políticas públicas que, em verdade, não tocam questões estruturais que sustentam a desigualdade" (ROSTICHELLI, 2013, p. 24). Acreditamos que tal aporte é relevante, pois enriquece e complexifica o debate. A autora amplia a discussão para as formas de organização da sociedade e da vida, trazendo para a discussão e questionando o modo de produção capitalista enquanto matriz da desigualdade, da pobreza e, em última instância, responsável pela fome. Nesse movimento, ainda com a autora, encontramos que: "o capitalismo, a partir da divisão da sociedade em classes, tem nesta divisão, uma de suas sustentações. Desta forma, acabar com a pobreza, nos remete a outro tipo de sociedade, que não a capitalista" (Idem, 2013, p. 43).

Essa linha de raciocínio nos parece adequada para pensar o território da investigação, visto que no distrito de Parelheiros (São Paulo) a questão da fome e da pobreza não estão associadas necessariamente a uma escassez de alimentos, mas sim à má distribuição dos mesmos. Ampliando o raciocínio da autora, entendemos que em nosso contexto geo-histórico a fome não tem relação direta com problemas de produção ou abastecimento, mas está sim diretamente associada à desigualdade e à pobreza. Em outras palavras, não faltam alimentos, mas sim os meios para obtê-los. Nesta conjuntura contraditória e desigual, o discurso de que a agricultura urbana seria uma ferramenta de combate à fome pode servir também, em alguma

medida, para aceitar e legitimar a ordem social vigente (capitalista), pois não propõe maiores questionamentos sobre o modo de produção e distribuição de alimentos e da questão agrária.

De qualquer forma, esse alerta não serve de modo algum para deslegitimar a potencialidade da agricultura urbana enquanto ferramenta de combate à fome ou à pobreza - entendemos que a atividade é extremamente relevante e eficiente nesse sentido e deve necessariamente ser promovida e incentivada pelo poder público. Nossa observação serve para que, no campo discursivo ou teórico, possamos identificar e superar um possível argumento reformista de que a agricultura urbana poderia "consertar" problemas do modo de produção que, em nosso entendimento, são estruturais (desigualdade e exploração), podendo ser usada inclusive como forma de ocultar problemas urbanos decorrentes do modo de produção - como é o caso da especulação imobiliária (com seus vazios urbanos), do uso privado da terra, do déficit habitacional, do desemprego, entre outros. Sendo assim, corroboramos com a visão da autora quando afirma que "a prática da agricultura urbana possibilita a melhoria do acesso à alimentação, e, conseqüentemente, uma certa melhoria das condições de vida, mas não resolve a pobreza" (ROSTICHELLI, 2013, p. 43).

Sendo assim, refletir sobre e questionar o modo de produção vigente parece ser relevante se buscamos atingir a enorme potencialidade da agricultura urbana, que segundo levantamos anteriormente transita entre a questão da fome, da pobreza e da sustentabilidade do meio-ambiente. Ora, seria possível acabar com a fome num modo de produção onde o valor de uso do alimento é secundário em relação ao seu valor de troca? Seria possível gerar/manter a renda para o agricultor urbano sem reorganizar a questão da propriedade privada do solo e dos meios de produção? Seria possível superar a desigualdade, a pobreza e a fome sem questionar uma ordem social onde o excesso de alimentos e recursos convive tranquilamente com a fome e a miséria? Muito provavelmente não, mas a agricultura urbana poderia ser um bom caminho para alavancar essa discussão e trazer tais questionamentos à tona.

Pois bem, o modo de produção capitalista é hegemônico, pela sua capacidade de permear, tensionar e mediar (praticamente) todas as relações humanas no planeta. Mesmo assim, tal processo de desenvolvimento não se dá de maneira uniforme e muito menos sem contradições, conflitos e violência. Seu modo de expansão desigual e contraditório (HARVEY, 2006; SMITH, 1988) oferece a possibilidade de recriação de experiências, teorias e práticas que questionem e confrontem a lógica operante do Capital, que por sua vez podem

fazer despertar uma consciência (e necessariamente uma prática) crítica em relação ao próprio modo de produção. É justamente aí, em nossa compreensão, que reside uma oportunidade de transformação social em torno da agricultura urbana, podendo-se estabelecer enquanto um substrato fértil por onde a grande potencialidade supramencionada poderia emergir..

Ariovaldo U. de Oliveira, nossa referência nos estudos da Geografia Agrária, aponta para um movimento similar na sua perspectiva da criação e recriação contraditória do campesinato no campo brasileiro - classe social que simultaneamente é subjugada e resistente ao avanço do capitalismo no campo. Autoras como Rostichelli (2013) e Nakamura (2017), que realizaram pesquisas em campo no território da agricultura urbana de São Paulo, identificaram práticas, relações e ferramentas que recriam essa contradição também dentro do espaço urbano, estabelecendo espaços de convivência, articulação política e comunitária que minimamente questionam o modo de produção hegemônico - questionando as próprias possibilidades de (re)produção da vida nas cidades. Assim, os conflitos por terra, as reivindicações por recursos, as demandas por moradia e alimentação, que podem culminar em territorialidades alternativas, no contexto da agricultura urbana, despontam como formas resistências. Poderia surgir aí um "novo potencial" da agricultura urbana, trazendo um conteúdo revolucionário à prática de cultivar na cidade. Esse raciocínio se expressa de forma sintética no seguinte fragmento:

O fato de a sociedade urbana não se reproduzir de maneira uniforme, nem sem conflitos, possibilita a (re)criação de formas de produção não-capitalistas, com o potencial de promover e recuperar os vínculos de vizinhança e de comunidade, de pessoas que olham e se preocupam com os problemas alheios, que são (ou se tornam) solidárias com as outras, tornando possível a construção e/ou existência de relações mais próximas e de questionamento frente às desigualdades engendradas pelo mundo urbano (GONÇALVES, 2010, p. 38, apud ROSTICHELLI, 2013, p.29).

Fato é que as concepções e práticas da agricultura urbana estão em disputa, podendo carregar diferentes significados e significantes sociais, apresentando tipologias, formatos e conteúdos que oscilam da conservação, reforma ou ruptura com a sociedade vigente. Como o debate é recente é necessário cautela e investigação. Rostichelli aponta que:

A prática da agricultura urbana aparece enquanto processo que pode potencializar estas resistências. Ao dizer isto, estamos olhando para a prática da agricultura em si, olhamos para os sujeitos envolvidos e para as diversas relações com o espaço local e com os vizinhos que puderam aparecer por meio da agricultura urbana. Experiências e resistências que não se pretendem generalizadoras, mas nem por isso, são menos importantes. Se dissemos que pensar e discutir o urbano é preciso, o mesmo vale para as ideias que

encontramos sobre a prática da agricultura urbana, sobretudo porque não há um consenso (Idem, 2013, p.38)

Identificar e reivindicar essa potência demanda muito mais pesquisa e investigação do que seria possível neste trabalho, passando necessariamente por um "mergulho" no território e diálogo íntimo com os sujeitos da agricultura urbana. Pretendemos, nos próximos capítulos, nos aprofundar nesse percurso para compreender como se dão as políticas públicas de promoção da agricultura urbana e como se configura tal território - buscando examinar se a potencialidade mencionada se materializa na vida do(a) agricultor urbano. Conforme apontamos anteriormente, nosso objetivo é investigar como essas questões se dão no MSP e em especial no distrito de Parelheiros, onde identificamos um território específico de agricultura urbana.

3. HISTÓRICO DA AGRICULTURA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Vimos anteriormente que a compreensão do processo da Urbanização e da Industrialização, em sua força transformadora e contraditória, é um dos aspectos centrais para o entendimento do território da agricultura urbana, bem como de suas dinâmicas e relações com o conteúdo urbano. Recapitulando: se a indústria e a urbanização são matrizes das cidades contemporâneas, moldando seu desenvolvimento, suas relações e seu território, e que por sua vez incorporam em maior ou menor medida a atividade agrícola - aqui tipificada enquanto agricultura urbana - então são processos necessariamente relacionados. A questão dos vazios urbanos é um exemplo prático dessa inevitável associação. Bastante mencionados na bibliografia de referência, os vazios urbanos, enquanto produto contraditório da urbanização, servem de substrato para a consolidação de um território da agricultura urbana (ROSTICHELLI, 2013). A enorme demanda por alimentos, impulsionada pelo adensamento demográfico das áreas urbanas, também pode ser vista como um *input* do urbano para a recriação da agricultura nas cidades.

O Município de São Paulo (MSP), pela sua dimensão, história e características territoriais se configura como verdadeiro símbolo deste processo, ocupando o posto de maior cidade brasileira¹⁹, 4° maior cidade do planeta²⁰ e sendo a cidade brasileira que mais contemplou o processo de urbanização, adensamento e crescimento demográfico (CALDAS et JAYO, 2016), tendo correspondido também, em alguma medida, como a principal cidade industrial do país. Neste espaço, que é simultaneamente o *lócus* da acumulação capitalista e da desigualdade socio-espacial (CARLOS, 2008), processos humanos tipicamente urbanos se dão em marcha acelerada desde o início do século XX, convivendo histórica e contraditoriamente com a atividade agrícola e mais recentemente com tentativas de institucionalização da atividade. Integrando e justapondo esses fatores em uma paisagem tão heterogênea e diversa, a importância do MSP para o estudo da agricultura urbana recobra importância. Entendemos que a escolha de investigar a agricultura urbana no Município de São Paulo pode servir de ponto de partida para uma compreensão mais aprimorada do que é a atividade, bem como de suas tipologias, potencialidades e formas de promoção/incentivo.

¹⁹IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2020.

²⁰ Segundo o levantamento The World's Cities in 2018 - the United Nations disponível em <https://www.un.org/en/events/citiesday/assets/pdf/the_worlds_cities_in_2018_data_booklet.pdf> Acesso em: 01/03/2022

Conforme mencionamos, a história de São Paulo é marcada por diversos processos que são verdadeiramente representativos da industrialização que descrevemos no primeiro capítulo, quando remetemo-nos à Revolução Industrial. O processo de industrialização, que por aqui se deu tardiamente (se comparado à matriz europeia), manteve algumas das características que mencionamos, como o vigoroso adensamento populacional, crescimento demográfico, expansão da mancha urbana, expulsão gradual de elementos propriamente rurais, como sítios e chácaras, entre outros. A indústria que começou a se configurar por aqui no final do século XIX foi responsável por colocar a cidade em outro patamar de desenvolvimento econômico, alavancando serviços e comércios e transformando uma urbe que até então tinha pouca expressividade em um dos pólos mais dinâmicos e populosos do país.

Resgatemos rapidamente o histórico da cidade de São Paulo e a sua relação com a atividade agrícola, bem como da circulação e comercialização de alimentos²¹. A Vila de São Paulo foi fundada como iniciativa jesuítica em 1554 no morro situado entre os rios Tamanduateí e Anhangabaú. Estrategicamente posicionada – já havia sido escolhida previamente por indígenas como núcleo de povoamento – a vila contava com acesso à água potável, oportunidades de pesca e de navegação. Por oferecerem essas oportunidades os rios desempenharam um papel importante na construção da cidade em termos urbanísticos e econômicos, tendo influenciado diretamente nos transportes e na circulação de alimentos, como veremos adiante.

Nos seus primeiros séculos de existência a vila jesuítica teve pouca importância econômica e política, estando isolada das áreas mais dinâmicas do Brasil colônia e restringindo-se a atividades de subsistência e catequização. Neste período histórico, devido à existência considerável de uma produção descentralizada e para o autoconsumo, associada a uma população pouco expressiva, a atividade de comercialização de alimentos era de baixa intensidade e importância.

Com a gradual intensificação da atividade bandeirante a vila passa a assumir um papel de local de paragem e reabastecimento para as tropas. No entanto, é no século XVIII e especialmente XIX, com a descoberta de pedras preciosas e ouro na macro-região – também

²¹ As informações organizadas na sequência sobre o histórico da produção e comercialização de alimentos foram obtidas em trabalhos de campo realizados em 2018 em mercados e centrais de abastecimento do MSP, sendo as informações referenciadas em discussões e exposições da Profa. Dra. Valéria de Marco e da Profa. Dra. Glória da Anunciação Alves.

em São Paulo mas com grande destaque para Minas Gerais – que a vila se projeta como um dos principais entrepostos da região, vendo sua atividade comercial aflorar. Nessa transição a cidade começa a se projetar regionalmente como um polo dinâmico, assumindo o posto de cidade e de sede administrativa da capitania de São Paulo (1709).

Com essas transformações em vigor a cidade vivencia um aumento demográfico notável, que acarreta em um aumento na demanda por produtos alimentícios para a reprodução da população. É importante ressaltar que uma parte considerável da população já não se dedicava às atividades agrícolas, de modo que só poderiam garantir seu sustento por meio da compra de tais bens essenciais. Diante de tal demanda, foi se organizando um sistema de produção e distribuição de alimentos, produzidos localmente em áreas centrais nas chácaras e sítios que conviviam com o elemento urbano incipiente - também teve a pesca uma importância considerável nesse período histórico. Os produtos alimentícios produzidos localmente eram levados aos principais pontos de paragem para serem comercializados, de tal modo que as atividades comerciais vinculadas à alimentação passam a despontar na paisagem paulistana.

Nesse período, até o início do século XX, São Paulo ainda não se apresentava enquanto um proeminente conglomerado urbano. Seu sistema de abastecimento de alimentos era baseado quase que exclusivamente em uma produção local, que articula sítios, chácaras e roçados situados dentro e nos arredores da cidade (OLIVEIRA, 2010 apud ROSTICHELLI, 2013). Até meados de 1930 a cidade de São Paulo, que ia se configurando enquanto um pólo econômico de negócios, preservava uma produção agrícola local relativamente consistente, com esses sítios produtivos margeando a região central propriamente urbanizada (idem). Esses locais de produção eram responsáveis por produzir e fornecer boa parte da comida que a incipiente cidade consumia, através de feiras locais e mais tarde em mercados públicos. Tal configuração urbanística, onde boa parte do território era composta por áreas tipicamente rurais (VALDIONES, 2013), foi se transformando ao longo do século XX.

Foi principalmente devido ao ciclo do café que a cidade cresceu e se dinamizou, modernizando-se e industrializando-se - processo que remete ao final do século XIX e começo do século XX. Nesse movimento erguem-se ferrovias, se estabelecem as primeiras indústrias, os rios se canalizam (e passam a escoar o esgoto) e os setores de serviço e comércio se expandem, de modo que a cidade vai se configurando enquanto um centro dinâmico da economia nacional. Essas transformações foram responsáveis em alguma medida

por restringir a produção de alimentos nas áreas centrais, na medida que empreendimentos residenciais, industriais e comerciais passam a pressionar e substituir a atividade agrícola - e a pesca fluvial se vê impossibilitada pela presença de esgoto nos rios da cidade.

A crescente demanda por alimentos aliada ao processo de expulsão das chácaras impôs um novo desafio ao poder público, que buscou uma solução externa para a questão latente do abastecimento da cidade, em especial para aquela população especificamente urbana. Nesse contexto, a solução para garantir a segurança alimentar da cidade foi diversificar a rede de abastecimento da cidade incorporando cada vez mais elementos externos em tal cadeia. A este respeito, Seabra (1973)²² comenta que:

Parcela substancial da produção agrícola reclamada pelos grandes centros urbanos, representada pelos cereais, feijão, mandioca, carnes, açúcar, matérias primas como o amendoim, o algodão etc., foi sendo obtida em geral em áreas cada vez mais distantes e, até mesmo no exterior. Mas, a presença destes grandes centros estimulou também o aparecimento, em seus arredores mais ou menos imediatos de atividades agrícolas voltadas para a produção de gêneros alimentícios geralmente muito perecíveis in natura e com funções alimentícias habitualmente diferentes dos produtos anteriormente citados. Trata-se dos produtos hortifrutigranjeiros, a cujo consumo estava habituada parte da população constituída de imigrantes e seus descendentes e que vinha entrando no país em números consideráveis desde a segunda metade do século XIX (SEABRA, 1973, p. 6. apud NAKAMURA, 2017).

Assim, em 1875 é inaugurado o “porto seco” da Estação Ferroviária Sorocabana que passa a receber produtos alimentícios de outras regiões - algumas delas dentro do que hoje faz parte do traçado do município - para recompor o sistema de abastecimento. Tal perspectiva política, de garantir a segurança alimentar da cidade a partir de insumos externos, vindos de um cinturão agrícola, mas também frequentemente de cidades mais afastadas e inclusive de outros estados e países, foi predominante de 1875 até a atualidade - sendo decisiva para a relação da cidade para com a agricultura. São resultados diretos desse processo a promoção e edificação de mercados públicos e privados, supermercados, incentivo às feiras-livres²³, criação das Centrais de Abastecimento (CEASA)²⁴, que favoreceram a comercialização de produtos externos e internos simultaneamente. Tal opção externa para a questão do abastecimento da cidade se traduz também na ausência de políticas de promoção da atividade agrícola em escala local, dentro ou nas margens da cidade.

²²SEABRA, Manoel Gonçalves. As cooperativas mistas do estado de São Paulo: estudo de Geografia Econômica. 1973. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.

²³Em 1948 foi determinado que cada bairro da cidade deveria ter uma feira-livre.

²⁴Atual Companhia de Armazéns Gerais do estado de São Paulo (CEAGESP).

Este processo político fez com que a agricultura do município fosse negligenciada pelo poder público local, que no limite apenas atuou para viabilizar a distribuição dos produtos, mas não participou diretamente na regulamentação da atividade, deixando a população agricultora desprotegida frente ao avanço da mancha urbana. A falta de retaguarda jurídica e amparo legal fez com que o histórico cinturão de chácaras fosse paulatinamente cedendo lugar para o elemento urbano na paisagem (LANGENBUCH, 1971). Para além da ocupação humana tipicamente residencial, as dinâmicas especulativas sobre o valor do terreno somaram forças nessa disputa pelos terrenos agrícolas, acelerando o ritmo da expulsão da atividade agrícola e, conseqüentemente, dos sujeitos que a praticavam.

No decorrer do século XX, com o incremento da atividade produtiva, do setor terciário, com políticas de imigração e com a realização da conurbação da mancha urbana (VALDIONES, 2013), culminando com a "conquista" de título de maior cidade brasileira em 1960, a cidade de São Paulo perde o seu histórico cinturão de chácaras que viria a se reconfigurar em uma nova periferia, mais afastada do centro.

De qualquer maneira, conforme apontamos anteriormente, tal processo nunca é homogêneo. Ou seja, o avanço do elemento urbano coexiste com a recriação-manutenção de territórios não urbanos, conforme consta no seguinte fragmento:

A aceleração do processo de urbanização a partir de 1960, em decorrência do crescimento das indústrias na região Sudeste – concentrando-se principalmente em São Paulo – da mecanização e crescente expulsão da população rural, gerou um grande deslocamento e aglomeração de pessoas no espaço urbano, em nosso caso, na metrópole de São Paulo. Por outro lado, a produção do espaço urbano, mesmo com a crescente possibilidade da escassez do espaço, não se dá de forma homogênea, isto é, o fato de vivermos no espaço urbano e termos nossas relações mediadas pelo mercado, não faz com que o fato físico do urbano (prédios, construções, avenidas, etc) se constitua de modo uniforme e homogêneo em todos os lugares. Isto justifica o fato de existir, em plena região metropolitana, espaços em que o modo de vida urbano não logra realizar-se plenamente (ROSTICHELLI, 2013, p.59).

Veremos na sequência que diversos fatores, naturais e antrópicos favorecem ou dificultam esse processo, tornando a produção do espaço verdadeiramente dinâmica e heterogênea.

3.1. Histórico da Agricultura em Parelheiros

Ainda no movimento do processo de consolidação do território paulistano, considerando as diferentes tensões e disputas do urbano para com a atividade agrícola, identificamos algumas particularidades em nossa área de estudo - o distrito de Parelheiros. Existem diversas perspectivas para analisar o processo de ocupação e produção do espaço em Parelheiros. Para entender a configuração deste território enquanto bolsão da agricultura no município optamos por dar maior ênfase para um período histórico mais recente que nos permite discutir a atividade agrícola frente à urbanização, para entender finalmente como a mesma se configura enquanto uma agricultura urbana.

Sendo assim, identificamos que o histórico da ocupação agrícola remete inicialmente ao período imperial, por volta de 1829 quando por determinação do governo central de Dom Pedro I, um grupo de 200 imigrantes alemães, austríacos e suíços foram convidados a estabelecer uma colônia agrícola em Parelheiros (SÃO PAULO, 2019) - cujos descendentes habitam a região até os dias de hoje. Nakamura (2017) aponta também para a existência de uma agricultura caipira tradicional na região, que remete a tempos anteriores e passa a coexistir com as atividades coloniais e, posteriormente, com a colonização japonesa. Foi na década de 1940 que a região passou a receber imigrantes japoneses de forma sistemática, que agregaram o contingente de agricultores da região também com o objetivo de produzir alimentos e demais produtos agrícolas para a crescente cidade de São Paulo (NAKAMURA, 2017; SÃO PAULO, 2019). Estes agricultores foram responsáveis por incorporar e introduzir novas técnicas e formas de produzir, praticando uma agricultura marcada pelo uso intensivo de insumos (fertilizantes e agrotóxicos) que se contrastava àquela praticada pelos locais. Assim, a partir da combinação dessas diferentes populações, práticas, conhecimentos e objetivos o território do extremo sul (Parelheiros e Marsilac) se estabeleceu como a maior área agrícola do Município de São Paulo (SÃO PAULO, 2019).

A particularidade e a importância da área em questão para o nosso estudo, reside na tensão histórica entre urbano e rural, visto que aquele espaço, pressionado pelo urbano mas resguardado por acidentes geográficos, permitiu à agricultura e aos agricultores um maior poder de resiliência frente ao ímpeto urbano. Nakamura (2017), resgatando investigações de Aroldo de Azevedo (1945) e Antonio Rocha Penteado (1958), identificou que as represas Guarapiranga e Billings, bem como a escarpa da Serra do Mar, atuaram como bloqueios

naturais à expansão da urbanização que, conforme vimos anteriormente, se dava em marcha acelerada ao longo do século XX. Tais barreiras dificultaram, e em alguma medida ainda dificultam, a ocupação intensa da região - de tal sorte que os subúrbios que ali se estabelecem apresentam uma característica mais marcadamente agrícola e pouco adensada - ao menos até meados do século XX.

Assim, em uma síntese geográfica de processos antrópicos (urbanização) contrastados à geomorfologia local produziu-se uma paisagem tipicamente agrária em Parelheiros, que contava com uma população majoritariamente rural até 1950 (COSTA, 1958. apud NAKAMURA, 2017). Na época, tal área agrícola era caracterizada como "sertão de Santo Amaro", onde habitavam cerca de 7.000 habitantes envolvidos com atividades agropecuária e madeireira (PENTEADO 1958). O autor caracteriza a área como esquecida, pouco dinâmica, com acesso dificultado e praticamente sem nenhuma infraestrutura urbana. Nas áreas próximas às represas a produção do espaço se dava de outras maneiras, ganhando destaque progressivamente pela qualidade ambiental para o turismo e veraneio. Com balneários, rios e matas preservadas, as áreas das represas passaram a atrair os munícipes abastados que compravam e construíam casas de veraneio, criando um movimento imobiliário de valorização progressiva do valor dos terrenos. Ainda nos dias de hoje tal qualidade ambiental todavia é evocada para a promoção do turismo e do lazer, conforme veremos no próximo capítulo.

Com o passar das décadas e com a intensificação da urbanização, em sua maior expressão através do aumento populacional, o processo de incorporação de terras pelo urbano se acelera. Nakamura (2017), reconhecendo a produção desigual do território e apontando para as mazelas da urbanização, sintetiza esse processo nas seguintes passagens:

A mancha urbana da cidade de São Paulo cresceu em proporções gigantescas ao longo do século XX, gerando uma cidade extremamente desigual e excludente. Os locais que mais sofrem com a falta de infraestrutura e problemas sociais são as periferias pobres, distantes do centro da cidade. Essas periferias se expandiram alcançando regiões com agricultura no município, como o extremo sul. Os agricultores que lá vivem também enfrentam todos os problemas dessas periferias, além da especulação imobiliária sobre suas terras. [...] a mancha urbana se expande e as classes sociais de baixa renda vão em busca de terrenos baratos cada vez mais distantes do centro da cidade, em locais com precária infraestrutura [...] Há tanto uma pressão imobiliária por essas áreas para que se tornem chácaras de lazer, como para a construção de casas para moradia (2017, p. 48).

Neste processo, a configuração territorial de Parelheiros vai se tornando mais complexa, fazendo conviver a atividade agrícola e o veraneio - usos da terra que remontam ao século passado - com a urbanização acelerada e desordenada. A questão da moradia, que remete ao uso privado da terra e ao descaso do poder público, desponta nas periferias enquanto ocupações irregulares em áreas de mananciais e encostas, representando um risco às populações e ao ambiente. O grande ônus da urbanização se faz presente, com um grande aumento da população residindo em favelas - 1970 a 1990 a porcentagem de pessoas em favelas passou de 1 para 20% - avançando sobre áreas de risco ou de proteção ambiental (como os mananciais de água) - reduzindo a cobertura vegetal e comprometendo recursos hídricos (SEABRA, 2004).

Tais questões estruturais são latentes nas periferias do município e especialmente relevantes para o distrito de Parelheiros, que conta com um dos piores indicadores socioeconômicos da capital paulista, apresentando o pior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de São Paulo e contando com uma débil rede de infraestrutura urbana (NAKAMURA, 2017). Veremos no decorrer do trabalho como o poder público e os agricultores enfrentam essas questões e como a proposta de converter a região em uma macrozona de turismo e agricultura dialoga com as urgentes questões sociais.

3.2. Panorama geral da agricultura do município na atualidade

Antes de avançar para a análise das políticas públicas que se deram no distrito de Parelheiros entendemos ser relevante traçar um panorama geral sobre como se dá a agricultura do município na atualidade, para compreender minimamente as suas tipologias, formatos e expressões - considerando prioritariamente a produção e comercialização de alimentos. A partir da análise da bibliografia, e em especial a partir dos levantamentos produzidos pelo Projeto Ligue os Pontos e do trabalho estatístico apresentado na revista Estudos Avançados n°35 (BIAZOTI, LEÃO, BURALLI, MAUAD, 2021), identificamos que existem diversos tipos de agricultura que ocorrem em maior ou menor intensidade segundo a região da cidade.

A proposta descontraída de classificar as iniciativas em agricultura urbana "pavê" e "pacumê" (CALDAS; JAYO, 2019) aponta para uma dicotomia entre experiências ativistas como as hortas comunitárias, educativas, escolares; e experiências mais focadas na produção e comercialização. Biazoti (2021) sugere uma classificação com 8 tipologias, sendo elas:

quintal produtivo, loteamento, guerrilha, horta comunitária, horta institucional, horta urbana, agricultura familiar e empreendimento agrícola, conforme a tabela 1.

Tipo de agricultura urbana	Função primária ou orientação	Comercialização
Quintal produtivo (residencial)	Autoconsumo, recreação, paisagem, doação	Mínima
Loteamento	Autoconsumo, doação, venda de excedente, segurança alimentar e nutricional	Ocasional
Guerrilha	Ativismo, ocupação de espaços públicos, criação de paisagens comestíveis	Inexistente
Horta comunitária	Autoconsumo, ativismo, ocupação de espaços públicos, segurança alimentar e nutricional, comunidade.	Ocasional
Horta institucional	Autoconsumo, doação, educação, reabilitação, capacitação e treino, venda ocasional	Rara
Horta urbana	Autoconsumo, venda, segurança alimentar e nutricional, abastecimento	Frequente
Agricultura familiar	Autoconsumo, venda, abastecimento	Frequente
Empreendimento agrícola	Venda, abastecimento	Sempre

Tabela 1. Tipos de agricultura urbana identificados no município de São Paulo. Extraído de Biazoti, Leão, Buralli, Mauad (2021) p. 192.

Ainda sobre a diversidade dos tipos de cultivos encontramos que:

Diversas hortas presentes no município são dedicadas ao autoconsumo, outras têm papel pedagógico e ativista na promoção da segurança alimentar e nutricional, onde a produtividade é um aspecto secundário (Biazoti, 2020; Nagib, 2016). Ao mesmo tempo, estão presentes, no município, agricultores familiares, empreendimentos agrícolas e fazendas produtivas com foco na comercialização de alimentos, plantas ornamentais e produção de animais de médio e pequeno portes (BIAZOTI, LEÃO, BURALLI, MAUAD, 2021).

Conforme já mencionado, para a finalidade deste trabalho, considerando a nossa perspectiva e conceitualização da agricultura urbana, optamos por tratar especificamente das experiências orientadas ao sistema de abastecimento da cidade, investigando aqueles agricultores que se encontram via de regra às margens dos holofotes da mídia e que foram os principais impactados pelas políticas públicas de promoção da AU nos últimos 20 anos que pretendemos investigar. Nesse sentido, para nosso propósito, identificamos alguns "enclaves" agrícolas mais relevantes dentro da região metropolitana de São Paulo localizados sobretudo nas franjas do município e associados a uma área rural delimitada pela Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) em 2014.

Tomando como base os dados da PMSP concebemos a hipótese de que duas regiões se configuram como os principais polos agrícolas no município, com grande quantidade de sítios produtivos que comercializam a sua produção ou parte dela: são essas as regiões que abrangem os distritos de Parelheiros, Marsilac e Grajaú, na zona sul, e a região de São Mateus, São Rafael e Iguatemi na zona leste. Podemos identificar com maior clareza essa composição ao observar a imagem 4, extraída do portal Sampa+Rural²⁵, onde cada circunferência verde representa o número de Unidades de Produção Agropecuária (UPAs)²⁶ registradas na área demarcada, sendo 558 no sul e 101 no leste - de um universo de 735 UPAs.

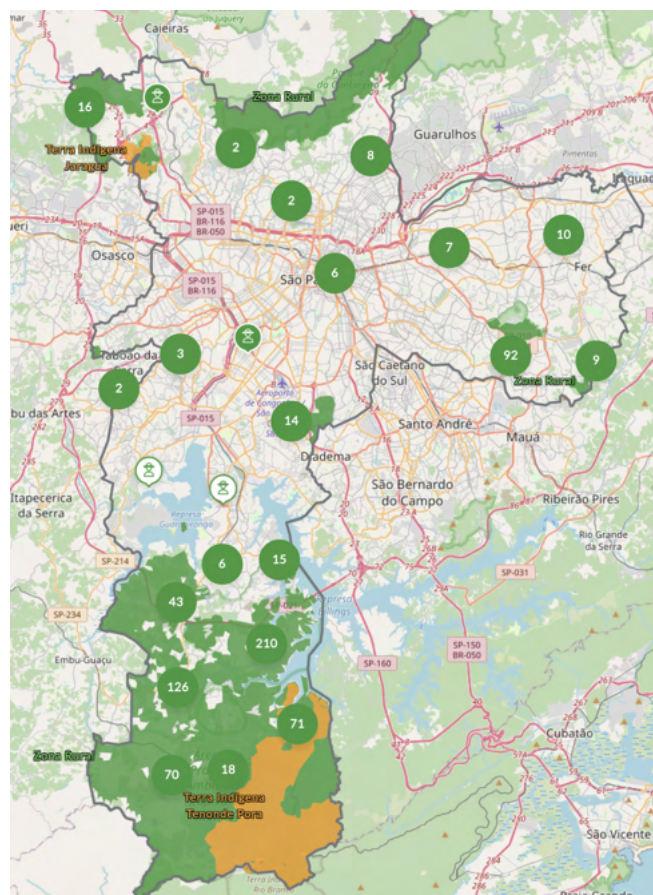


Imagem 4. Localização relativa das Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) do Município de São Paulo. Infográfico extraído da plataforma Sampa+Rural no dia 01/03/2022.

²⁵ A plataforma conta com um mapa interativo da agricultura do município desenvolvida pelo projeto Ligue os Pontos, podendo ser acessada no seguinte endereço: <<https://sampamaisrural.prefeitura.sp.gov.br/>> Acesso em: 26/02/2022

²⁶ "[...] a diferença entre o conceito de UPA adotado pelo cadastramento com outros censos e levantamentos oficiais, entre os quais o Censo Agropecuário do IBGE (2017) e o LUPA da SAA (2016/2017). Embora possua a mesma denominação que a utilizada pela SAA no LUPA, o conceito utilizado no cadastramento realizado pelo CEBRAP difere por não ter a princípio, como critério de seleção, o tamanho da propriedade e por cadastrar apenas as unidades localizadas em área considerada como rural. Quanto ao conceito adotado pelo IBGE, no Censo Agropecuário, o de Estabelecimento Agropecuário, além da denominação distinta, o mesmo difere da UPA em relação à localização e à destinação da produção" (SÃO PAULO, 2020, p. 7).

Assim, resgatando alguns levantamentos, censos e pesquisas estatísticas temos o seguinte panorama de unidades produtivas no município de São Paulo:

- Sampa+Rural (2022): 735 UPAs;
- Ligue os Pontos (2019): 428 UPAs na Zona Sul;
- Levantamento Unidades de Produção Agropecuária (LUPA 2007-2008): 253 unidades de produção;
- Levantamento Unidades de Produção Agropecuária (LUPA 2016-2017): 323 unidades de produção²⁷;
- Censo Agropecuário (IBGE 2006): 193 estabelecimentos agropecuários²⁸;
- Censo Agropecuário (IBGE 2017): 550 estabelecimentos agropecuários;
- Cadastro do Produtor Rural (CPR 2012): 446 unidades de produção.

Os números variam de acordo com a metodologia e a abrangência dos estudos mas apontam para uma tendência de crescimento da atividade se considerarmos a progressão de unidades produtivas ao longo dos anos - conforme podemos ver com mais clareza na tabela 2. A área cultivada também varia ligeiramente de acordo com a pesquisa, orbitando entre 4.388 hectares (LUPA 2016-16) e 4.961 (CPR 2012). A população envolvida com a atividade, segundo o levantamento do Ligue os Pontos (2019), encontra-se em torno de 1469 pessoas diretamente envolvidas, apenas na zona sul.

Tipo de lavoura	Número de estabelecimentos		Área destinada (ha)		Valor estimado da produção (R\$)	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Lavoura permanente	46	184	60	343	438.000 (apenas banana)	1.520.000,00
Lavoura temporária	139	335	861	689	67.000 (mandioca, cana, feijão e milho)	371.000,00
Cultivo de flores	21	98	77	432		
Pastagens naturais	46	72	542	317		
Pastagens plantadas	15	24	110	143		

Tabela 2. Dados de produção de lavouras permanentes, temporárias e pastagens no município de São Paulo, segundo dados do Censo Agropecuário 2006 e 2017. Extraído de Biazoti, Leão, Buralli, Mauad (2021) p. 196.

²⁷A Unidade de produção é definida como “conjunto de propriedades agrícolas contíguas e pertencentes ao mesmo proprietário; localizada dentro de um mesmo município; com área igual ou superior a 0,1 ha; e não destinada exclusivamente para lazer”(São Paulo, 2009, p.2, apud BIAZOTI, LEÃO, BURALLI, MAUAD, 2021).

²⁸O estabelecimento agrícola corresponde a “toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, à exploração agropecuária, florestal ou aquícola, independente do seu tamanho, de sua forma jurídica [...], de sua localização [...], tendo como objetivo a produção” (IBGE,2019, p.14, apud BIAZOTI, LEÃO, BURALLI, MAUAD, 2021).

Para nossa finalidade, iremos considerar o levantamento mais recente, atualizado periodicamente pela Prefeitura de São Paulo. Até o presente momento o panorama geral da atividade pode ser traduzido pelos seguintes infográficos, que apresentam o número de UPAs cadastradas bem como as hortas urbanas e em equipamentos públicos.



Imagem 5. Panorâma da agricultura no município de São Paulo com número de Unidades de Produção Agropecuária (UPAs), Aldeias Guarani, Hortas urbanas e Hortas em equipamentos públicos. Infográfico extraído da plataforma Sampa+Rural no dia 01/03/2022



Imagem 6. Panorâma da transição agroecológica e dos agricultores orgânicos do município. Infográfico extraído da plataforma Sampa+Rural no dia 01/03/2022.

Baseado nesses levantamentos e estatísticas reconhecemos a Zona Sul do Município, o que Nakamura (2017) apresentou enquanto "extremo sul" enquanto o principal núcleo da agricultura do Município de São Paulo, conforme consta no seguinte fragmento:

Na zona sul (ZS) se encontra a maior parte de unidades de produção agropecuária no município, chegando a 309 estabelecimentos conforme o Censo Agropecuário 2017 e 428 UPA conforme o credenciamento do Ligue os Pontos. As áreas de produção são mais extensas nessa região, apesar da maior parte ter tamanho de até 5 ha. Culturas temporárias, como a olericultura, são as mais presentes, com sistemas preponderantemente convencionais de produção. Também se destaca a produção de plantas

ornamentais e a silvicultura, assim como a produção animal de frangos, galinhas, ovos e suínos (BIAZOTI, LEÃO, BURALLI, MAUAD, 2021).

Ao longo do trabalho enfrentaremos a necessidade de personificar esses números, encontrando a correspondência material para a estatística numérica. Será necessário portanto investigar, conhecer e dialogar com essa população agricultora para responder ao nosso objetivo. Se de antemão já constatamos uma tendência de progressão da atividade agrícola, será necessário agora entender como se dá, na materialidade do cotidiano, a interlocução entre poder público e famílias de agricultores em torno das políticas públicas estudadas.

3.3. Considerações sobre as práticas produtivas - convencional, orgânico, agroecológico e em transição

Ao longo do trabalho insistimos em reconhecer a agricultura urbana enquanto prática diversa, englobando uma ampla gama de elementos e relações que variam segundo a experiência observada. Ao longo do trabalho vimos que tal diversidade se manifesta também através dos sujeitos que a praticam, dos objetivos e das finalidades da produção, bem como nas formas de acesso à terra, às características do terreno e da institucionalização ou não da prática. Neste item pretendemos tratar de um aspecto que integra a maioria desses elementos bem como está necessariamente presente em qualquer tipo de agricultura. As práticas produtivas aqui entendidas sumariamente como técnica agrícola mas com implicações mais abrangentes para a unidade produtiva como um todo, é um dos aspectos centrais para a diferenciação das experiências de agricultura urbana. Pois bem, o tipo de cultivo que se realiza - convencional, limpo²⁹, orgânico, agroecológico ou "de transição" - é decisivo para o tipo de relação social de produção que se dá entre o sujeito, a atividade, o espaço e a cadeia produtiva. Nessa perspectiva, a prática produtiva deixa de ser meramente uma particularidade da produção, um mero detalhe ou opção técnica do agricultor, para tornar-se central na análise do tipo de agricultura que ali se pratica, seus potenciais e desafios - inclusive pensando nas formas e possibilidades de articulação com políticas públicas.

Tal discussão é relevante pois tem consequências diretas para a realização ou não daqueles potenciais benefícios que discutimos no primeiro capítulo, pensando nos aspectos econômicos, sociais e ambientais que estão vinculados ao universo da agricultura urbana.

²⁹Em relação ao projeto Agricultura Limpa da Prefeitura do Município de São Paulo, que propõe incentivar as práticas produtivas que não preservam a mata e não poluem o solo e a água.

Também é importante reconhecer que as políticas públicas de incentivo à atividade agrícola do Município que investigamos visavam entre outros aspectos promover a transição entre a produção convencional para uma produção agroecológica e/ou orgânica - tendo o presente tópico especial relevância.

Dito isto, entendemos que a discussão sobre as diferentes práticas produtivas seja decisiva para reconhecer os aspectos sócio-ambientais associados ao uso e ocupação do terreno e, portanto, à configuração do território. O nível de autonomia e a perspectiva de manutenção da renda para o agricultor também encontra-se diretamente associado ao tipo de agricultura empregado. A questão ambiental também se faz central, uma vez que a relação imposta por determinadas práticas aos ecossistemas e territórios representa uma força verdadeiramente destrutiva e poluente. Tratem-se de reconhecer e caracterizar as principais práticas produtivas observadas e levantadas pela bibliografia.

A produção "convencional" remete à prática produtiva disseminada pela assim chamada Revolução Verde, processo de modernização da agricultura disseminado no pós-guerra sob o pretexto de combater a fome no mundo. Tal forma de produzir foi responsável por articular a mecanização (motorização) da agricultura com a introdução de novos agentes químicos e biológicos bem como a introdução de novas genéticas forjadas em laboratório - os conhecidos transgênicos. Caracterizada pela monocultura, pequena demanda por mão de obra e enorme dependência em insumos externos (fertilizantes e agrotóxicos) a produção convencional está intimamente associada ao modo de produção hegemônico, tendo sua expressão máxima no agronegócio que se materializa enquanto latifúndio - ainda que não exclusivamente. O "pacote tecnológico" da revolução verde foi responsável por expandir os domínios do capital sobre a agricultura, transformando radicalmente as relações sociais de produção e estabelecendo novos parâmetros de dependência para agricultores. Com essa prática produtiva a lógica da fábrica passa a ser o modelo também para a produção de alimentos.

A partir dos seus resultados imediatos, fácil aplicação (uma vez que se tenham os recursos) e poder discursivo, ancorado em uma narrativa hegemônica - os *lobbies* da indústria - a ideologia do pacote tecnológico se disseminou com rapidez, *commoditizando* a agricultura e introduzindo-a no sistema financeiro a partir da necessidade de crédito agrícola e comercialização da produção futura. Os custos sociais e ambientais de tal prática vêm sendo questionados desde a década de 1960 até os dias de hoje - com grande expressão de

movimentos sociais questionando tal lógica nefasta. Desmatamento, queimadas, erosão, poluição, redução da biodiversidade são alguns dos ônus ambientais de tal prática.

De qualquer forma, tal prática produtiva todavia segue sendo empregado e para o nosso contexto, no Município de São Paulo, continua sendo uma realidade. Veremos que alguns agricultores convencionais contam com o pacote completo enquanto que outros empregam apenas os fertilizantes ou os agrotóxicos. Uma questão latente a este tipo de produção é a redução considerável da autonomia do agricultor, que passa a depender de crédito para comprar os insumos que tornam-se cada vez mais indispensáveis - visto que o sistema-solo desequilibrado vai se degradando, aumentando paulatinamente a exigência de insumos externos.

Frente a essa visão instrumentalizada da natureza e da agricultura, como forma de questionar os efeitos negativos da produção convencional e resguardar a renda e permanência do agricultor no campo, surgem e se disseminam diversas propostas de superação do "pacotão" da Revolução Verde. Assim, a partir de 1920 passam a se consolidar correntes agrícolas que resgatam e reformulam conhecimentos tradicionais para superar a assim chamada produção convencional.

Desde o início do século XX, foram sendo formuladas concepções de uma agricultura alternativa à concepção dominante, pródigo da Revolução Agrícola dos Tempos Modernos. Soma-se a este percurso o conjunto de contradições acumuladas e expressas nas décadas de 1970-90, tornando-se a humanidade consciente da grave crise ecológica vivida em nosso planeta (MARTINS, 2017, p.76).

Neste processo consolidam-se novas correntes da agricultura, que a partir de diferentes abordagens e preocupações vão colocar em cheque a produção convencional. Na década de 1920 estruturam-se as agriculturas biodinâmica e orgânica; nos anos 1930 desponta a agricultura biológica e natural; na década de 1980 se formaliza a agroecologia e a agricultura regenerativa. Tratem os sumariamente daquelas que são mais relevantes para a nossa área de estudo, por encontrarem-se presentes e terem maior respaldo entre os agricultores do Município e de Parelheiros. Por aqui, inclusive, encontramos novas perspectivas que parecem dialogar com mais de uma dessas práticas, visando a transição do convencional para o *não-convencional*. São elas a agricultura limpa, representada pelo Protocolo de Boas Práticas Agropecuárias, e a agricultura de transição agroecológica.

Agricultura Orgânica

Tal perspectiva da agricultura surge como forma de questionar a aplicação de fertilizantes e defensivos químicos, que prejudicam para além da saúde humana a saúde do ecossistema - solo, plantas, água, fauna, flora, entre outros. Tal estrutura de cultivo se sustenta principalmente através da ciclagem de recursos naturais através da compostagem e da manutenção da vida no solo. Identificamos uma definição satisfatória para as práticas da agricultura orgânica que a classifica enquanto sistema de manejo sustentável que não gera impactos negativos para o meio ambiente ou para a biodiversidade (NAKAMURA, 2017).

Amplamente conhecida, divulgada e valorizada nos dias de hoje, principalmente em decorrência dos impactos negativos (comprovados) que os agrotóxicos e transgênicos têm para com a saúde humana, o produto orgânico tem se tornado uma mercadoria de desejo nos centros urbanos cosmopolitas, tendo sua demanda e consequentemente valor de comercialização aumentados. A questão da certificação, aliada à falta de políticas de incentivo à produção, tem configurado o universo dos orgânicos enquanto uma "indústria do orgânico", que acaba por tornar os produtos inacessíveis para as populações de menor renda. O selo de certificação tem sido apontado como o principal responsável por criar uma cadeia de valor excludente, que não questiona a prática produtiva convencional para além do agrotóxico e do transgênico e coloca um produto mais saudável restrito a uma parcela mais endinheirada da população.

Existem também alguns lotes de produção orgânica certificada que se organizam de forma muito similar às práticas da agricultura convencional - mecanizada, latifundiária e monocultural - substituindo os insumos químicos por alternativas orgânicas certificadas. Sem questionar o modo de produção mas amenizando o ônus ambiental da prática e, principalmente, proporcionando um ganho na saúde humana, os produtos orgânicos são inevitavelmente uma forma de potencializar os benefícios sócio-ambientais que a agricultura pode aportar ao urbano. De qualquer forma, ainda existem muitas barreiras e entraves para fazer realizar seu potencial.

Vale pontuar também que a certificação orgânica garante ao agricultor um acréscimo no valor de sua produção, sendo um caminho interessante para o incremento da renda dessas populações. De qualquer forma, o processo de certificação, pelas complexidades e custos que

implica, acaba sendo um entrave para uma parte considerável dos agricultores, como reconheceu Nakamura (2017) para a região de Parelheiros.

Agricultura Agroecológica

Embora muitas vezes confundida com a agricultura orgânica, a Agroecologia propõe uma mirada mais global para com o sistema de produção de alimentos e da agricultura, abrangendo aspectos mais amplos e sensíveis do que apenas a técnica agrícola ou a característica dos insumos utilizados. Englobando a discussão sobre as relações sociais de produção e da questão agrária, dando grande ênfase ao sujeito social da agricultura, bem como suas necessidades, objetivos e autonomia, a agroecologia tem raízes nos movimentos sociais e políticos que reivindicam a transformação social, tanto no urbano como no rural. Centrada na concepção do agroecossistema como uma releitura da relação homem-natureza, rejeitando a imposição de um sobre o outro, a agroecologia propõe uma ruptura total com a Revolução Verde, o agronegócio e o latifúndio.

A produção agroecológica de modo geral tende a apresentar uma menor dependência de recursos externos, estando associada com um maior desenvolvimento local e horizontal se comparada com a produção convencional - que por sua vez depende mais de insumos e capitais externos³⁰. O desdobramento imediato disso é que a agroecologia se configura como um mecanismo para manter a renda dos agricultores na própria região, mitigando alguns dos efeitos da transferência de renda do campo para cidade - representada aqui pela grande indústria e pelo setor financeiro. Para a nossa finalidade pretendemos investigar se a agroecologia e a transição agroecológica poderiam representar também uma possibilidade de maior desenvolvimento local-regional com a melhoria das condições socioeconômicas das famílias "agroecológicas" ou em transição para o território em questão.

Segundo Nakamura (2017) "a agroecologia vai além da prática de uma agricultura que não usa fertilizantes e agrotóxicos. Ela tem uma proposta também voltada para o social e o cultural, pois busca entre outras coisas a equidade de gênero, a justiça social, a valorização de saberes de comunidades tradicionais, indígenas e camponato, a economia solidária etc" (p. 97).

³⁰Valem os exemplos que citamos anteriormente, da necessidade extensiva de adubos, substratos e "defensivos" (agrotóxicos), normalmente produzidos pela grande indústria, e consequentemente uma maior necessidade de crédito bancário para adquirir esses insumos.

Transição Agroecológica - Protocolo de Boas Práticas, Protocolo de Transição Agroecológica e Agricultura Limpa

Dentro dessa discussão, pensando na urgência em superar o convencional e potencializar o valor socioambiental da agricultura, surgem em nossa área de estudo novas proposições em torno da questão das práticas produtivas. Associadas à crescente demanda por produtos sem agrotóxicos ou transgênicos e inseridas em um debate público sobre a dificuldade de obter o selo orgânico, as propostas aqui discutidas surgem da articulação do poder público com a sociedade (consumidores e agricultores) como importantes ferramentas jurídicas para a promoção da transição produtiva bem como da regularização e valorização daqueles agricultores que já se encontravam nestes processos.

Assim, idealizadas para substituir a dicotomia simplista entre orgânico e convencional, facilitando e incentivando tal transição (no campo teórico e na materialidade dos lotes produtivos) as propostas de Boas Práticas, Agricultura Limpa e Transição Agroecológica já surgem enquanto formulações programáticas para reconhecer e regularizar as experiências que questionam o convencional mas ainda não são reconhecidamente orgânicas, estando assim num “limbo” de regulamentação. Na prática são ferramentas que viabilizam a saída do convencional frente a uma dificuldade de obter imediatamente o selo orgânico.

O Protocolo de Boas Práticas Agropecuárias, bem como o Protocolo da Transição Agroecológica são acordos firmados entre o governo estadual e municipal, respectivamente, para com os agricultores com o objetivo de estabelecer quais práticas agrícolas serão aceitas durante o período de transição, tendo como contrapartida o reconhecimento estatal de que os produtos comercializados seriam de qualidade superior (no sentido de não conterem agrotóxicos) do que na produção convencional. Discutiremos esses tópicos novamente no capítulo 3, mas vale trazer ao debate a formulação de Nakamura (2017) sobre a questão:

Por meio do Protocolo de Boas Práticas Agrícolas, os agricultores se comprometiam a realizar a transição da produção convencional para a produção agroecológica. Por outro lado, o governo prometia fornecer apoio e assistência técnica agroecológica para esses produtores (SIGAM, 2010)³¹. O estabelecimento do protocolo também visava ajudar esses produtores na comercialização de seus produtos. De acordo com os técnicos da Casa de Agricultura Ecológica, para que uma produção agrícola seja considerada totalmente limpa de agrotóxicos e biofertilizantes, a demora é de cerca de dois anos. Assinando o protocolo, o agricultor podia vender seus produtos

³¹Sistema Integrado de Gestão Ambiental - portal da Prefeitura do Município de São Paulo que integra diversas secretarias em torno da gestão do meio ambiente.

considerados “em transição” e cobrar um pouco mais por eles do que o convencional, porém, ainda não o valor do orgânico (NAKAMURA, 2017, p.76)

A Agricultura Limpa, formatada enquanto um programa municipal, surge com objetivos similares, vinculada aos dois programas anteriormente mencionados. Com o objetivo de fomentar a transição agroecológica enquanto forma de proteger os mananciais da Zona Sul do Município de São Paulo, o programa é caracterizado pela atuação *in locu* dos agentes da Prefeitura. Principalmente através do apoio técnico aos agricultores foram incentivadas práticas agroecológicas como a compostagem e proteção à vegetação para então reconhecer os agricultores como "em transição". Vale mencionar ainda o projeto Guarapiranga Sustentável, iniciativa estadual que contava com o mesmo objetivo de preservar os recursos hídricos da região, articulando as prefeituras que estavam vinculadas de alguma forma à bacia hidrográfica - São Paulo, Embu, Embu-Guaçu, Itapeverica da Serra, São Lourenço da Serra, Cotia e Juquitiba.

Todas essas propostas similares somaram esforços na promoção da transição agroecológica, criando um processo de acompanhamento técnico de extensionista rural bem como culminando com algumas propostas de certificação da produção para melhorar as condições de comercialização dos produtos. São eles o Certificado de Produção Agroecológica (abaixo) e o Selo de Indicação de Procedência Guarapiranga.



Imagem 6. Modelo da certificação de transição agroecológica, que pode ser utilizada pelos agricultores para facilitar a comercialização de sua produção. Destaque para o aviso "sem uso de agrotóxicos, transgênicos e fertilizantes químicos". Retirado do portal da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo³².

³²Disponível em: <<http://codeagro.agricultura.sp.gov.br/transicao-agroecologica/certificado>> Data de acesso: 12/02/2022.

Veremos mais adiante a eficácia de tais medidas em promover e simplificar a transição agroecológica na nossa área de estudo. Vimos que existe de fato uma articulação entre poder estadual e municipal para oferecer apoio técnico, orientação e acompanhamento, bem como o apoio à comercialização através dos selos. No próximo capítulo apresentamos de forma estruturada o conjunto das políticas públicas implementadas no distrito de Parelheiros com o objetivo de verificar as potencialidades e limitações das mesmas.

4. POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROMOÇÃO AGRÍCOLA

Compreender o processo de desenvolvimento da atividade agrícola no Município de São Paulo (MSP) em seus diversos formatos e tipologias mas, especialmente, naquilo que discriminamos enquanto Agricultura Urbana (AU) - bem como as formas em que essa atividade se articula com o conjunto do território e da sociedade - passa necessariamente por uma análise integrada das Políticas Públicas elaboradas nos últimos 20 anos. Conforme mencionamos nos capítulos anteriores, nesse recorte temporal de duas décadas a atividade agrícola do município e os sujeitos que as praticam foram vigorosamente impactados pela atuação do poder público municipal e, em alguma medida, também estadual e federal. Por meio de decretos, leis, regulamentos e políticas, tais poderes estabeleceram que a agricultura urbana seria fundamental para o município e que, portanto, deveria ser promovida e incentivada (NAKAMURA, 2017; L. P. OLIVEIRA, 2017).

Neste capítulo pretendemos fazer um resgate do histórico dessas políticas apresentando aquelas que, a partir da bibliografia consultada e da investigação realizada, impactaram mais decisivamente a atividade agrícola do município. Para embasar nossa linha do tempo nos apoiaremos principalmente nas pesquisas realizadas por Angélica Nakamura (2017) e Lya Porto Oliveira (2017), as quais fizeram investigações relevantes sobre o tema, bem como nas fontes oficiais do Estado - legislação, comunicados, relatórios, levantamentos, planos, programas etc.

Para realizar tal levantamento histórico-institucional de forma consistente, considerando que as Políticas Públicas se configuram enquanto processos histórico-sociais, adotaremos uma perspectiva dialética, na qual a política pública se materializa enquanto disputa entre diversos sujeitos e instituições. Nesse sentido, o Estado - na qualidade de conjunto complexo e contraditório de instituições - cumpre primordialmente, mas não apenas, a função de produção e manutenção de um território tipicamente capitalista (FAKIH, 2018).

4.1. Política Pública enquanto formulação dialética

Estado e Sociedade se relacionam e se tangenciam de diversas maneiras, num movimento dialético onde sujeitos e classes sociais se chocam, determinando e transformando-se mutuamente. O Estado, em sua configuração plural e contraditória, representa simultaneamente uma estrutura capitalista, responsável por englobar cada vez mais

sujeitos e territórios em seus processos de acumulação, mas também um espaço para a representação, resistência e disputa, onde a luta social e política são ferramentas históricas para tensionar o poder e os espaços de representatividade visando a construção de territorialidades alternativas - ou a manutenção daquelas que existem (FAKIH, 2018, 2021). Nesse movimento, o Estado se configura enquanto campo de disputa, onde as estruturas, instituições e políticas desenvolvidas desde o Estado têm impacto decisivo sobre os sujeitos, mas também, em alguma medida, são afetadas/alteradas por eles (Idem, 2018). Para o nosso estudo, no qual sujeitos sociais da agricultura e Estado se articulam em torno das políticas públicas, essa perspectiva sobre o poder e a institucionalidade será imprescindível.

Nessa linha metodológica, consideramos ser de suma relevância a compreensão da relação entre poder público e sociedade enquanto bilateral, não podendo ser entendida como uma via de mão única onde "uma parte dá e a outra recebe", ou então onde um polo é ativo e o outro passivo. Pelo contrário, Estado e Política Pública se apresentam enquanto espaço de negociação entre sujeitos múltiplos, com diferentes e desiguais acúmulos de força política e poder econômico (FAKIH, 2018; L. P. OLIVEIRA, 2017). Pretende-se aqui tomar distância de uma perspectiva puramente positiva onde o Estado se apresenta "enquanto agente racional no processo de definição da agenda e na implementação de políticas e ações", jogando luz sobre os "conflitos inerentes à vida em sociedade e às questões relativas à estruturação do Estado e seu funcionamento na sociedade moderna" (idem, 2018, pp.146).

Sobre essa relação complexa e bilateral, em entrevista realizada para o presente trabalho, a pesquisadora Tamires Fakih sintetiza que:

O Estado não é esse ente imaterial que a gente imagina, ele é uma construção em permanente disputa [...] Às vezes a gente separa mercado e Estado, pra mim ficou muito claro que o mercado é o Estado e o Estado é o mercado, no sentido que eles atuam e operam em uma lógica de sustentação do Capitalismo. Por mais que tivemos boas políticas em governos progressistas, isso sempre caminhou ao lado de uma sustentação e de uma permanência de políticas de mercado. E mesmo essas políticas, que foram importantes e deram resultados materiais, continuaram subjugando a renda da terra, a produção dos agricultores, o endividamento, a dependência econômica. Muitas vezes a política orienta o que o agricultor deve produzir, o que muitas vezes não bate com o modo de produção local. Por mais que você tenha políticas progressistas, ainda assim tem muitos mecanismos que operam sustentando o capital. Mas também, por outro lado, não dá pra negar que os espaços de participação existem e que os próprios sujeitos, beneficiários, também modificam e influenciam as políticas públicas. É um movimento contínuo de disputa (FAKIH, 2021, entrevista em anexo).

Isso posto, podemos caminhar para nosso argumento central: a associação entre o campo da política pública municipal (Estado) e a materialidade das famílias agricultoras (Sociedade) no MSP, também é inevitavelmente de caráter dialético, sendo que os dois pólos se implicam e se transformam mutuamente - mas claro, com assimetrias de poder. Nesse movimento, a Política Pública aqui analisada também se apresenta enquanto formulação complexa, dinâmica e multilateral, como veremos novamente mais adiante.

Considerando o exposto acima, adotaremos a definição de que a Política Pública é a ação estatal proveniente de processos múltiplos de negociação, podendo ser concebida, idealizada e até parcialmente executada por atores não estatais, sendo que "a efetividade dos impactos das políticas públicas resulta de uma confluência de ações dos atores estatais e não estatais." (L. P. OLIVEIRA, 2017, p.47). Isso significa que é importante considerar as interdependências entre poder público, instituições e sujeitos sociais envolvidos direta e indiretamente na elaboração dessas políticas, bem como aos movimentos sociais e políticos que pressionam e reivindicam suas pautas junto ao Estado. Para o nosso propósito trataremos de dar maior atenção para as movimentações de famílias agricultoras³³, das pressões do circuito da distribuição e consumo dessas mercadorias, passando por movimentos da AU e pelas instituições e organizações não-governamentais que atuam nesse segmento³⁴.

Outra questão que nos parece central, pensando na larga trajetória da agricultura do MSP - que remete às origens do povoamento da região - é a omissão do Estado também enquanto forma de fazer política, num processo em que a não intervenção, ou a não regulamentação, serviu principalmente ao interesses do capital e da classe dominante, em especial ao setor imobiliário, mas também ao industrial e financeiro - o que se materializa em um crescimento notoriamente desordenado e desigual da cidade. Resgatamos da larga trajetória da Geografia Crítica que o processo de produção e reprodução do espaço, em uma sociedade capitalista, é orientado pelas dinâmicas do Capital, num processo de acumulação desigual e contraditório que se expressa inevitavelmente no território. Nesse sentido, Angélica Nakamura (2017), dialogando com Carlos (2008) e Scarlato (2005), reconhece que a dinâmica imobiliária no espaço urbano se configura enquanto um processo constante de incorporação capitalista das terras periféricas, "ociosas ou rurais", para a acumulação. As contradições de

³³Aqui vale destacar a criação da Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo (COOPERAPAS) em 2011 e sua atuação até os dias de hoje enquanto a única cooperativa agrícola do município.

³⁴Entre elas as ONGs: Instituto Kairós, Instituto Pedro Matajs, Cidades sem Fome e 5Elementos.

tal processo se apresentam especialmente nas periferias das cidades, num processo sintetizado na seguinte passagem:

A mancha urbana da cidade de São Paulo cresceu em proporções gigantescas ao longo do século XX, gerando uma cidade extremamente desigual e excludente. Os locais que mais sofrem com a falta de infraestrutura e problemas sociais são as periferias pobres, distantes do centro da cidade. Essas periferias se expandiram alcançando regiões com agricultura no município, como o extremo sul. Os agricultores que lá vivem também enfrentam todos os problemas dessas periferias, além da especulação imobiliária sobre suas terras (NAKAMURA, 2017, pp 48).

Assim, na medida em que a mancha urbana se expande, a agricultura é "empurrada" cada vez mais para as franjas do município, num movimento intimamente associado ao desenvolvimento capitalista da cidade e que se traduz em uma constante marginalização dos agricultores e da agricultura no município. Tal movimento sócio-econômico que se apresenta enquanto natural, racional ou inevitável é na verdade resultado de um projeto político oculto, de uma cosmovisão capitalista que pertence a uma determinada classe social - e é fundamental reconhecer isso. O que pretende-se pontuar aqui sumariamente é que o poder público, na medida que se omite e não se apresenta enquanto mediador/regulador desse conflito, também está fazendo política e defendendo os interesses de uma determinada classe.

Resgatando essa trajetória de omissão e desacerto, identificamos que até o começo do século XX, não existia nenhum tipo de controle ou regulamentação para o uso e ocupação do solo do município (NAKAMURA, 2017). As primeiras regulamentações nesse sentido são resultado de um lento e gradual processo de organização social e política que, impulsionadas por uma lei federal de 1971 que obrigava municípios a elaborarem planos diretores, resultou na aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI)³⁵ em 1971. Como consequência direta do plano em questão, em 1972 é firmada a Lei Municipal nº 7805 que estabelece a primeira normativa para o uso e ocupação do solo, bem como regulamenta o zoneamento do território, reconhecendo um espaço rural porém ainda desvinculado de qualquer menção à atividade agrícola. Nas décadas subsequentes, de 1980 e 1990, foram elaborados mais cinco Planos Diretores³⁶, sendo que somente um se converteu em legislação (GIAQUINTO, 2009). De modo geral, essa sequência de planejamento municipal foi responsável por introduzir e reorganizar algumas propostas de zoneamento e regulamentação

³⁵Estabelecido pela Lei Municipal 7.688 de 1971.

³⁶Plano Diretor de 1985; Plano Diretor de 1987; Plano Diretor de 1988 (Lei 10.676/88); Plano Diretor de 1991 e Plano Diretor de 1997.

de uso do solo, estando todas associadas à lei de zoneamento mencionada acima (Lei 7805). Considerando que a discussão sobre o rural e sobre a agricultura é virtualmente ausente dessas propostas, não nos aprofundaremos sobre os planos mencionados.

No que diz respeito ao poder executivo, a primeira grande referencia em torno das políticas de promoção da agricultura em São Paulo remete ao Governo Estadual Franco Montoro, que na década de 1980 implementou e promoveu projetos de hortas em espaços públicos não utilizados, como terrenos de empresas elétricas, petrolíferas e de abastecimento/saneamento público (GIACCHE E OLIVEIRA, 2015).

Montoro foi o primeiro governador eleito no contexto da redemocratização, num contexto social de luta contra a ditadura militar com grandes reivindicações populares e demandas sociais represadas. Esse cenário político-social favoreceu uma maior descentralização política com maior participação e reivindicação popular/comunitária em sua gestão, que foi tensionada de tal forma a viabilizar propostas e políticas mais transformadoras do que o candidato se propunha, como é o caso da política de hortas urbanas implementada em sua gestão (CALDAS et JAYO, 2017) . A este respeito os autores assinalam que:

Montoro teve uma gestão marcada pela promoção da descentralização administrativa. Fomentou a criação de conselhos de participação popular, entre outras medidas à época inovadoras, voltadas a fomentar o engajamento da comunidade organizada em políticas públicas e programas governamentais. Tais medidas eram resultado de pelo menos dois fatores: pelo lado da sociedade, a abertura política significava uma clara demanda por políticas democratizantes e socialmente transformadoras, traduzindo-se em pressões de setores da sociedade civil, movimentos sociais, partidos políticos, dentre outros; pelo lado dos gestores do Estado, havia uma “nítida vontade de romper com sua estrutura centralizada e autoritária” (Porta, 1991, p.52), valorizando-se a descentralização, a democratização do aparelho de Estado e a participação popular como diretrizes norteadoras (CALDAS et JAYO, 2017, p. 4).

Entendemos ser relevante resgatar esse momento histórico pois ele faz jus a nossa percepção de que a formulação política é multifacetada e marcada pela disputa (BIAZOTI, LEÃO, BURALLI, MAUAD, 2021). Neste caso percebemos que, por mais que a Gestão Montoro não fosse necessariamente comprometida com a transformação social, a atuação política de determinados sujeitos sociais foi exitosa em aproximar a política pública do campo social, visando uma transformação do território. É nesse caldo social de disputa e conflito que surge a "Batalha da Alimentação" enquanto política estadual, importante plataforma de soberania alimentar e consequentemente de combate à fome:

[...] sustentado em três diretrizes básicas (i) incremento na produção de gêneros de primeira necessidade por meio de apoio ao pequeno e médio produtor (financiamento e seguro rural, assistência técnica, eletrificação rural, infraestrutura de estradas vicinais); (ii) incremento na produção de alimentos para o autoconsumo (hortas comunitárias, projetos em parceria com prefeituras e comunidades); e (iii) fomento a novas formas de comercialização e distribuição de alimentos (feiras do produtor, compras comunitárias).

Como atesta Olles (2016), a Batalha da Alimentação era uma iniciativa pautada na perspectiva da “economia e humanismo”, do economista e religioso francês Louis- Joseph Lebreton. Foi estruturada por meio de programas com focos distintos, mas todos, cada qual a seu modo, pensados a partir das necessidades do ser humano e do fortalecimento da sociedade. Sob essa ótica, e de acordo com os postulados de Lebreton (1958), a produção de alimentos seria o vetor do desenvolvimento regional paulista, refletido no incentivo ao papel empreendedor da população, incluindo experiências de organização coletiva e solidária (CALDAS et JAYO, 2017, p. 4).

Segundo os autores, o projeto foi inovador e eficiente, articulando sujeitos e recursos para implementar hortas produtivas ao longo do território paulista. Do ponto de vista estatístico o projeto foi responsável por implementar no território paulista cerca de 248 mil hortas domiciliares, 4.700 hortas coletivas/comunitárias e ainda um Programas de Piscicultura³⁷ e outro de Apicultura³⁸. Vale pontuar também que na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), diversas hortas implementadas no contexto da Batalha da Alimentação permanecem ativas e produtivas "como é o caso das hortas vinculadas à Associação de Agricultores da Zona Leste (AAZL), como veremos adiante" (Idem).

Sobre o impacto de tais políticas para nossa macro-região de estudo o saldo do projeto foi positivo, estruturando:

Hortas voltadas a produzir alimentos em volume suficiente para abastecer significativo contingente de consumidores locais, muitas delas localizadas em regiões populosas e altamente urbanizadas como Mooca, Penha, São Miguel Paulista, Ermelino Matarazzo, Itaquera, Guaianases e Vila Prudente. É o que podemos chamar de “agricultura urbana de escala” para diferenciá-la de outras iniciativas de agricultura urbana que se desenvolveriam em períodos subsequentes (idem).

³⁷Em 1984 foi lançado o Programa Municipal de Piscicultura, tendo a adesão de 74 municípios, para incorporar o pescado no cardápio da merenda escolar e ser uma alternativa de fonte proteica de baixo custo (São Paulo, 1987).

³⁸Em 1984, foi lançado o Projeto Apícola, que em 1986 contava com a participação de 91 municípios, gerando a produção de quase 28 toneladas de mel.

4.2 - Do Plano Diretor estratégico de 2002 até o Ligue os Pontos (2016)

No que diz respeito ao recorte temporal da presente pesquisa, nossa opção por dar maior destaque aos últimos 20 anos se justifica pela assinatura do primeiro marco legal da agricultura do MSP, consolidado por meio do Plano Diretor Estratégico aprovado em 2002, que estabelece o arcabouço legal para a formulação e implementação de políticas públicas de valorização da agricultura³⁹. Foi justamente nesse momento, em consonância com um movimento federal de regulamentação do uso e ocupação do solo - representado especialmente pelo Estatuto das Cidades (2001)⁴⁰ - que a prefeitura firma o seu primeiro Plano Diretor Estratégico (PDE 2002), um conjunto de diretrizes que articulam o conjunto do território em torno de um planejamento urbano integrado e participativo⁴¹ (SÃO PAULO, 2002). O PDE de 2002 serviu de ponto de partida para um movimento institucional de regulamentação, incentivo e planejamento da atividade, alavancando uma série de projetos e políticas agrícolas no MSP que se desenrolaram e se intensificaram até os dias de hoje.

O Plano Diretor Estratégico estabelecido através da Lei nº 13.430 representa um verdadeiro marco para a políticas públicas de promoção agrícola, justamente pois é ali onde desponta pela primeira vez a proposta de incluir a agricultura, aqui denominada pela primeira vez como agricultura urbana, dentro do planejamento do município. De acordo com o plano:

Art. 51 - São objetivos da Agricultura Urbana:

I - estimular a cessão de uso dos terrenos particulares para o desenvolvimento, em parceria, de programas de combate à fome e à exclusão social, por meio da agricultura urbana;

II - aproveitar os terrenos públicos não utilizados ou subutilizados, em programas de agricultura urbana de combate à exclusão social.

Parágrafo único – A utilização de imóvel da forma prevista no “caput” deste artigo não o isenta da aplicação dos instrumentos indutores da função social da propriedade previstos neste plano, em especial os instrumentos previstos nos artigos 199, 200, 201, 202 e 203 desta lei.

Art. 52 - São diretrizes da Agricultura Urbana:

I - o desenvolvimento de políticas que visem o estímulo ao uso dos terrenos particulares com o objetivo de combate à fome e à exclusão social, por meio de atividades de produção agrícola urbana;

II - o desenvolvimento de política de aproveitamento dos terrenos públicos não utilizados ou subutilizados, visando à implantação de programas de

³⁹Ver CAPÍTULO II - DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E QUALIDADE DE VIDA - SEÇÃO X (SÃO PAULO, 2002).

⁴⁰Formalmente implementado por meio da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 que regulamenta a Constituição Federal de 1988, fortalecendo a ideia de participação social e função social da propriedade.

⁴¹Ver TÍTULO IV - DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO URBANO (PDE, 2002).

agricultura urbana que tenham como objeto o combate à fome e à exclusão social e incentivo à organização associativa.

Art. 53 - São ações estratégicas da Agricultura Urbana:

I - fomentar práticas de atividades produtivas solidárias e associativas;

II - criar mecanismos que possibilitem a implementação de programa de agricultura urbana, na forma da lei (SÃO PAULO, 2002).

Para além dos objetivos da agricultura urbana, também se faz presente neste regulamento uma nova forma de zoneamento para nossa região de estudo, subdividido em: I) Macroárea de uso sustentável; II) Macrozona de proteção ambiental⁴² III) Zona especial de produção agrícola e extração mineral (ZEPAG), num movimento que vincula a atividade agrícola ao uso sustentável e de conservação ambiental no território.

Esse momento de planejamento estatal participativo foi também, em alguma medida, um movimento de descentralização do poder, na medida que alavancou o desenvolvimento dos Planos Regionais Estratégicos (PREs)⁴³, associados à Lei nº 13.399 de 1 de agosto de 2002 que criou as subprefeituras. De modo geral, é nesse momento que se estabelece um aparato institucional para a implementação descentralizada e capilarizada para as propostas estabelecidas no PDE 2002, especialmente com a criação do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana⁴⁴ (PROAURP) em 2004 - cujo principal objetivo foi o de “incentivar e apoiar a produção agroecológica e a comercialização na cidade de São Paulo” (SÃO PAULO, 2016), enquanto possibilidade de promover inclusão social através da geração de emprego, renda e fortalecimento do sistema alimentar do município.⁴⁵ Ainda que sem grande estrutura institucional e com imprecisões orçamentárias, o PROAURP representava na ocasião o principal programa institucional de planejamento da atividade agrícola do município.

Considerando nossa perspectiva de política pública, entendemos ser relevante destacar que esse processo - da aprovação do PDE 2002 até o PROAURP - esteve sempre vinculado à atuação social, especialmente canalizada por meio do Fórum de Agricultura Urbana e Periurbana da Região Metropolitana de São Paulo, criado em 2002 e que:

⁴²Onde qualquer atividade estará subordinada à necessidade de manter ou restaurar o ambiente natural. (SÃO PAULO, 2002)

⁴³Como parte de um processo participativo que ocorreu entre 2002 e 2004 e foi formalizado por meio da Lei 13.885/04.

⁴⁴Instituído pela Lei n. 13.727/2004 e regulamentado pelo Decreto 51.801 em 2010.

⁴⁵O programa englobava 4 Secretarias Municipais: Verde e Meio Ambiente, Coordenação das Subprefeituras, Serviços e Trabalho e era responsável por: "Apoiar e incentivar a produção local, auxiliando na implantação de projetos de hortas (comunitárias, educativas, medicinais, de autoconsumo e com geração de renda), de criação de pequenos animais, de pomares e produção de plantas ornamentais. Os participantes acompanhados pelo PROAURP têm acesso à orientação técnica, agroecológica, ferramentas, sementes e outros insumos." (SÃO PAULO, 2013).

Contou com a participação de diversas instituições públicas e da sociedade civil organizada, sendo que a formulação do projeto de lei que criou o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana do Município se deu no âmbito do Fórum, de forma participativa, através de diversos encontros das instituições partícipes (SANTANDREU; LOVO, 2007, p. 46).

Assim, o PDE 2002 enquanto resultado de um processo social institucionalizado, é um grande marco para a gestão pública já que a partir desse momento a AU começou a ser vista enquanto grande potencialidade para o MSP, no sentido de "promover a inclusão social, de combater a fome, de utilizar terrenos ociosos ou subutilizados na cidade e, ainda de fomentar práticas solidárias e associativas" (NAKAMURA, 2017, pp. 66).

Nesse movimento, na tentativa de viabilizar a implementação no território das diretrizes do PDE 2002 e do Programa de Agricultura Urbana e Periurbana (PROAURP), foi inaugurada em 2006 a Casa de Agricultura Ecológica (CAE) de Parelheiros⁴⁶, um importante centro de referência e apoio técnico para agricultores da região⁴⁷ que articula até os dias de hoje a prefeitura, subprefeitura, secretarias - principalmente a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), movimentos, instituições e os agricultores em torno da produção agrícola. Em consonância com esse movimento, em 2010 por meio do Decreto 51.801 o PROAURP foi atualizado para incluir a criação de mais duas Casas de Agricultura Ecológica no município, uma na zona leste e outra na zona norte. Até o presente momento apenas as CAE de Parelheiros e São Mateus foram inauguradas.

A partir de 2009, identificamos um movimento de maior colaboração entre poder municipal e estadual, com a Resolução Conjunta SAA/SMA-008, que dispõe sobre as diretrizes para a promoção da agricultura sustentável - considerando a agricultura orgânica, biodinâmica, natural, permacultura, biológica, agroecológica, os sistemas agroflorestais e o agroextrativismo. O objetivo principal da resolução em questão era de incentivar um manejo ambientalmente adequado em Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Unidade de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Alto Tietê. Segundo o Artigo 3º da resolução, os objetivos são:

I - minimizar os impactos negativos da agricultura convencional nas Áreas de Mananciais da Unidade de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Alto Tietê; II - promover o desenvolvimento socioambiental e econômico de forma sustentável nestas comunidades; III - promover ações articuladas que aumentem a sustentabilidade ambiental da agricultura familiar e sua competitividade; IV - disponibilizar ao agricultor familiar alternativas de

⁴⁶Decreto Municipal 47.280, na gestão de Gilberto Kassab.

⁴⁷Incluindo os agricultores do Distritos de Parelheiros, Marsilac e Grajaú

diversificação da produção com tecnologias sustentáveis; V - incentivar o associativismo e cooperativismo; VI - equacionar problemas de comercialização da produção; VII - estimular adoção de boas práticas agrícolas e ambientais; VIII - ofertar produtos saudáveis isentos de contaminantes intencionais; IX - preservar a diversidade biológica dos ecossistemas naturais e a recomposição ou incremento da diversidade biológica dos ecossistemas modificados em que se insere o sistema de produção; X - incrementar a atividade biológica do solo; XI - promover um uso saudável do solo, da água e do ar, e reduzir ao mínimo todas as formas de contaminação desses elementos que possam resultar das práticas agrícolas; XII – manter ou incrementar a fertilidade do solo no longo prazo; XIII – reciclar resíduos de origem orgânica, reduzindo ao mínimo o emprego de recursos não renováveis; XIV - basear-se em recursos renováveis e em sistemas agrícolas organizados localmente; XV - promover a sustentabilidade econômica e ecológica; XVI - maximizar os benefícios sociais; XVII - minimizar a dependência de energia não-renovável; XVIII - empregar métodos culturais, biológicos e mecânicos, em contraposição ao uso de materiais sintéticos; XIX - incentivar a integração entre os diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos oriundos da agricultura sustentável e a regionalização da produção e comércio desses produtos; manipular os produtos agrícolas com base no uso de métodos de elaboração cuidadosos, com o propósito de manter as qualidades vitais do produto em todas as etapas, e XXI - utilizar técnicas que privilegiem o uso racional da água, visando o menor consumo (RESOLUÇÃO CONJUNTA SMA/SAA-008 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009).

Como resultado dessa cooperação entre as duas esferas de poderes, incluindo ainda outros municípios da bacia hidrográfica, são criados em 2010 mais três programas, mutuamente vinculados, em torno da agricultura do município:

- I) Programa Agricultura Limpa⁴⁸ - programa municipal de incentivo à produção agrícola no município de São Paulo com o objetivo de orientar a conversão da agricultura convencional para a orgânica e agroecológica. Principalmente implementado na Zona Sul do MSP.
- II) Protocolo de Boas Práticas Agropecuárias - protocolo municipal em parceria com o Governo do Estado, que dispõe de regras, incentivos e orientações para produção agrícola com redução de danos ambientais, voltado principalmente para a população agricultora.
- III) Projeto Guarapiranga Sustentável - projeto estadual com parceria dos Municípios da bacia do Guarapiranga com o objetivo de reduzir a degradação das águas causada pela agricultura convencional.

⁴⁸"A PORTARIA Nº 001/SMSP/ABAST/2010 cria o "Programa Agricultura Limpa - Desenvolvimento Rural Sustentável" e estabelece suas diretrizes; cria também o "Selo de Indicação de Procedência Guarapiranga", estabelecendo suas normas e constitui a Comissão Técnica responsável pela elaboração do Protocolo de Produção Agrícola e Ambiental, que será utilizado como guia para a obtenção do Selo." Disponível em: <<https://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam3/Default.aspx?idPagina=8189>>

Seguindo na esteira das políticas públicas que impactaram a agricultura e os agricultores do MSP, inseridos nesse movimento de conversão da produção convencional para aquela com um menor impacto ambiental, temos em 2011 a criação da primeira feira orgânica do município no Parque Burle Marx, implementada e gerida pela Secretaria de Abastecimento mas resultado direto de uma mobilização histórica dos agricultores e consumidores orgânicos do MSP. O movimento da feira orgânica, duplamente exitoso (para quem vende e para quem compra), rapidamente se expandiu, com a inauguração da feira orgânica do Ibirapuera em 2012. Hoje, após 10 anos da implementação da primeira feira orgânica, o MSP conta com ao menos 10 feiras orgânicas municipais e diversos outros pontos particulares de comercialização desse tipo de alimento.

Essa política, diferentemente das outras mencionadas, incide diretamente sobre a distribuição-comercialização da produção agrícola, facilitando o escoamento da produção, fortalecendo o produtor e viabilizando a venda direta (produtor-consumidor). Esse ponto é especialmente relevante pois na medida que a jornada do alimento é encurtada, minando a atuação de certos agentes atravessadores, os efeitos da transferência de renda da esfera produtiva para a esfera comercial são amenizados, num movimento que colabora com a manutenção da renda da atividade agrícola para a população que nela trabalha, os agricultores. Nesse sentido, essas políticas de facilitação da comercialização se apresentam também como políticas de viabilização da produção, sendo um importante referencial para o nosso trabalho.

Em 2014, resultado de um processo de revisão, discussão e reorganização do plano anterior (2002), foi firmado o Plano Diretor Estratégico de 2014 (PDE 2014), regulamentado pela Lei 16.050 na gestão Fernando Haddad. Esse plano é especialmente relevante para nosso trabalho porque, além de ser o plano vigente, traz grande ênfase para a atividade agrícola e estabelece uma zona rural multifuncional para realização dessa atividade econômica⁴⁹ - também vinculada à conservação ambiental, turismo, proteção de terras indígenas, barreira à ocupação irregular e contenção da expansão urbana.

Seguindo a diretriz do Estatuto da Cidade, todo o processo se balizou por práticas de gestão democrática e participativa - sendo realizadas mais de 60 audiências públicas abertas e consultas pela internet, totalizando uma participação que excedeu 25 mil pessoas e 10 mil contribuições diretas (SÃO PAULO, 2014). Sociedade e instituições (em uma multiplicidade

⁴⁹ Ver mapas 2 e 3 no anexo II.

de sujeitos sociais), bem como movimentos sociais e órgãos públicos participaram diretamente da formulação deste novo PDE.

Assim como na edição de 2002, o plano atravessa diversos assuntos relacionados à gestão do MSP. Para nosso enfoque vale destacar o reforço à determinação anterior que o poder público deve incentivar e promover a agricultura no Município por meio de apoio técnico, certificação, regularização e apoio à circulação. Essa diretriz aparece em vários momentos do PDE, valendo resgatar alguns desses objetivos:

Nos Objetivos Gerais:

II - Conter o processo de expansão horizontal da cidade, contribuindo para preservar o cinturão verde metropolitano e fortalecer a zona rural.

Na Subseção III - Da Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável:

III - promoção do desenvolvimento da zona rural com sustentabilidade ambiental, econômica e social, e estímulo à agricultura orgânica.

No Capítulo I - Da Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável

VI - promover o desenvolvimento sustentável da zona rural com o apoio à agricultura familiar, em especial a orgânica, e ao turismo sustentável, em especial de base comunitária; VII - promover a infraestrutura necessária ao desenvolvimento sustentável, incluindo obras, empreendimentos e serviços de utilidade pública, na zona urbana e rural.

Na Seção V - Do Polo de Desenvolvimento Econômico Rural Sustentável:

Art. 189. O Polo de Desenvolvimento Econômico Rural Sustentável objetiva promover atividades econômicas e gerar empregos na zona rural, conforme Mapa 1A, de modo compatível com a conservação das áreas prestadoras de serviços ambientais na Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável;

Art. 190. Para implementar o Polo de Desenvolvimento Rural Sustentável, deverão ser promovidas as seguintes ações: I - fortalecer a Assistência Técnica e Extensão Rural através das Casas de Agricultura Ecológica, dotando-as de recursos e infraestrutura suficientes; II - apoiar a certificação orgânica dos agricultores familiares, em especial a certificação participativa; III - estabelecer convênio com o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária para promover o recadastramento e a regularização fundiária das propriedades; IV - firmar convênios com o Governo Federal objetivando implantar no Município as políticas e programas federais voltados à agricultura familiar e à agroecologia, de acordo com a Política Nacional de Agricultura Familiar e o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; V - implantar, em parceria com os governos Estadual e Federal, uma Escola Técnica de Agroecologia e programas de melhoria das estradas vicinais rurais e de saneamento básico; VI - viabilizar a construção de um entreposto de

comercialização e distribuição de produtos agropecuários; VII - garantir a introdução de alimentos orgânicos produzidos no Município de São Paulo na alimentação escolar; VIII - implantar o Polo de Turismo de Parelheiros, nos termos da legislação em vigor; IX - fortalecer e ampliar a fiscalização ambiental para proteger o uso e a paisagem rural, integrando e otimizando as ações dos órgãos estaduais e municipais competentes; X - implementar o instrumento por pagamento por serviços ambientais às propriedades rurais, conforme o art. 158 desta lei, em especial, nas áreas prestadoras de serviços relacionadas à produção de água; XI - criar mecanismos para a proteção e conservação da biodiversidade na zona rural; XII - melhorar a oferta de equipamentos e serviços públicos de educação, saúde, assistência social, lazer, esporte e cultura à população moradora da região.

§ 1º A propriedade que, independentemente de sua localização no Município, mantiver atividade agropecuária produtiva, devidamente cadastrada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, não será enquadrada como urbana enquanto mantiver a atividade, podendo beneficiar-se das ações previstas nesse artigo.

§ 2º As ações previstas no “caput” desse artigo deverão ser articuladas, preferencialmente, com os municípios vizinhos e com o Governo do Estado, no âmbito de uma política regional de desenvolvimento rural sustentável.

Art. 192. Fica criado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário e Sustentável, a ser regulamentado (SÃO PAULO, 2002).

O compilado dos trechos representa com certa precisão a perspectiva geral do planejamento estatal para com o território agrícola, passando pela conservação do meio ambiente, desenvolvimento sócio-econômico, turismo, segurança alimentar e contenção da expansão da mancha urbana - especialmente representados na formulação do Polo de Desenvolvimento Econômico Rural Sustentável, no Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, bem como através da criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Solidário, um importante instrumental para a organização política e social dos munícipes em torno da implementação do PDE.

No que diz respeito ao meio ambiente, é importante reconhecer a determinação de criar um serviço municipal de reconhecimento e pagamento por serviços ambientais (PDE 2014, Subseção VII, Do Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais) uma ferramenta ainda em processo de implementação mas que deve remunerar o agricultor que trabalhar em sintonia com a conservação do meio ambiente, ou seja, recuperando e mantendo áreas de nascente, mata e praticando uma agricultura sustentável. A depender da sua implementação,

tal medida tende a fortalecer as famílias agricultoras do município, possibilitando a sua permanência no território e na atividade.

Uma vez que ampliou as diretrizes em torno do rural e da atividade agrícola e criou mecanismos legais para a participação continuada da população no processo de formulação e implementação de políticas - vide o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (CMDRSS) - a aprovação do PDE 2014 resultou em uma nova "rodada" de projetos para a execução no território das diretrizes estabelecidas. A primeira medida mais objetiva foi implementada no ano seguinte, em 2015, associada à Autoridade Municipal de Limpeza Urbana (AMLURB) e ao programa de feiras-livres (orgânicas e não-orgânicas) mas também vinculado ao apoio ao agricultor. Nessa conjuntura é elaborado o programa Feiras e Jardins Sustentáveis, responsável pela criação de centrais de compostagem para a destinação dos resíduos orgânicos das feiras livres e distribuição de insumos agrícolas (adubo) para a SVMA (nas atividades de plantio e manutenção de áreas ajardinadas, bem como arborização urbana) e também para agricultores do município. De acordo com a PMSP (2021) o programa recicla os resíduos orgânicos de cerca de 180 feiras municipais em 5 pátios de compostagem distribuídos pelas zonas Leste, Oeste e Centro. Entre 2015 e 2020 foram produzidas aproximadamente 4 mil toneladas de composto orgânico para utilização como adubo natural para o município.

Ainda nesse movimento, no ano de 2016, foram desenvolvidos novos projetos para a promoção da atividade agrícola no município. Uma ação coordenada entre a PMSP, de forma intersecretarial⁵⁰, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e com o programa Patrulha Agrícola (Governo do Estado de São Paulo, 2018), deu origem ao programa "Agriculturas Paulistas". Tal atuação conjunta viabilizou uma série de ações com agricultores do município que tiveram apoio governamental para: regularização fundiária, capacitação e assistência técnica e fornecimento gratuito de equipamentos⁵¹ para a atividade agrícola em forma de rodízio pelas propriedades. O atendimento do programa se deu majoritariamente na CAE Parelheiros, onde os técnicos e servidores receberam os agricultores da região. Segundo o então Secretário⁵² Municipal do Desenvolvimento, Trabalho,

⁵⁰ Secretaria Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo; Secretaria do Verde e Meio Ambiente; Secretaria de Serviços; Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Coordenação das Subprefeituras (SÃO PAULO, 2016)

⁵¹"Cada kit tem valor de R\$ 130.016,10. O conjunto é formado por um trator, uma semeadeira, um pulverizador e um distribuidor de calcário, com o objetivo de beneficiar os pequenos produtores sem condições de adquirir os aparelhos." (Governo do Estado de São Paulo, 2018).

⁵²Artur Henrique da Silva Santos.

Empreendedorismo e Segurança Alimentar e Nutricional da Cidade de São Paulo, esse programa também se articulou com o programa de compostagem, ocorrendo distribuição gratuita de adubo produzido nas centrais de compostagem inauguradas no ano anterior. Nesse mesmo ano, um dos braços da implementação do projeto foi o Programa Hortas e Viveiros da Comunidade, que forneceu capacitação técnica e apoio financeiro para lideranças comunitárias multiplicarem práticas de hortas urbanas na cidade.

Outro marco do ano de 2016 para a agricultura do município que representou uma verdadeira conquista social na luta pela soberania alimentar foi a elaboração da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PMSAN) e consequentemente do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Através da Lei no 16.140/16 foi determinada a inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação fornecida aos estudantes das escolas municipais - facilitando o escoamento da produção e, ao mesmo tempo, garantindo o fornecimento de alimento fresco e de qualidade para os estudantes da rede pública.

Além disso, ainda no ano de 2016, foi elaborado o Protocolo de Transição Agroecológica por iniciativa das Secretarias de Estado do Meio Ambiente e da Agricultura (SMA/SAA), Associação De Agricultura Orgânica (AAO) e do Instituto Kairós. O Protocolo em questão, uma política de caráter estadual, tem como objetivo "apoiar e viabilizar esse processo gradual de mudanças do sistema produtivo convencional para um agroecossistema em acordo com os princípios da Agroecologia nas áreas rurais, urbanas e periurbanas do estado de São Paulo" (SÃO PAULO, 2016). Na prática o protocolo funciona como um incentivo e reconhecimento através de uma certificação dos produtos agrícolas para aqueles agricultores que almejam transitar do cultivo convencional para o orgânico. Ou seja, aquele agricultor que estiver "em transição" poderá vender sua produção com um valor agregado maior do que o produto "convencional", além de contar com apoio técnico para realizar tal transição.

Todo esse movimento recente de participação política e social, que se materializa em uma maior institucionalização da atividade - com grande respaldo em regulamentos, projetos e políticas - conflui para uma maior organização em torno dos serviços básicos para a AU. Lya Porto Oliveira (2017) entende esse processo enquanto uma "emergência" da AU na Gestão Pública do município. Em sua classificação, em que compara municípios ao redor do planeta, Oliveira explica que o município:

“Emergente” é aquele onde historicamente a AU ocupou um lugar marginalizado nas políticas e ações públicas, mas tem estruturado uma estrutura recente de apoio a essa atividade - devido a pressões e ações sociais e participação política; transformação na estrutura de governança local. Com isso, nesse tipo de arranjo institucional para a AU, essa atividade conquistou uma série de reconhecimentos institucionais, mas ainda carrega alguns resquícios de ação pública marginalizada (L. P. Oliveira, 2017, p.48).

Vale atentar ao último trecho da citação, onde a ação pública ainda é caracterizada como marginalizada. Oliveira (2017) reconhece que esse movimento de estruturação e apoio à agricultura apesar de "progressistas" e democráticos ainda apresentam certos entraves a sua implementação, principalmente de ordem burocrática e de gestão. Em muitos deles a falta de um orçamento precisamente delimitado, bem como a presença de imprecisões nos escopos e divisões de trabalho, trocas constantes de equipe e atribuições, má formação ou pouco engajamento dos responsáveis nos projetos acabam por atrasar ou dificultar o êxito de algumas dessas políticas.

Nakamura e Marcos (2021), ancoradas em vasta pesquisa de campo em Parelheiros, apontam para uma outra dificuldade observada em campo, no que diz respeito à uma implementação verticalizada, "de cima pra baixo", das políticas no território, ou seja, por mais que exista um processo de construção horizontal, a implementação verticalizada enquanto concepção positivista do Estado ainda é um problema para o êxito de certos projetos. No próximo capítulo verificaremos como se deram essas relações em campo, na prática, e quais políticas foram mais assertivas para nossa área de estudo. Nessa mesma discussão, pensando na política pública de modo geral, Fakihi (2021) entende que essa relação constante entre Estado e Sociedade oscila entre "momentos onde a interação e a participação é mais bem vinda e momentos onde a política é mais *top-down*" (FAKIH, Thamires. [Entrevista concedida a] Victor Bassetto. Novembro, 2021. Anexo 1).

De qualquer forma, considerando a quantidade de fóruns, conselhos e demais espaços participativos registrados no MSP, não pretendemos descartar sumariamente a ideia de que a representação cidadã/política se fez presente na gestão da agricultura no MSP - o que pretendemos aqui é entender em que medida isso ocorreu e qual foi o ganho social de tal processo. Nesse sentido, outro espaço importante de representatividade social ocorreu em Junho de 2016 quando foi realizada a 1ª Conferência Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável como conclusão de "um ciclo de três encontros realizados na cidade durante o mês de maio de 2016, onde se buscou debater e reunir sugestões que, sistematizadas no

presente documento, pretendem orientar o debate na Conferência, iniciando o processo de construção do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, previsto no PDE" (PMSP, 2016) . Segundo a PMSP, os eventos contaram com a participação de "produtores rurais (agricultores), agricultores urbanos, técnicos de órgãos municipais e estaduais que atuam na área, representantes de ONGs, empreendedores de turismo, moradores (na zona sul) e demais munícipes interessados na temática" (Idem.).

4.3 - Projeto Ligue os Pontos

O movimento emergente das políticas agrícolas resultou também em um reconhecimento internacional para os esforços do MSP. Em meados de 2016 a Prefeitura de São Paulo foi vencedora de uma "competição" internacional por um projeto submetido ao Prêmio Mayors Challenge - da *Bloomberg Philanthropies*, uma fundação de caridade do estadunidense Michael R. Bloomberg's, um multi-bilionário do setor de tecnologia e dados voltados para finanças. Por ser o programa mais recente, em estágio de implementação, direcionado especificamente para nossa área de estudo e por representar um verdadeiro aglutinador de forças em torno das políticas agrícolas municipais, trataremos deste projeto com maior atenção.

O projeto vencedor foi o Ligue os Pontos (LoP), atualmente em implementação, com uma proposta de "conectar agricultores em dificuldades, nas franjas do município, com um mercado consumidor vibrante necessitado de produtos orgânicos no município (BLOOMBERG, 2016, tradução nossa)"⁵³. A premiação da competição, entendida pelos filantropos como forma de facilitar a implementação do projeto, foi materializada na quantia de US\$5.000.000, bem como o apoio técnico para a formulação da política.

Segundo a *Bloomberg Philanthropies* (2016), o projeto surge da premissa de que existe uma grande dificuldade dos agricultores locais em acessar o mercado consumidor e, conseqüentemente, em escoar a sua produção, o que cria um entrave à viabilidade da atividade agrícola do município. Esse cenário, aliado à pressão imobiliária e a outras dificuldades técnicas e práticas, seria responsável por tornar a atividade insustentável, em um constante movimento de incorporação desses lotes agrícolas para empreendimentos

⁵³No texto original: "São Paulo, Brazil was awarded this year's Grand Prize and will receive \$5 million for its proposal to connect struggling local farmers on the outskirts of the city to vibrant city markets and restaurants in need of organic products (BLOOMBERG, 2016).

imobiliários. A solução "simples, elegante e digital" (Idem, 2016) do projeto consiste em conectar esses agricultores com o mercado, tornando sua produção sustentável e possibilitando a contenção da mancha urbana, bem como a conservação ambiental da região.

Segundo as fontes oficiais da PMSP, o objetivo do programa é:

Fortalecer a cadeia de valor da agricultura local com o uso da tecnologia como ferramenta de integração e coordenação entre as iniciativas e as partes interessadas associadas à cadeia – do setor público e da sociedade civil. [...] é um projeto desenvolvido dentro da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento em conjunto com outras secretarias e órgãos municipais. É o resultado de uma iniciativa da Prefeitura de São Paulo para promover o desenvolvimento sustentável do território rural e aprimorar suas relações com o meio urbano a partir dos diversos pontos envolvidos na Cadeia da Agricultura (SÃO PAULO, 2020).

Referente à gestão do projeto, encontra-se amplamente ancorado na ideia de Governo Aberto⁵⁴ e consequentemente na sinergia entre o poder público e a sociedade civil. A estruturação do projeto, iniciada em 2017, contou com três eixos estruturais: Fortalecimento da Agricultura (o principal eixo), Cadeia de Valor e Dados e Evidências. Em "cada uma dessas linhas estão previstas ações transversais e ferramentas que viabilizem a construção de um sistema informacional, capacitação e engajamento dos diversos agentes da cadeia de valor da agricultura familiar local" (Idem, 2020). Desde o início da implementação até os dias de hoje o projeto é responsável por articular diversas das propostas/políticas previamente mencionadas neste capítulo, aglutinando os esforços da PMSP em torno da: Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), desenvolvimento e acesso a mercados consumidores, inovação empreendedora relativa à agricultura, coleta e disponibilização de dados.

O LoP foi integralmente concebido em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo PDE 2014, em especial no que diz respeito à centralidade da proteção aos ecossistemas naturais, de contenção da expansão urbana e da implementação de um Polo de Desenvolvimento Rural Sustentável "com a valorização do ecoturismo, agroecologia, da produção orgânica e de atividades de lazer" buscando a "geração de emprego e renda aliada à proteção ambiental" (Idem, 2020). No relatório do projeto, discriminado a seguir, a proposta de promover a "sustentabilidade socioambiental dessa região, Área de Proteção e Recuperação de Mananciais (APRM), por meio do fortalecimento de atividades econômicas

⁵⁴Segundo o portal do Governo Federal, Governo Aberto é uma nova visão da Administração Pública que promove projetos e ações pautadas nos princípios da Transparência, Prestação de Contas e Responsabilização, Participação Cidadã e Tecnologia e Inovação. Disponível em <https://www.gov.br/cgu/pt-br/governo-aberto/governo-aberto-no-brasil/o-que-e-governo-aberto>

compatíveis com a conservação ambiental, com destaque para a agricultura familiar de matriz agroecológica" aparece como principal objetivo do projeto. Na sequência realizaremos uma breve análise dos dois relatórios publicados referentes à fase I e II do projeto concluídas em 2018 e 2020, respectivamente, para depois investigar sobre a etapa atual bem como as percepções de agentes não institucionais sobre o êxito da política.

Segundo os documentos mencionados, o primeiro ano do projeto (2017) foi utilizado sumariamente para fins organizacionais e burocráticos, sendo um momento de estruturação da equipe e de planejamento para os anos seguintes do projeto. Essa etapa esteve marcada por rearranjos institucionais dentro da PMSP bem como pela introdução do agente fiscalizador e executor financeiro, a *Vital Strategies*⁵⁵ (VS). Nesse primeiro ano de trabalho foi desenhada a fase I do LoP, em parceria com a Bloomberg Philanthropies e também com a empresa *Delivery Associates*⁵⁶, em novembro de 2017. É relevante mencionar este arranjo institucional por trás do projeto, pois ele nos revela uma articulação entre 3 instituições privadas estadunidenses e a PMSP em torno de um projeto público local para a agricultura que poderia ser gerenciado por empresas locais e/ou públicas, com maior experiência de gestão dentro do MSP. Investigando o histórico de relações entre as 3 instituições estrangeiras mencionadas surge a hipótese - que não será investigada ou sequer comprovada neste trabalho - de que a contratação dessas empresas de gestão de projetos possa ser parte de um arranjo da *Bloomberg* para "repatriar" os dólares doados à PMSP em favorecimento de empresas parceiras.

Independentemente dessa questão, que não é central para nosso trabalho e nem será investigada a fundo, o arranjo em questão foi o responsável pela implementação da fase I do LoP durante o ano de 2018. A proposta dessa primeira fase era principalmente a de realizar um piloto do projeto para definir, adaptar e testar metodologias, instrumentos e técnicas antes de escalar o projeto na fase 2.

Para essa finalidade, foi selecionado um grupo reduzido de agricultores da região de Parelheiros, para acompanhamento com dois técnicos agrônomos contratados pelo projeto. Por meio de abordagens individualizadas e coletivas, com apoio de um software digital de

⁵⁵Vital Strategies é uma empresa global do setor de gestão pública com sede em Nova York (EUA). Segundo notícia do portal a empresa é das principais parceiras em projetos de caridade da Bloomberg Philanthropies <<https://www.vitalstrategies.org/>>

⁵⁶Delivery Associates é uma empresa global, com sede em Washington DC, que atua como consultora em gestão de projetos, especialmente na gestão pública. Também já realizou uma série de projetos com a Bloomberg Philanthropies. <<https://www.deliveryassociates.com/>>

gestão do projeto, os técnicos realizaram trabalhos com os agricultores para mapear o perfil dos sistemas produtivos, realizar análises e recuperação de solos, formular recomendações de práticas agrícolas sustentáveis e também no desenvolvimento e "convencimento" da necessidade de implementar o Plano de Adequação Ambiental (PAA) - baseado no Protocolo de Transição Agroecológica. Outras principais frentes da fase I foram o levantamento e mapeamento dos agricultores da região com relação à localização, tipo de cultivo, principais dificuldades e perfil socioeconômico. Ainda nessa fase foi implementado um "piloto" no que diz respeito à assim chamada cadeia de valor, onde um grupo de agricultores foi "conectado" a uma empresa de higienização de alimentos para realizar venda direta e continuada de produtos hortícolas.

A fase 2 de implementação do LoP, sumariamente uma versão escalonada da fase 1, foi realizada entre 2019 e 2020. O primeiro passo para realizar essa operação de expandir o projeto da fase 1 foi adequar a equipe, com a contratação de mais agentes e técnicos, bem como um incremento nos recursos disponibilizados. Também foram realizadas reformulações na gestão e governança do projeto, momento em que foi criado o Comitê de Governança do LoP, diretamente vinculado ao Gabinete do Prefeito, num movimento de centralização da gestão.

Em linhas gerais o projeto, enquanto continuidade da fase 1, se organizou para atender os agricultores da Zona Sul do MSP visando "minimizar os problemas existentes, que em geral são estruturais e de solução complexa, e, por outro, amplificar as potencialidades da agricultura, consolidando-a na região como uma atividade sustentável em todas as dimensões (ambiental, social, econômica, cultural e temporal)" (SÃO PAULO, 2020). Nesse processo de ganho de escala o LoP passou a atender 150 agricultores dentro de um universo mapeado de mais de 500 na região.

As ações realizadas se distribuíram entre os 3 eixos previamente apresentados. No "core" do projeto, o eixo de Fortalecimento da Agricultura, foram realizadas 11 ações envolvendo: visitas regulares dos técnicos agrícolas às propriedades rurais⁵⁷; aplicações de questionários referentes ao sistema produtivo⁵⁸; firma de termos de transição agroecológica e

⁵⁷Segundo o relatório 178 agricultores firmaram termo de adesão ao projeto e 159 foram atendidos com regularidade.

⁵⁸Consiste em um "questionário com 49 perguntas que avalia a adoção de boas práticas agroambientais e a capacidade produtiva do agricultor e de sua propriedade", para orientar o atendimento individualizado ao agricultor e identificar problemas comuns para um planejamento efetivo das políticas.

apoio à certificação orgânica⁵⁹; análise e correção de solo (com fornecimento gratuito de calcário)⁶⁰; distribuição de insumos agrícolas⁶¹; desenvolvimento de "canteiros modelo" em alguns dos lotes participantes; implementação do SisRural⁶²; definição de Unidades Demonstrativas⁶³ em lotes participantes; projeto Galpão de Insumos para armazenagem de insumos e equipamentos agrícolas coletivos; melhorias na CAE Parelheiros; implementação do Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)⁶⁴. Vale pontuar que esse eixo do projeto, apesar de ser o eixo central, com maior número de ações e "beneficiários" diretos, foi o que contou com a menor parcela da execução orçamentária, com boa parte do orçamento disponível não utilizado, conforme podemos verificar nos infográficos 1 e 2.

Passando para o próximo eixo de implementação, que diz respeito à Cadeia de Valor da agricultura, que atua diretamente sobre a teia de relações econômicas e sociais por trás da produção agrícola, em especial na comercialização, foram desenvolvidas 7 ações que englobam: capacitação empreendedora (gestão de negócios, finanças, marketing, entre outros); Oficinas para aceleração de pequenos negócios; Implementação de um espaço de "Coworking Público", um escritório com computadores, sala de reunião e internet para uso dos agricultores; Implementação da plataforma Sampa+Rural, com o objetivo de facilitar a conexão entre produtores e consumidores de produtos agrícolas; Piloto de grupo de consumo através do Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA); criação de uma escola de Agroecologia; Fortalecimento do agroturismo com turmas de escolas públicas e privadas.

Por fim, no eixo de Dados e Evidências foram implementadas mais 11 ações envolvendo: cadastramento das unidades produtivas (informações socioeconômicas, fundiárias, trabalho, produção); Mapeamentos e cartografias temáticas para a agricultura da região; estudos e cadastramentos sobre a produção indígena na Terra Indígena (TI) Tenondé Porã contando também com um levantamento florístico; informes e publicações sobre a

⁵⁹Os beneficiários dessa ação abarcam um universo de 60 agricultores, 36 com certificação orgânica e 24 com Protocolo de Transição Agroecológica.

⁶⁰Totalizando 107 produtores beneficiados e 268 amostras de solo coletadas e analisadas).

⁶¹Totalizando 128 produtores beneficiados com a doação de insumos e a aplicação de técnicas demonstrativas (uso de plasticultura e técnicas de irrigação).

⁶²Sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural e Ambiental (SisRural). Instrumento para coleta, análise e tomada de decisão baseada em dados, além de ser o repositório oficial do cadastro de produtores e UPAs da cidade.

⁶³Para a implementação de técnicas/instrumentos agroecológicos a serem demonstrados para outros agricultores. Entre eles: captação de água de chuva; fungicultura; irrigação com energia solar; criação de galinhas caipiras; galpão de armazenagem de insumos e defensivos agrícolas.

⁶⁴Instrumento previsto no PDE 2014 que não fora implementado até então. Foram reconhecidos 35 agricultores da região no primeiro edital com um valor de R\$1.020.000,00 distribuído pelos serviços ambientais.

situação da agricultura familiar e indígena do MSP. Das cartografias produzidas as que mais interessam ao nosso trabalho são aquelas apresentadas no mapa 1 e no mapa 2 , que apresentam a cobertura do solo da região Sul do município, com destaque para a atividade agrícola, e a localização das unidades produtivas mapeadas.

Todas as informações mencionadas sobre as ações realizadas na fase 2 do LoP foram extraídas do relatório oficial da PMSP. No próximo capítulo apresentamos uma investigação que busca extrapolar as fontes oficiais sobre a aplicabilidade e eficiência desses projetos na materialidade das famílias agricultoras, através de entrevistas estruturadas que buscaram entre outras coisas revelar o cotidiano do trabalho agrícola de alguns desses sujeitos envolvidos com o projeto.



Mapa 1. Unidades de Produção Agropecuária (UPA) do Município de São Paulo: Zona Sul. Realização: Projeto Ligar os Pontos. Extraído do Relatório do Projeto Ligar os Pontos

4.4 - Do Local ao Nacional

Apesar do caráter majoritariamente local e regional das políticas mencionadas, tanto na concepção quanto na execução, é importante reforçar que também houve, em diversos momentos, um movimento de articulação com o poder Federal, especialmente representativo nas gestões onde governo municipal e federal estiveram alinhados politicamente - na gestão municipal Fernando Haddad, prefeito entre 2013 e 2017, da mesma sigla que o então governo federal de Dilma Rousseff, ambos do Partido dos Trabalhadores (PT). O movimento federal de incentivo à agricultura familiar e de combate à fome - consolidado em programas e políticas como o Fome-Zero, o Programa Federal de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), e de modo mais amplo no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) - teve um peso considerável para a validação e implementação de algumas dessas políticas municipais.

Nesse sentido vale destacar alguns exemplos, como foi o caso da consolidação da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, em 2013, fortemente orientada pelo referido sistema nacional⁶⁵; do Estatuto das Cidades, que orientou a elaboração dos planos diretores municipais; e do movimento da Lei Federal 11.947 de 2009 que estabeleceu o fornecimento de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar - também implementado na gestão municipal petista. Outro ponto de tangência, quiçá o mais relevante, ocorreu em 2013, quando a PMSP aderiu ao PAA, viabilizando uma verba federal relevante para a compra de produtos da agricultura municipal, num movimento que fortaleceu diretamente a agricultura e os agricultores do município

Considerando que nosso objetivo é discutir as políticas locais, não nos aprofundaremos nesse histórico de articulação entre o poder federal e municipal, bastando reconhecer que ele existe e possui relevância na discussão das Políticas Públicas de modo Geral, em especial no que diz respeito à transferência de verbas e de diretrizes amplas da estratégia nacional.

⁶⁵Segundo Artur Henrique da Silva Santos, o então Secretário Municipal do Desenvolvimento, Trabalho, Empreendedorismo e Segurança Alimentar e Nutricional da Cidade de São Paulo.

5. O DISTRITO DE PARELHEIROS: AGRICULTURAS, AGRICULTORES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Vimos ao longo do trabalho que o Distrito de Parelheiros, associado à Grajaú e Marsilac, possui grande relevância no sistema da agricultura do município de São Paulo, concentrando a maioria dos agricultores e agricultoras bem como a maioria das Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) do município. Também atribuímos a este território grande protagonismo na implementação de políticas públicas para a promoção agrícola nos últimos 20 anos, que partiram principalmente da esfera municipal. Embora exista um nível de coesão interna que nos permite reconhecer este espaço enquanto um território agrícola é necessário considerar uma não-homogeneidade nas relações sociais de produção, formas de propriedade ou lógicas organizativas. Ali observamos uma ampla gama de sistemas produtivos, sujeitos, histórias, objetivos/lógicas de produção, formas de acesso à terra, formas de integração ao mercado bem como de integração às políticas públicas. Sequer é possível reconhecer uma uniformidade paisagística no distrito, que é verdadeiramente dinâmico em seus contrastes urbano-rurais, englobando áreas urbanizadas, lotes auto-construídos, sítios de veraneio, pousadas do ecoturismo e lotes propriamente agrícolas - que também se diferenciam entre si, dos roçados mais cartesianos até as agroflorestas com desenhos mais orgânicos e "desalinhados".

Fruto do encontro e tensão constante entre processos múltiplos - urbanização, agricultura, especulação imobiliária, conservação ambiental entre outros - a região se desenvolve nas franjas da expansão da fronteira urbana em contraposição com um território que é historicamente agrícola. Mais recentemente idealizada enquanto Zona Rural do município, projetada na qualidade de Macroárea de Contenção Urbana e Uso Sustentável - destinada prioritariamente para atividades que preservam a permeabilidade do solo, como a agricultura e o ecoturismo - Parelheiros encontra-se em uma faixa de transição, onde os limites cartográficos do urbano e do rural são demasiadamente complexos para serem traçados no mapa.

Este capítulo é dedicado a explorar esses elementos e compreender como se dão essas diferentes formas de uso e cobertura do solo para nossa área de estudo. Aqui pretendemos colocar à prova algumas das informações levantadas nos capítulos anteriores - em especial do capítulo 3 onde apresentamos alguns dados e estudos oficiais do poder público - através de

trabalhos de campo e entrevistas estruturadas com alguns dos sujeitos sociais da agricultura de Parelheiros. A proposta, conforme mencionamos, é trazer este diálogo para o trabalho, verificando a aplicabilidade das estatísticas disponíveis para com a materialidade presente no território, buscando entender não apenas o grau de êxito das políticas públicas mas também os impactos que as mesmas tiveram no cotidiano das famílias participantes e, necessariamente, em sua produção agrícola.

Nesse sentido, considerando a escala do presente trabalho, nossa preocupação é mais qualitativa do que estatística, buscando enriquecer uma ampla gama de narrativas a respeito das políticas em questão com alguns relatos e depoimentos semi-estruturados de técnicos, gestores e agricultores da região. Também vamos nos valer da pesquisa realizada anteriormente por Nakamura (2017), que fez uma investigação mais sistemática em 16 sítios produtivos dos agricultores membros da Cooperativa Agroecológica dos Produtores Rurais e de Água Limpa da Região Sul de São Paulo (Cooperapas) - única cooperativa agrícola do Município de São Paulo, fundada em 2011 no contexto de grande intervenção do poder público no território.

5.1. O território agrícola do Município: dados oficiais e demais levantamentos estatísticos

Antes de nos aprofundarmos na materialidade do território, no dia-a-dia de trabalho das famílias agricultoras, pretendemos resgatar e apresentar alguns trabalhos que são mais propriamente estatísticos, resultado de investigações institucionalizadas, ou seja, vinculadas ao Estado. Como consequência direta dos movimentos e iniciativas de promoção e incentivo à agricultura das últimas décadas, tivemos acesso a algumas investigações bem relevantes e recentes sobre o tema em questão.

O mais destacado e completo esforço nesse sentido diz respeito ao projeto Ligue os Pontos, cujo eixo de trabalho denominado Dados e Evidências foi responsável por levantar e organizar uma série de informações sobre o território, os sujeitos e as UPAs da zona rural Sul do Município. Em uma investigação que deu continuidade aos esforços do Cadastro do Produtor Rural (CPR) de 2012, numa tentativa de atualizar e reorganizar informações imprecisas, realizou-se um novo cadastramento dos agricultores da Zona Sul.

Em nota técnica do projeto em questão, diferenciando-as do conceito de estabelecimento agropecuário presente no IBGE, a prefeitura definiu essas Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) enquanto:

Conjunto de propriedades agrícolas contíguas e pertencente ao(s) mesmo(s) proprietário(s), localizadas inteiramente dentro de um mesmo município, inclusive dentro do perímetro urbano, com área total igual ou superior a 0,1 ha e que não seja destinada exclusivamente para lazer. (SÃO PAULO, 2020, p.8).

Dentre as informações levantadas, organizadas e disponibilizadas encontram-se:

- Mapeamentos das UPAs cadastradas (mapa 1)
- Mapeamentos da cobertura do solo (mapa 2)
- Infográficos e mapeamentos com o tamanho das unidades (imagem 7 e anexo III)
- Infográficos com informações sobre o vínculo dos agricultores com a propriedade da terra (imagem 8)
- Dados sobre os tipos de cultivo/produção, formas de comercialização, tipo de abastecimento de água, tipo de esgotamento sanitário, destinação de resíduos sólidos, perfil socioeconômico e demográfico dos agricultores, perspectivas de permanência na atividade e principais dificuldades.

Este estudo, que foi realizado através de questionários e visitas em campo, abrangeu 428 UPAs e serviu de ponto de partida estatístico para a implementação do projeto Ligue os Pontos. No marco do projeto Ligue os Pontos a municipalidade ouviu os agricultores sobre os principais desafios e empecilhos para o desenvolvimento da atividade agrícola, insumo que foi imprescindível para a edificação posterior das políticas. Vamos apresentar na sequência algumas dessas informações que consideramos mais relevantes para nossa finalidade, sendo que outros dados e estatísticas podem ser facilmente consultadas no Informe Urbano n°45 (Maio 2020) disponibilizado pela Prefeitura do Município de São Paulo.

Em primeiro lugar, entendemos ser pertinente comentar sobre a questão do uso e cobertura do solo. O relatório identificou que a área rural do município, delimitada no Plano Diretor de 2014 (mapa 3), corresponde a 432,70 km², cerca de 28,4% da área total do município, sendo que a maior parte desta área encontra-se no extremo Sul do município, nos distritos de Grajaú, Parelheiros e Marsilac, com cerca de 348,47 km² que correspondem a cerca de 80% da área rural do município. O modo de uso correspondente à produção agrícola (mapa 3) representa cerca de 5% da área rural do município e pouco mais de 3% da zona rural

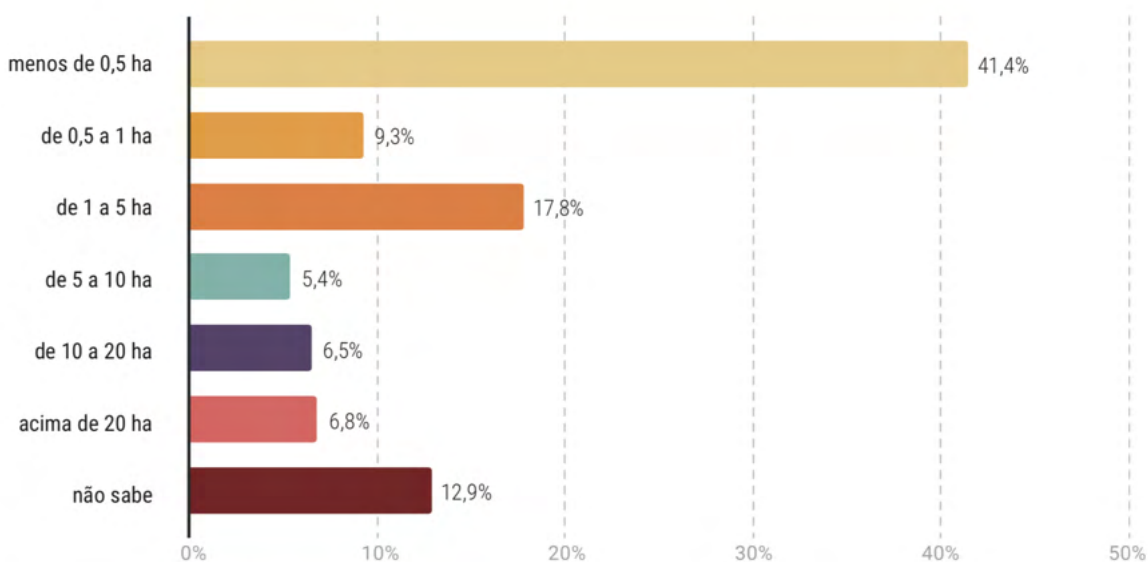
Sul. Assim, o uso agrícola do território, apesar de central em nosso estudo, não é tão expressivo do ponto de vista da extensão territorial, sendo facilmente superado por outros tipos de cobertura. Mesmo assim, do ponto de vista do planejamento urbano, da economia, da conservação ambiental e da segurança alimentar, o uso agrícola recobra importância e centralidade estratégica na formulação das políticas, uma vez que é capaz de conjugar desenvolvimento socioeconômico com conservação ambiental.



Mapa 2. Mapa de Cobertura do Solo, Município de São Paulo, Zona Sul. Realização: Projeto Ligue os Pontos. Extraído do Relatório do Projeto Ligue os Pontos.

Sobre a disposição das Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) no território, o relatório aponta que as "428 unidades produtivas pesquisadas apresentam a seguinte distribuição espacial: 171 UPAs no distrito de Parelheiros, 169 UPAs no distrito do Grajaú e 88 UPAs em Marsila" (SÃO PAULO, 2020, p.10). No que diz respeito às formas de acesso à terra - sem que fossem analisadas as titulações e regulações fundiárias - a pesquisa identificou que 65% dos agricultores deste território declararam que são proprietários da unidade produtiva, enquanto 10% arrendam, 6% são posseiros, 4% são cessionários e comodatários e mais 10% dos entrevistados declararam que trabalham como caseiros na propriedade de outrem.

Em relação ao tamanho das propriedades, a pesquisa identificou um "predomínio quase total da pequena propriedade (80%)" (Idem, p.10). Nessa passagem o critério utilizado para classificar as pequenas unidades vai de 0 até 20 hectares. Por entendermos que tal recorte é demasiadamente amplo, considerando as diferenças materiais de um lote de 0,5 ha para um de 20 ha, optamos por reformular o critério. Tomando como base uma dimensão de propriedades com áreas entre 0 a 5 hectares calculamos que 68,5% das UPAs se enquadram neste perfil de pequenas unidades - ver imagem 8.



Fontes: Cadastramento CEBRAP, 2019. Elaboração SMDU/Geoinfo/Ligue os Pontos.

Imagem 7. Distribuição das UPAs por tamanho (em hectare). Gráfico apresentado no relatório do Ligue os Pontos, com informações sobre o tamanho das propriedades dos agricultores que realizaram o cadastramento.

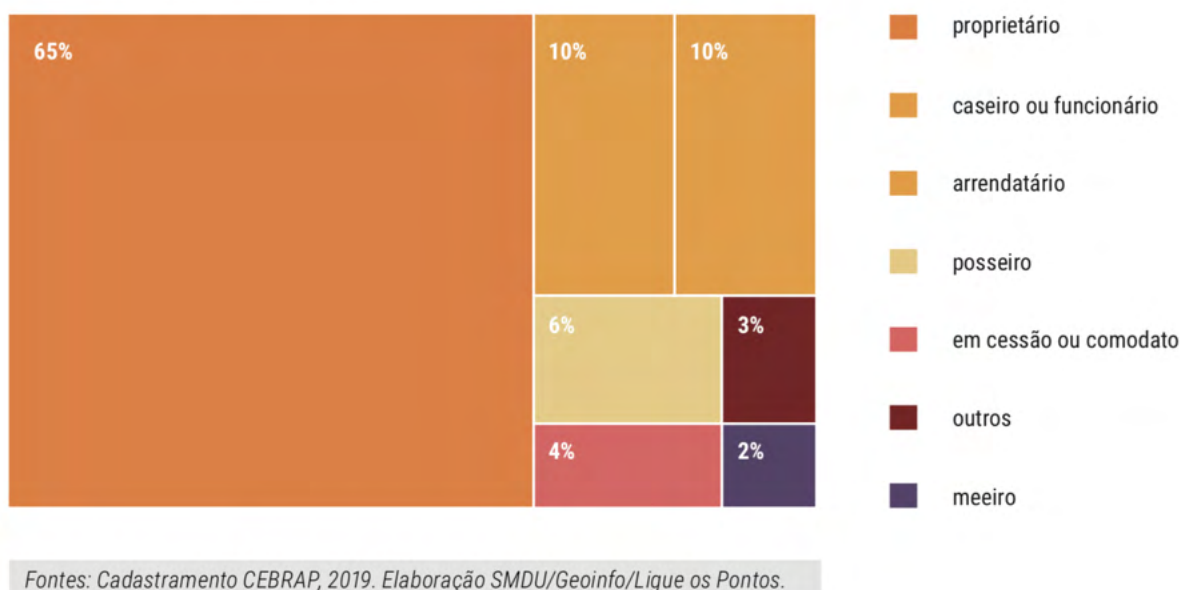


Imagem 8. Vínculo do entrevistado com a Propriedade das Unidades de Produção Agropecuária (UPA). Gráfico apresentado no relatório do Ligue os Pontos, com informações sobre as formas de acesso à terra dos agricultores que realizaram o cadastramento.

Ainda sobre essa questão, o trabalho menciona que, por serem menores do que 5 hectares, a maioria das UPAs (68,5%) enfrenta problemas na regularização fundiária. Isso porque essas propriedades não atingem tamanho mínimo do módulo fiscal agrícola do município - que é de 5 hectares - complexificando a questão da regularização dos lotes. Essa questão nos parece central, representando um problema jurídico para o desenvolvimento da agricultura da região, uma vez que a questão fundiária foi comentada por quase a totalidade dos entrevistados como uma problemática central para os agricultores do distrito.

Ainda neste levantamento, identificamos que:

- A maioria das UPAs comercializa a produção (61,7%);
- Boa parte dos agricultores (47,3%) obtém uma renda direta inferior a R\$1.000,00 com a sua produção e a grande maioria (79,5%) obtém renda direta de até R\$3.000,00;
- Uma parcela de 41% destes agricultores exerce outra atividade além da agricultura;
- Apenas 26% desses agricultores estão conectados à rede de distribuição de água e apenas 10% contam com esgoto encanado - ainda que 49% tenham estrutura de biodigestor;
- A maioria (73%) dos agricultores tem mais de 45 anos;

- Um percentual de 42% dos domicílios apresentaram renda mensal per capita inferior a R\$ 500,00 e apenas 9% dos domicílios superior a R\$ 2.000,00;
- A maioria (58%) dos agricultores entende que seus descendentes, filhos e netos, deveriam permanecer na propriedade trabalhando com agricultura.

Por fim, sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos agricultores para a realização de sua atividade, a pesquisa identificou que os maiores problemas são: aquisição de adubo, mudas, sementes e maquinários (21%); acesso à força de trabalho (16%); escoamento da produção (11%) questões climáticas (10%). Vale pontuar aqui que todos esses elementos também aparecem em nossa saída à campo, por menor que fosse nossa amostragem.

Outra pesquisa que é igualmente importante para nosso trabalho foi o resultado de uma compilação de informações organizadas e disponibilizadas através do Informe Urbano n° 49 (Maio, 2020)⁶⁶ - compilando estatísticas do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2017), da pesquisa de Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2019b), da Pesquisa de Pecuária Municipal (IBGE, 2019a) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS 2019). Tal artigo apresenta dados e mapeamento acerca do sistema de abastecimento da cidade, tratando da produção agropecuária, da indústria de alimentos, do comércio (atacadista e varejo) de alimentos, das feiras livres, mercados e sacolões. Para a nossa finalidade vale mencionar as seguintes informações:

- O valor estimado da produção do município correspondeu a R\$36.420.000,00 em 2018, cerca de 0,01% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal.
- A área plantada com lavouras permanentes e temporárias, em 2019, somava apenas 94 hectares (IBGE, 2019b)

O trabalho ainda apresenta o mapa 3, que nos permite visualizar a distribuição do zoneamento rural do município em paralelo com a área da cobertura agrícola. Tal representação cartográfica reforça o argumento de que o extremo sul do município é o principal território da agricultura urbana do município, bem como do encontro entre urbano e rural - ainda que nesse mapa exclusivamente do ponto de vista formal.

⁶⁶Informe Urbano n° 49 (Maio, 2020) Produção e disponibilidade de alimentos no Município de São Paulo.



INFORMES **urbanos**
junho/2021

**Mapa 1. Zonas Rural e Urbana/
PDE e agricultura**
Município de São Paulo

Fontes: SMUL/Geoinfo, Google Satellite



0 3.5 7 km



Zona Rural
Zona Urbana

Agricultura

Mapa 3. Zona Rural e Urbana do município com as áreas agrícolas mapeadas. Realização: Projeto Ligue os Pontos. Extraído do Relatório do Projeto Ligue os Pontos.

Outra referência que já mencionamos anteriormente mas que traz diversos aportes para este momento de análise estatística sobre a produção agrícola do Município é o artigo "Agricultura urbana no município de São Paulo: considerações sobre produção e

comercialização" (BIAZOTI; LEÃO; BURALLI; MAUAD; 2021), que apresenta informações e dados cruzados de várias fontes oficiais:

Censos Agropecuários de 2006 e 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuário do Estado de São Paulo (Lupa), desenvolvido pela Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável, da Secretaria de Agricultura e Abastecimento (CDR/SAA). Outros levantamentos, como o Cadastro do Produtor Rural (CPR) e o Cadastramento do Projeto Ligue os Pontos, também foram pesquisados, buscando apresentar a diversidade de informações existentes e sugerir a amplitude da agricultura no município (IDEM, 2021, p. 190)

Os dados sistematizados nas tabelas 3, 4 e 5 são interessantes pois apresentam a os dados estatísticos onde podemos visualizar o aumento da atividade agrícola, de tal forma que torna possível a comparação entre os dados, seja em relação aos diferentes anos ou em relação às diferentes pesquisas.

Base de dado	Número de estabelecimentos	Função primária ou orientação	Comercialização
Cadastro do Produtor Rural (2012)	446 unidades de produção		5.000 ha
Levantamento Unidades de Produção Agropecuária (Lupa – 2007/2008)	253 unidades de produção		3.000 ha
Levantamento Unidades de Produção Agropecuária (Lupa – 2016/2017)	323 unidades de produção	802 pessoas (proprietários, familiares e mensalistas)	4.388,40 ha
Censo Agropecuário – IBGE (2006)	193 estabelecimentos agropecuários	767 pessoas ocupantes	8.000 ha
Censo Agropecuário – IBGE (2017)	550 estabelecimentos agropecuários	1.945 pessoas ocupantes	10.954 ha
Cadastramento Projeto Ligue os Pontos – 2019	428 unidades de produção (apenas da Zona Sul e que comercializam)		

Tabela 3. Número de estabelecimentos agropecuários por estudo ou cadastro e ano. Extraído de BIAZOTI; LEÃO; BURALLI; MAUAD; (2021), p. 193.

Item	Número de Unidade de Produção Agropecuária (UPA)		Total de área (hectare)	
	2007/2008	2016/2017	2007/2008	2016/2017
Número UPA/Área total	253	323	2.936,0	4.388,4
Cultura perene	71	95	91,2	126,8
Cultura temporária	205	265	968,0	1.019,6
Pastagem	19	49	250,4	415,9
Reflorestamento	47	56	141,4	185,4
Vegetação natural	154	230	964,8	1.815,7
Descanso	156	177	342,4	588,2
UPA com (0, 1) ha	29	46	19,4	26,4
UPA com (1, 2) ha	36	41	58,9	66,6
UPA com (2, 5) ha	77	82	266,9	294,3
UPA com (5, 10) ha	35	42	267,6	324,6
UPA com (10, 20) ha	35	54	489,0	764,7
UPA com (20, 50) ha	30	41	928,7	1.259,5
UPA com (50, 500) ha	11	17	905,5	1.652,3

Tabela 4. Estatísticas Agrícolas, Município de São Paulo (SP), Lupa (2007/2008) e Lupa (2016/2017). Extraído de BIAZOTI; LEÃO; BURALLI; MAUAD; (2021), p. 194.

Tipo de lavoura	Número de estabelecimentos		Área destinada (ha)		Valor estimado da produção (R\$)	
	2006	2017	2006	2017	2006	2017
Lavoura permanente	46	184	60	343	438.000 (apenas banana)	1.520.000,00
Lavoura temporária	139	335	861	689	67.000 (mandioca, cana, feijão e milho)	371.000,00
Cultivo de flores	21	98	77	432		
Pastagens naturais	46	72	542	317		
Pastagens plantadas	15	24	110	143		

Tabela 5. Dados de produção de lavouras permanentes, temporárias e pastagens no município de São Paulo (SP), Censo Agropecuário 2006 e 2017 (IBGE). Extraído de BIAZOTI; LEÃO; BURALLI; MAUAD; (2021), p. 196.

As principais informações deste levantamento para nosso trabalho são aquelas que confirmam a expansão da área agrícola em nosso período de estudo, seja através dos dados do LUPA ou do próprio IBGE. Segundo a pesquisa mencionada - de onde foram extraídas as tabelas 3, 4 e 5 - o número de UPAs ou estabelecimentos (conforme metodologia da pesquisa), bem como de pessoas dedicadas à atividade e o valor da produção sugerem um

crescimento relevante da atividade agrícola do município. As principais informações extraídas foram:

- O número de UPAs aumentou de 253 (2007/08) para 323 (2017/17) - dados do LUPA, tabela 4;
- A área das UPAs saltou de 2.936,0 ha (2007/08) para 4.388,4 ha (2017/17) - dados do LUPA, tabela 4;
- O número de estabelecimentos agropecuários passou de 193 (2006) para 5050 (2017), um incremento de 65% em 10 anos - dados do IBGE, tabela 5;
- O número de pessoas dedicadas à atividade passou de 797 (2006) para 1945 (2017) - dados do IBGE, tabela 5;
- O valor estimado da produção passou de R\$505.000,00 (2006) para R\$1.891.000,00 (2017) - dados do IBGE, tabela 5.

Apesar de apresentarem complexidades metodológicas, em especial no que diz respeito às formas de delimitar a unidade/estabelecimento agrícola, entendemos que o conjunto de informações apresentadas acima corrobora com a nossa perspectiva de que a Zona Rural Sul do município, com especial relevância para o distrito de Parelheiros, se configura como um importantíssimo enclave agrícola do município - muito possivelmente o mais relevante distrito do município - e que se encontra em processo de expansão e fortalecimento, com mais unidades produtivas, mais agricultores e mais produção.

5.2. O perfil dos agricultores de Parelheiros

Por mais valiosas que sejam, as estatísticas costumam simplificar os processos, ocultando alguns elementos que parecem ser centrais em nossa investigação. O que os dados acima não apresentam é o que pretendemos desenvolver na sequência, trazendo mais informações sobre os sujeitos, formatos e conteúdos da agricultura de Parelheiros. Nesse sentido, Nakamura (2017) foi o nosso ponto de partida. O trabalho de Nakamura (2017), que se dedicou a investigar as relações sociais de produção dentro da COOPERAPAS, aborda com profundidade a questão do perfil dos agricultores, muitos deles no distrito de Parelheiros. De modo geral, Nakamura entende que apesar deste perfil ser diverso, existe uma identificação comum com a noção de agricultura familiar, que em sua unidade conceitual se manifesta na prática enquanto um amplo conjunto de sujeitos e práticas sociais.

Segundo a pesquisadora:

Apesar de se identificarem como agricultores familiares, ao conhecer melhor os membros da cooperativa, é possível perceber como há perfis muito variados: pessoas cujos pais e avós trabalharam na roça; outras que quiseram sair do meio totalmente urbano para buscar uma aproximação com a natureza; ainda, há as que querem ser agricultoras para mudar de vida (NAKAMURA, 2017, p.).

A autora entende que a caracterização "agricultor familiar", por vezes autoproclamada, por outras projetada nos agricultores, se dá como um movimento homogeneizador de uma realidade que é múltipla, compreendendo diferentes histórias individuais, relações sociais e concepções a respeito da agricultura e da gestão da unidade produtiva. Buscando superar a primeira aproximação onde todos os sujeitos são apresentados segundo a ótica da agricultura familiar, a autora busca resgatar práticas e realidades que aproximam ou distanciam os agricultores de elementos camponeses, numa tentativa de situar o debate dentro da tradição da Geografia Agrária. Nesse sentido, Nakamura identificou alguns elementos próprios da campesinidade na realidade dos agricultores de Parelheiros - como a organização cooperativista, a propriedade dos meios de produção, a propriedade da terra que não visa a exploração mas o sustento da família; o trabalho familiar; a socialização camponesa; a força de trabalho assalariada; o trabalho acessório, bem como a origem familiar.

Nossa proposta aqui não é a de classificar aqueles sujeitos no marco da campesinidade, até porque os contornos urbanos daquele território complexificam qualquer tipo de análise neste sentido - isto seria trabalho para outras investigações. Nossa menção aqui é apenas para reconhecer alguns desses elementos camponeses que se manifestam naquela realidade que Nakamura identificou e que nós também pudemos verificar no território. Nossa proposta de trabalho de campo e entrevistas com alguns desses sujeitos, teve como objetivo apresentar alguns desses elementos e relações sociais da agricultura bem como as formas em que se articulam com o poder municipal na construção das políticas públicas.

5.3. Sujeito em foco: entrevistas e trabalho de campo em Parelheiros

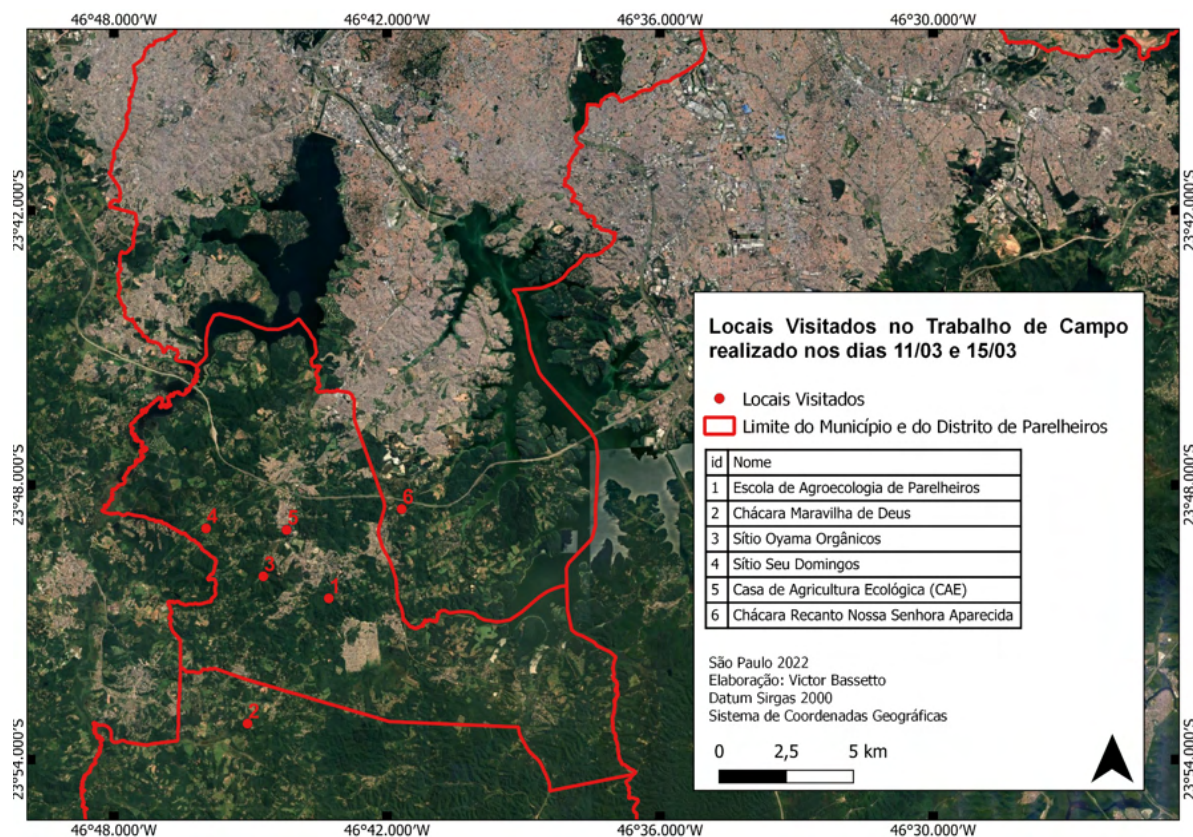
Com o objetivo de investigar a realidade da agricultura e dos agricultores, em complementaridade aos esforços realizados anteriormente, propusemos uma investigação *in loco* no distrito de Parelheiros, recorrendo ao recurso metodológico tipicamente geográfico do trabalho de campo. Nossa investigação se deu no sentido de verificar o que ocorre no

território, quais tipos de relações se sucedem, bem como ponderar sobre a relevância dos processos que discriminamos ao longo do trabalho na realidade do território - por exemplo da urbanização.

Resultado de um trabalho prévio, de algumas semanas de planejamento e organização, realizamos nos dias 11/03 e 15/03 uma investigação em campo para observar, dialogar, refletir e registrar a realidade agrícola encontrada em nossa área de estudo. O roteiro de tal iniciativa, estruturada em entrevistas, conversas e visitas aos sítios de alguns agricultores, pode ser sumariamente examinado na tabela 6 e no mapa 4.

Nome do sítio	Agricultor	Coordenadas Geográficas	Sistema Produtivo	Tipo de contato
Chácara Maravilha de Deus	Juarez	-23.886940, -46.750963	Agroecológico - Orgânico Certificado IBD	Visita ao sítio e entrevista presencial
Chácara Recanto Nossa Senhora Aparecida	Benê	-23.808210, -46.694234	Orgânico não certificado	Visita ao sítio e entrevista presencial
Sítio Oyama Orgânico	Ernesto	-23.833022, -46.746105	Orgânico certificado IBD	Visita ao sítio e entrevista presencial
Sítio Seu Domingos	Eduardo Faria	-23.8155283,-46.7665733	Orgânico e Agroecológico - certificado Biodinâmico	Entrevista remota

Tabela 6. Relação dos agricultores contatados com nome do sítio, nome do agricultor, coordenadas, sistema produtivo e tipo de contato. Elaboração própria.



Mapa 4. Localização dos locais visitados no trabalho de campo. Elaboração própria

Para além dos agricultores também pudemos entrevistar outros sujeitos diretamente envolvidos na atividade agrícola, como o técnico agrícola Cristiano e a gestora pública Roseli, da Casa de Agricultura Ecológica (CAE) e da Escola de Agroecologia de Parelheiros, respectivamente. O conjunto de informações coletadas, apesar de representarem uma diminuta amostragem estatística da realidade observada, foi extremamente valioso pois nos apresentou novas e diversas perspectivas e pontos de análise sobre a realidade da agricultura, a relação urbano-rural, bem como do impacto das políticas públicas de promoção agrícola. O resumo descritivo desta segunda leva de entrevistas pode ser visualizado na tabela 7.

Nome do local	Entrevistado	Coordenadas Geográficas	Função	Tipo de contato
Casa da Agricultura Ecológica José Umberto Macedo Siqueira (CAE)	Cristiano	-23.816044, -46.737084	Assistência técnica ao agricultor; Certificação	Visita ao local com entrevista presencial
Escola de Agroecologia de Parelheiros	Roseli	-23.841272, -46.721196	Gestão; Equipe técnica; Cursos;	Visita ao local com entrevista presencial

Tabela 7. Relação dos técnicos e gestores contatados com nome do local, nome do entrevistado, coordenadas, função e tipo de contato

Antes de nos aprofundarmos nas informações obtidas neste trabalho investigativo entendemos ser relevante mencionar a trajetória de pesquisa que culminou com a realização do trabalho de campo. Para nos conectarmos com os sujeitos entrevistados recorremos a diferentes estratégias, mas principalmente através de contatos obtidos em entrevista com Angélica Nakamura (anexo 2) e em conversa informal com Mauro Spalding realizada no dia 09/03. Outro caminho que utilizamos foi a própria plataforma do Sampa+Rural, por onde pudemos extrair uma lista com mais de 30 agricultores cadastrados⁶⁷ com informações para contato no distrito de Parelheiros. Também tentamos agendar entrevistas com a secretária Aline Cardoso, diretamente responsável pela gestão do projeto Ligue os Pontos, mas até o presente momento não obtivemos sucesso. Somando todos nossos esforços contatamos mais de 40 sujeitos envolvidos na agricultura do município e conseguimos organizar entrevistas e visitas com apenas 6 deles.

Em nossa primeira saída a campo conversamos com o Cristiano, a Roseli e o Juarez. Cristiano é um dos técnicos responsáveis pelas atividades de assistência técnica e certificação na Casa da Agricultura Ecológica José Umberto Macedo Siqueira (CAE), além de também ser um produtor agrícola. Roseli é responsável pela gestão da Escola de Agroecologia de Parelheiros, um espaço criado em 2019 vinculado à Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ) - órgão gestor da Política Municipal de Educação Ambiental de São Paulo. Juarez é um agricultor membro da COOPERAPAS que trabalha em um sítio

⁶⁷Aqui vale mencionar a questão do sinal telefônico, que é muito defasado ou virtualmente ausente em boa parte do distrito de Parelheiros. Para boa parte dos contatos por telefone sequer obtivemos sucesso em garantir a conexão da chamada telefônica e em outros casos tivemos problemas de comunicação na chamada pelo "mal sinal".

arrendado na região do Embura. Sua produção é diversificada, atendendo uma parte da demanda familiar por hortaliças e ovos, cujo foco comercial de seu trabalho se dá principalmente com hortaliças, ervas e chás medicinais. Juarez, apesar de ter histórico familiar na agricultura viveu a maior parte da sua vida na cidade, tendo retornado a trabalhar com agricultura há 8 anos atrás no sítio em que encontra-se hoje com o objetivo de viver e trabalhar de forma mais gratificante, mais próximo da natureza.



Imagem 9. Foto do agricultor Juarez em seu sítio comentando sobre o manejo do quiabo, cultura agrícola que é popular no distrito. Nossa autoria (2022).

Imagem 10. Foto panorâmica de um dos roçados de Juarez, onde produz diversas hortaliças em sistema agroflorestal. Nossa autoria (2022).

Na segunda saída a campo visitamos o sítio do Benê, um jovem senhor aposentado que comprou um sítio na região em 2019 e começou a produzir hortaliças para complementar a sua renda. Benê vive no sítio com sua família e é o principal responsável pelo trabalho na terra, produzindo comercialmente algumas hortaliças folhosas, feijão e milho, mas também com uma parte da produção voltada para atender o consumo familiar.



Imagem 11. Foto do agricultor Benê apresenta seus canteiros principais, onde produz verduras para comercialização, com destaque para as couves (3 tipos diferentes), alface e temperos. Nossa autoria (2022).

Ainda neste mesmo dia visitamos o sítio Oyama, onde Ernesto é o principal responsável pela atividade agrícola. Ernesto é um agricultor de origem japonesa, cujo histórico familiar no terreno remete à 1930 na produção convencional, mas que hoje conta com uma robusta produção diversificada em sistema orgânico certificado (IBD) em diálogo com elementos da agricultura biodinâmica. Na propriedade do Ernesto, onde vivem e trabalham, existe ainda uma estrutura para receber turistas como atividade econômica alternativa, embora no atual momento, por conta da pandemia, não estejam recebendo visitantes. Na ocasião da visita tivemos a oportunidade de conhecer seu roçado principal (imagem 12) onde é realizada a maior parte do cultivo comercial, bem como os roçados menores, mais próximos das edificações do sítio.



Imagem 12. Foto da roça principal do sítio Oyama, com produção de couve, nabo, tomate, mostarda e feijão. O agricultor Ernesto optou por não aparecer na foto. Nossa autoria (2022).



Imagem 13. Foto da plantação de maxixe (treliças) e manjericao (direita) no sítio Oyama. Nossa autoria (2022)

Começamos pela CAE, que é um dos principais aparelhos públicos para a implementação das políticas de promoção agrícola, sendo o principal (e às vezes o único) centro de referência e apoio para a implementação de todo o conjunto de políticas voltadas à agricultura. Situada junto à Subprefeitura de Parelheiros, a CAE é um espaço físico que desempenha múltiplas funções: armazenagem de insumos, equipamentos e maquinário; escritório para cadastramento e certificação dos agricultores, bem como apoio às iniciativas de regularização fundiária; escritório da COOPERAPAS junto à Subprefeitura de Parelheiros, com uma estrutura de câmara-fria e equipamentos de processamento para apoio à produção e distribuição. Chegamos cedo ao local e pudemos identificar um fluxo de tratores - um da Patrulha Agrícola e outro do Projeto Ligue os Pontos - saindo da CAE para realizar trabalho de preparação de canteiros em lotes agrícolas que participam do "rodízio de tratores".

Em nossa conversa com Cristiano, bem como através dos portais e informes oficiais, ficou evidente que o trabalho da CAE articula várias frentes e projetos com a finalidade de apoiar a agricultura e o agricultor do município, visando garantir com que o mesmo possa permanecer na propriedade trabalhando com a produção agropecuária e extraíndo sua renda da atividade agrícola. Cristiano reconhece que a realização deste objetivo depende simultaneamente da viabilização da produção e da comercialização da mesma, passando pela diversificação das culturas e padronização dos produtos para venda. Segundo ele, a CAE atua prioritariamente junto aos produtores orgânicos (ainda que alguns sem certificação), *em transição* agroecológica, mas também com os agricultores convencionais, com o objetivo de promover uma transição do sistema produtivo destes últimos. Considerando o caráter ambiental da área, que é um território de conservação do solo, da vegetação e da água, o trabalho da CAE se orienta no sentido de promover, incentivar e facilitar a transição do sistema produtivo, o que segundo Cristiano vem sendo realizado com relativo êxito. Através das políticas públicas e do trabalho da CAE já foram certificados 23 agricultores pelo IBD e mais 9 estão em processo de certificação, além daqueles agricultores que estão em transição agroecológica.

O trabalho do Cristiano na CAE se dá majoritariamente em campo, nos sítios e lotes agrícolas do distrito, proporcionando uma visão abrangente do que é a realidade das famílias agricultoras, justamente por proporcionar um contato constante com uma ampla amostragem desses sujeitos. Segundo ele, em consonância com os levantamentos estatísticos previamente apresentados, o perfil do agricultor é majoritariamente de pequena escala, em lotes agrícolas

pequenos, entre 0 e 5 hectares, no que ele classifica enquanto agricultura familiar. A maioria dos agricultores trabalha apenas com a família nos lotes, e eventualmente existe contratação de força de trabalho, ainda que, mesmo nesses casos, é prioritariamente familiar (tios, primos, entre outros). Cristiano mencionou também que existem apenas cerca de 5 propriedades que destoam desse perfil, sendo propriedades grandes com uma lógica mais propriamente empresarial e um grande número de empregados e maquinários mais sofisticados. O depoimento de Benê também foi neste sentido, ao comentar que a maioria dos agricultores da região trabalham em pequenas propriedades, principalmente com trabalho familiar.

Sobre o perfil sócio-cultural dos agricultores, Cristiano resgatou a questão da ancestralidade japonesa e alemã, resultado de imigração nos séculos XIX e XX, bem como a existência de um perfil mais "raíz", cujas famílias são agricultoras na região há gerações mas não necessariamente se enquadram no perfil dos imigrantes, o que Nakamura (2017) apresentou enquanto agricultura caipira.

A história familiar de Ernesto se enquadra nesse movimento migrante, sendo ele um dos descendentes de imigrantes japoneses⁶⁸ que moram na região. Seus avós chegaram ao Brasil em 1918 e se instalaram na região de Parelheiros em 1930, no mesmo terreno onde ele trabalha até os dias de hoje. A este respeito, pudemos identificar grande correspondência entre a descrição que Ernesto fez da agricultura praticada pelos avós e pais - com grande aplicação e dependência de insumos (agrotóxicos e fertilizantes sintéticos) e alta produtividade - com a investigação de Nakamura (2021) a respeito da presença japonesa em Parelheiros. Sobre este contraste da agricultura caipira com a agricultura japonesa, Nakamura (2021) aponta que:

A presença da agricultura, porém, ganhou mais força com a chegada de imigrantes, em especial dos japoneses, no início do século XX, os quais passaram a se dedicar, principalmente, à horticultura. Até então, a agricultura praticada era conhecida como caipira. Hoje, essa agricultura ganhou uma nova roupagem e passou a ser conhecida como orgânica ou agroecológica, tornando-se mais valorizada, pois é vista como ambientalmente mais correta e sustentável. Contudo, se hoje a antiga agricultura caipira é tida como melhor para o meio ambiente e a saúde das pessoas – agricultores e consumidores – na época da chegada dos imigrantes, ela era vista de forma preconceituosa por pesquisadores que acompanhavam o desenvolvimento dessa região. É o caso de Costa (1958, p.116, 117 e 123), por exemplo, que faz referência aos caipiras com desdém, como pessoas que não sabiam aproveitar o solo, produzir, auferir lucros, utilizavam técnicas rudimentares e faziam canteiros assimétricos e desalinhados. Como contraponto, a autora fala dos japoneses com admiração e elogia sua forma de produção, pois

⁶⁸A trajetória da família de Ernesto remete ao trabalho granjeiro e hortícola realizado pelos avós, depois pela horticultura, praticada pelos pais e agora pelo trabalho hortícola orgânico-biodinâmico praticado por ele.

utilizavam arados, produtos para combater as pragas, sementes selecionadas e montavam canteiros em linhas geométricas, que lembravam técnicas de jardinagem (NAKAMURA, 2021, p.225).

Cristiano também comentou existir um novo perfil de agricultores "neo rurais", sujeitos urbanos, sem tradição familiar na agricultura, que recentemente saíram da cidade para trabalhar ou investir na agricultura da região. Segundo ele, a inserção deste novo perfil de agricultores é responsável por introduzir ao campo novas formas de pensar a agricultura, com outros conhecimentos e uma perspectiva mais empresarial-empREENDEDORA com noções de plataformas, *marketing* e ferramentas de comercialização que trazem novos elementos e possivelmente uma nova forma de pensar a agricultura no distrito. Tal movimento tem se reforçado com a pandemia do Coronavírus (COVID-19), momento em que uma pequena parcela da população passa a realizar trabalho remoto e/ou questionar os ônus da vida nos grandes centros urbanos, buscando reconexão com a natureza.

O desafio da manutenção dos agricultores na propriedade é central, estando diretamente relacionado com as pressões que os processos urbanos exercem sobre os lotes agrícolas do distrito e do extremo sul como um todo - processo que discutimos largamente ao longo do trabalho e que pudemos observar em praticamente todas as entrevistas realizadas. Também em nossos deslocamentos pelo distrito, entre um local visitado e outro, pudemos identificar vários focos de desmatamento, edificação e loteamento irregular, em especial naquelas áreas mais próximas ao centro⁶⁹ de Parelheiros. Segundo Cristiano, a expansão da mancha urbana é um processo inevitável que encontra-se em marcha acelerada no distrito de Parelheiros, tendo-se agravado nos últimos 4 anos frente à uma intensificação da crise da moradia no município. Sobre tal pressão, Cristiano afirma que:

De 4 anos pra cá, se você andar um pouco por aí vai ver uma grande expansão de habitação, da mancha urbana. Se parar pra pensar acaba virando uma pressão em cima do agricultor. A mancha tem crescido muito na região do centro (de Parelheiros), por conta do desenvolvimento local. Hoje já tem uma infraestrutura no centro, então as pessoas conseguem ter emprego aqui dentro. Mesmo assim a mancha verde é muito grande, a gente consegue segurar um pouco.

⁶⁹A região que compreende a subprefeitura de Parelheiros é lida pelos habitantes do distrito como o "centro". Percebemos que existe uma tendência dos moradores, pelo menos aqueles que pudemos conversar, de entender a relação de São Paulo com Parelheiros na chave da externalidade, sendo que centro remete ao centro do bairro enquanto que cidade remete à São Paulo.

Roseli também trata dessa pressão do urbano sobre o rural com grande ênfase e pesar. Sua opinião é muito contundente de que não é possível fomentar a agricultura sem tratar das questões estruturais da sociedade, em especial do urbano. O diagnóstico dela é de que por mais que a agricultura esteja se fortalecendo, ainda existe uma série de questões urbanas que ainda prejudicam, não apenas a população do distrito, mas também as tentativas de promover a agricultura desde o Estado.

Para Roseli, a questão do déficit habitacional do município é central nesta discussão, uma vez que os terrenos não-edificados do distrito, por vezes agrícolas, são submetidos a diversos tipos de pressão para a construção imobiliária, num movimento que edifica e impermeabiliza a superfície do solo, contribuindo portanto para a degradação sócio-ambiental daquele espaço. Para ela, os agricultores representam a resistência face a este processo, mas sozinhos não conseguiriam aguentar essa pressão do urbano, que se materializa na ação de ocupantes, loteadores, construtoras e até do crime organizado. De acordo com Roseli existem diversos relatos de agricultores recebendo ofertas "irrecusáveis" para sair do lote (que algumas vezes já é irregular) para que seja novamente loteado, fracionado e finalmente vendido. A crescente demanda por esse tipo de loteamento tem fortalecido esse movimento de urbanização irregular. Ainda nesse caminho, para além da pressão imobiliária, questões como a violência, o transporte, a dificuldade de conexão (internet e telefone), o desemprego e o saneamento são outras problemáticas sociais que impedem um pleno desenvolvimento da atividade agrícola.

Ernesto, quando perguntado, também comentou que a expansão da mancha urbana se reflete diretamente em uma pressão sobre a agricultura, sendo uma realidade tangível em sua vizinhança. Segundo ele, não é incomum que loteadores façam propostas pelos sítios e chácaras agrícolas da região para realizarem novos loteamentos, visando a edificação de pequenas moradias a serem vendidas por preços populares.

Benê também deu destaque para os processos de loteamento enquanto pressão sobre a agricultura e sobre o meio ambiente. Na sua perspectiva, a questão fundiária ainda é o maior desafio para a consolidação da agricultura naquele espaço, onde a grande maioria dos lotes são irregulares. Ele comenta que o agricultor que não tem sua terra regularizada enfrenta enormes dificuldades para acessar o conjunto de políticas públicas de incentivo à agricultura, bem como fala das adversidades para acessar os programas de aquisição facilitada de

insumos, crédito e maquinário. As dinâmicas de loteamento e grilagem também são apresentadas como um grande problema para o agricultor, uma vez que geram uma pressão para que saiam de seus lotes, seja através da venda ou em outros casos por pressão do proprietário do terreno. A conservação do ambiente natural, tema caro ao agricultor Benê que tem grande apreço e carinho pela fauna e flora local, também esbarra na questão fundiária, já que os loteadores irregulares muitas vezes avançam sobre áreas preservadas, desmatando para empreendimentos imobiliários - normalmente pequenos loteamentos para casas de 5x15m, 10x15m.

A história de Juarez é a mais emblemática nesse quesito, visto que o agricultor, há 8 anos no terreno, está em vias de ser expulso do local também por pressões imobiliárias. Juarez conta que no início, quando chegou no lote 8 anos atrás através de um contrato de arrendamento, só existia mato. Ao longo dos anos ele realizou diversas melhorias no lote, implementando gradualmente estruturas para a realização de sua atividade, como o poço semi-artesiano, uma casa, um galinheiro, um biodigestor, um pomar, uma série de roçados, estrutura de compostagem, entre outras melhorias que também contaram com apoio do poder público para serem implementadas, conforme descreveremos na sequência. Juarez fez diversos acordos verbais com o proprietário do lote sobre essas melhorias, que em caso de encerramento do contrato de arrendamento seriam passíveis de indenização. Na ocasião da visita, Juarez nos comunicou com muito pesar que estava em vias de deixar o sítio, por decisão unilateral do proprietário que comunicou que estaria vendendo o lote. Desonrando os acordos, o proprietário decidiu por expulsá-lo do sítio sem nenhum tipo de indenização. Segundo Juarez, o motivo da venda gira em torno da pressão imobiliária, visto que o terreno, por mais que esteja em área de preservação, possui uma área considerável sem árvores, com cerca de 5.000 m², que portanto poderia ser loteadas e construídas.

De qualquer forma, numa equação que se balanceia entre pressões urbanas de um lado e políticas públicas do outro, vimos que existe certo consenso em nossa amostragem de entrevistados ao apontar que a agricultura se fortaleceu nos últimos 20 anos, e também que parte desse fortalecimento está relacionada às iniciativas do poder público. A totalidade dos entrevistados aponta para esse processo e a grande maioria entende que as políticas públicas foram fundamentais para que isso ocorresse. Para Cristiano, nos últimos anos a agricultura se fortaleceu muito no distrito e na zona Rural Sul como um todo, sendo vigorosamente impulsionada pela atuação do poder público (especialmente municipal). Quando perguntado

ele comentou que o projeto Ligue os Pontos em 2019 fortaleceu um trabalho que já existia, que já era realizado na CAE, trazendo mais recursos para compra de insumos agrícolas (especialmente adubos), implementando as unidades demonstrativas e trazendo mais técnicos para o campo - na CAE são 3 técnicos e no projeto entraram mais 7. Para ele, as políticas públicas, principalmente aquelas associadas à assistência técnica e extensão rural (ATER), resultaram em uma grande evolução da agricultura, principalmente naquelas UPAs que já existiam mas que não produziam de forma organizada e consistente.

Quando ouvimos os relatos dos agricultores percebemos que existe grande correspondência entre aquilo que Cristiano nos apresentou, que poderíamos interpretar como a perspectiva do Estado, e a realidade do cotidiano nos sítios e chácaras dos entrevistados. Dos agricultores entrevistados todos comentaram que participaram e participam dessas políticas, em maior ou menor grau, com maior ou menor percepção de êxito.

No sítio de Juarez foi resultado direto do projeto Ligue os Pontos a instalação de um biodigestor, visando mitigar a questão da falta de saneamento; a construção de um galinheiro, cujas galinhas também foram disponibilizadas pela municipalidade; e a construção de uma estufa agrícola, que no momento da visita encontrava-se em vias de finalização mas que havia sido interrompida devido à não continuidade dele no sítio. Todas essas melhorias foram garantidas pelo poder público de forma gratuita, com a colaboração de Juarez, que entrou com a força de trabalho para implementar ou apoiar a implementação - como foi o caso da estufa, cujos materiais foram oferecidos pela prefeitura, mas o trabalho de instalação não. Para além das melhorias materiais, em sua trajetória no sítio Juarez pode contar com apoio técnico para estruturar seu sistema de produção agroecológico que dispensa enxada. Juarez também comentou que quando consegue participa do rodízio dos tratores da Patrulha Agrícola e eventualmente recebe insumos da CAE. Quando perguntado sobre o fortalecimento da agricultura no município Juarez afirmou que ele observou um grande incremento da atividade, apesar dos desafios.



Imagens 14 e 15. Foto da criação de galinhas do Juarez e detalhe do interior do galinheiro, resultado da parceria com o poder público no projeto Ligue os Pontos. Nossa autoria (2022).

Ernesto, outro agricultor que já apresentamos anteriormente, também participou diretamente das políticas públicas em questão. Ele comentou que desde 2007 tem envolvimento direto com a CAE, principalmente com a assistência técnica e o recebimento de insumos, e mais recentemente com o projeto Ligue os Pontos. Ele nos contou que o êxito da sua transição agroecológica teve relação com a atuação do poder público, que desde 2009 vem incentivando e apoiando este processo. Até 1997 Ernesto e seus pais praticavam agricultura no que discriminamos anteriormente enquanto agricultura convencional, com ampla aplicação de insumos sintéticos e pequena diversificação dos cultivos. Entre 1997 e 2007, ele esteve no Japão, onde teve contato pela primeira vez com sistemas agrícolas que dispensavam o uso de fertilizantes e agrotóxicos - a agricultura messiânica⁷⁰. Em seu retorno a Parelheiros começou a se interessar pelos sistemas alternativos e encontrou na Biodinâmica um caminho para a transição. Inicialmente vista com desconfiança pelos seus pais mas fortemente incentivada pelos técnicos da CAE, que dentre outros benefícios mencionaram o aumento da renda e da maior facilidade na comercialização, a transição ocorreu de forma bem sucedida, de tal forma que hoje Ernesto pratica agricultura orgânica certificada, articulando princípios da biodinâmica com a agroecologia em seu processo produtivo. Foi através da prefeitura que ele implementou, sem custo, uma estufa para a criação de cogumelos (imagem 16). Ele também

⁷⁰ Também conhecida como agricultura natural, corrente da agricultura vinculada à Igreja Messiânica.

comentou que o apoio da CAE se traduz frequentemente e ainda hoje no recebimento de insumos e no uso de maquinário como tratores e roçadeiras.



Imagem 16. Estufa para produção de cogumelos em toras no sítio Oyama, implementado pelo projeto Ligue Os Pontos. Nossa autoria (2022).

Eduardo, outro agricultor com quem conversamos remotamente, portanto não pudemos conhecer pessoalmente o sítio (Seu Domingos), comentou que a CAE é um ponto de apoio fundamental para a sua atividade com a agricultura, através do apoio técnico e da disponibilização de insumos - ainda que segundo ele seja pequena para atender toda a demanda por assistência técnica dos agricultores da região. A Patrulha Rural também foi mencionada como um apoio estratégico para sua atividade através da disponibilização de tratores para preparar o solo - o trator da CAE consegue realizar em 2 horas um trabalho que o

pequeno trator do Eduardo demoraria 2 dias. Ele também comentou que para contratar um serviço de trator gastaria entre 180 e 200 por hora, um custo que comprometeria sua renda.



Imagem 17. Foto do Eduardo, no sítio Seu Domingos, em seus canteiros de morango com a técnica do mulching plástico. Foto disponibilizada pelo agricultor Eduardo.

O único agricultor que não atribuiu grande protagonismo ao poder público no desenvolvimento da atividade agrícola do distrito foi o Benê, que também já apresentamos anteriormente. Apesar de reconhecer a participação do poder municipal, ele considera que os projetos da prefeitura e da CAE muitas vezes não resultam no efeito desejado por serem frequentemente fragmentados e/ou descontínuos. Ele mencionou que desde que comprou o sítio recebeu uma única visita técnica, da agrônoma Paula do Ligue os Pontos, que trouxe insumos agrícolas e orientações de cultivo que geraram grande expectativa, a qual foi rapidamente frustrada pela interrupção do contrato de Paula no projeto. Outra frustração do Benê foi quando tentou participar da Patrulha Agrícola para usufruir do trabalho dos tratores em seu lote, apoio que não obteve por que a CAE exigiu que ele contratasse um caminhão para buscar o trator, custo que inviabilizava completamente a operação.

Sobre o projeto Ligue os Pontos, vimos que várias das iniciativas apresentadas nos relatórios 1 e 2 impactaram muito positivamente os agricultores com os quais dialogamos. Sobre a fase 3, cujo relatório não foi publicado e sequer ouvimos menção por parte dos entrevistados, não pudemos levantar qualquer informação. De qualquer forma vimos que o projeto, pela forma como foi concebido e executado, sem financiamento estatal, encontra-se em processo de enxugamento, com a maioria das iniciativas descontinuadas e os contratos encerrados, deixando a CAE novamente com um quadro técnico reduzido e com menos verbas para realizar um trabalho que é constantemente mais volumoso - visto que a agricultura encontra-se em ampla expansão. Cristiano comentou que o projeto está se reestruturando em torno de uma nova fonte de financiamento, mas que todavia não encontra-se em funcionamento plenamente. A história de Benê é mais uma expressão dessa problemática, uma vez que o agricultor foi atendido uma única vez pela agrônoma Paula do Ligue os Pontos mas logo, por conta do encerramento do contrato, ficou "sem nenhum tipo de apoio". Eduardo comentou que na fase atual do projeto já não existe disponibilização de insumos, um dos aportes do projeto que vários agricultores apontaram enquanto fundamental.

Cristiano comentou que o eixo que envolve a comercialização da produção, tema central para a viabilidade dos sítios e chácaras agrícolas, também foi muito fortalecido, com a criação da COOPERAPAS e a implementação e expansão do programa de feiras livres e orgânicas pela ABAST. Ainda nesse ponto, ele comentou sobre a iniciativa de certificação orgânica e agroecológica como um ponto crucial para o fortalecimento da agricultura, uma vez que a demanda por tais produtos é muito superior à produção, sendo produtos de "compra garantida". A conversa com Ernesto respalda essa declaração do Cristiano, uma vez que para ele é viável produzir sem ter um canal de comercialização previamente estabelecido, conseguindo "arrumar os clientes" sob demanda porque existe muita procura pelos seus produtos certificados. Juarez também reforçou a importância do selo orgânico, que segundo ele abre muitas portas de comercialização mas também da cooperativa, como um canal fundamental para a logística de comercialização, possibilitando a complementaridade entre a produção de diferentes agricultores.

Sobre o fortalecimento da agricultura no distrito de Parelheiros, todos os entrevistados reconheceram que ele de fato ocorreu, com maior ou menor intensidade, nos últimos 20 anos, com maior destaque para o período mais recente. Eduardo, quando perguntado se a agricultura estaria se fortalecendo e se esse fortalecimento teria relação com as políticas públicas

realizadas, respondeu que "com certeza! Vejo as pessoas voltando a plantar, alguns retomando a atividade, outros vindo plantar. Vem surgindo novas pessoas com interesse de produzir. Ainda é pouco, pequeno, mas o grande responsável por isso é o apoio dos técnicos, da patrulha e dos projetos na região" (Eduardo Faria. [Entrevista concedida a] Victor Bassetto. Março, 2022).

Vimos ao longo da investigação que, para além da pressão urbana, existem uma série de outras adversidades e dificuldades para o trabalho da CAE e dos agricultores. Uma delas é a questão dos tratores e equipamentos agrícolas (tratorito, roçadeira e perfurador de solo) que são limitados para atender uma demanda enorme por parte dos agricultores, rodízio que se configura enquanto uma inconveniente fila de espera. A questão dos insumos também é igualmente complexa, uma vez que a CAE não consegue disponibilizar todos os insumos necessários, cabendo ao agricultor a compra de alguns deles - ainda que existam algumas iniciativas⁷¹ para minimizar essa dependência, como a produção de insumos nos lotes, com reaproveitamento de resíduos e compostagem. A logística da produção-comercialização também é mencionada como uma das complexidades do trabalho agrícola, uma vez que depende de um planejamento delicado da produção para atender a demanda dos compradores, bem como da logística do transporte dos produtos agrícolas.

Outros desafios mencionados foram a questão da dificuldade em obter força de trabalho para algumas tarefas do sítio, bem como a dificuldade em acessar certos insumos, que não são disponibilizados pela CAE e são normalmente demasiadamente caros para que os agricultores possam adquirir por meio da compra. Eduardo comentou sobre um caso que ocorreu recentemente em seu sítio, relativo a uma doença em seu morango. Com apoio técnico foi capaz de diagnosticar e encontrar uma solução (no âmbito da agroecologia) com a aplicação de um fungo trichoderma benéfico que custava R\$400,00. Ele comentou que essa situação é totalmente frustrante porque ele reconhece o problema, sabe como resolver mas "não ia conseguir pagar pelo insumo, ou então ia me apertar pra pagar isso" (Eduardo Faria. [Entrevista concedida a] Victor Bassetto. Março, 2022).

⁷¹Também vale mencionar a iniciativa da subprefeitura de Parelheiros para fornecer poda de árvores trituradas para os agricultores usarem como cobertura de canteiros e insumos para compostagem. Outro projeto que foi bastante mencionado em nosso trabalho de campo foi a atuação da Nespresso que por meio de propostas de logística reversa começou a doar a borra de café para os agricultores usarem como insumo alternativo para compostagem e adubação.

5.4. Cobertura e uso do solo em Parelheiros - tentativa de análise comparativa entre os anos 2000 - 2019

Para além dos esforços investigativos supramencionados - levantamento e pesquisa bibliográfica, análise de relatórios, estudo de políticas públicas, entrevistas e trabalho de campo - também realizamos uma investida cartográfica para perseguir o objetivo da presente pesquisa. Longe de obter um resultado claro e científico, a nossa tentativa de georreferenciamento se insere neste trabalho como um anexo - um registro de um procedimento que não foi verdadeiramente relevante para as conclusões do trabalho mas que permitiu simultaneamente uma maior aproximação com o universo das geotecnologias bem como possibilitou uma nova forma de observar o objeto de pesquisa, ou seja, através das imagens aéreas e da linguagem cartográfica.

A iniciativa de trazer uma expressão cartográfica (autoral) para este trabalho se deu por dois principais motivos: 1) da tentativa de explorar o universo do georreferenciamento e dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG)⁷², até então negligenciados em minha trajetória na graduação de Geografia. 2) da intenção de usar o recurso cartográfico como metodologia especialmente geográfica, pretendendo oferecer um maior poder de síntese ao trabalho, bem como aportando maior credibilidade ao conjunto das investigações e informações levantadas.

Sendo assim, com este objetivo e em paralelo ao percurso do TGI, buscamos aprofundar nosso conhecimento cartográfico através da disciplina Cartografia Ambiental Diurno (FLG0545) ministrada pela Profa. Dra. Sueli Angelo Furlan. Neste espaço, por meio das exposições e monitorias, pudemos desde o primeiro momento nos aproximar do saber cartográfico e do conhecimento técnico dos softwares de geoprocessamento para produzir uma análise cartográfica para o objetivo que delineamos: de comparar a produção agrícola do distrito de Parelheiros entre os anos 2000 e 2020 - verificando se houve ampliação da área cultivada.

Após a definição do tema Agricultura no Município de São Paulo, criamos um fluxograma (imagem 18) para orientar o percurso da produção cartográfica, passando pela definição das questões da pesquisa, definição da proposta geral do trabalho, levantamento bibliográfico e cartográfico, definição de escala, metodologia, procedimentos, escolhas de softwares e aplicativos entre outros.

⁷² *Geographic Information System (GIS).*

Fluxograma

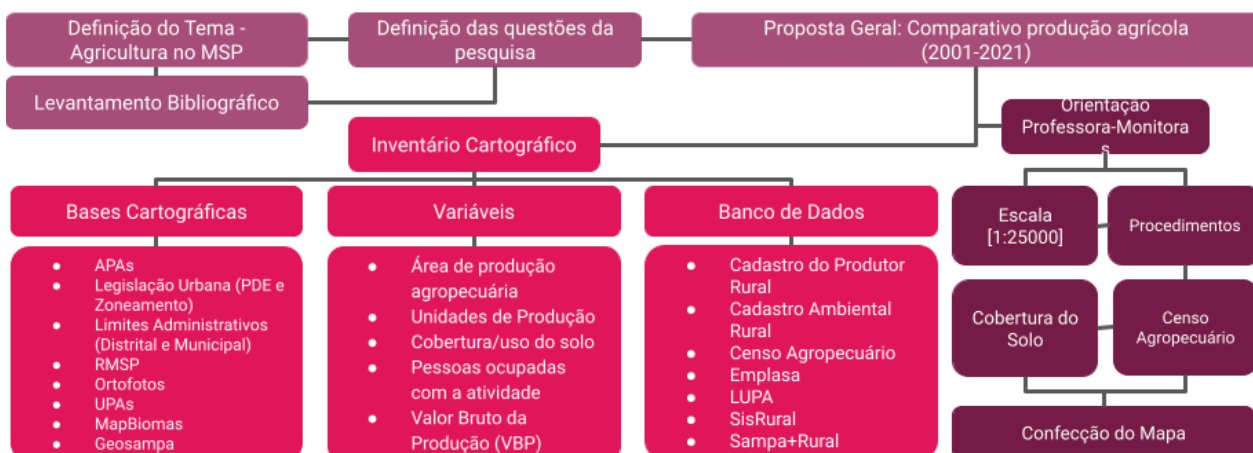
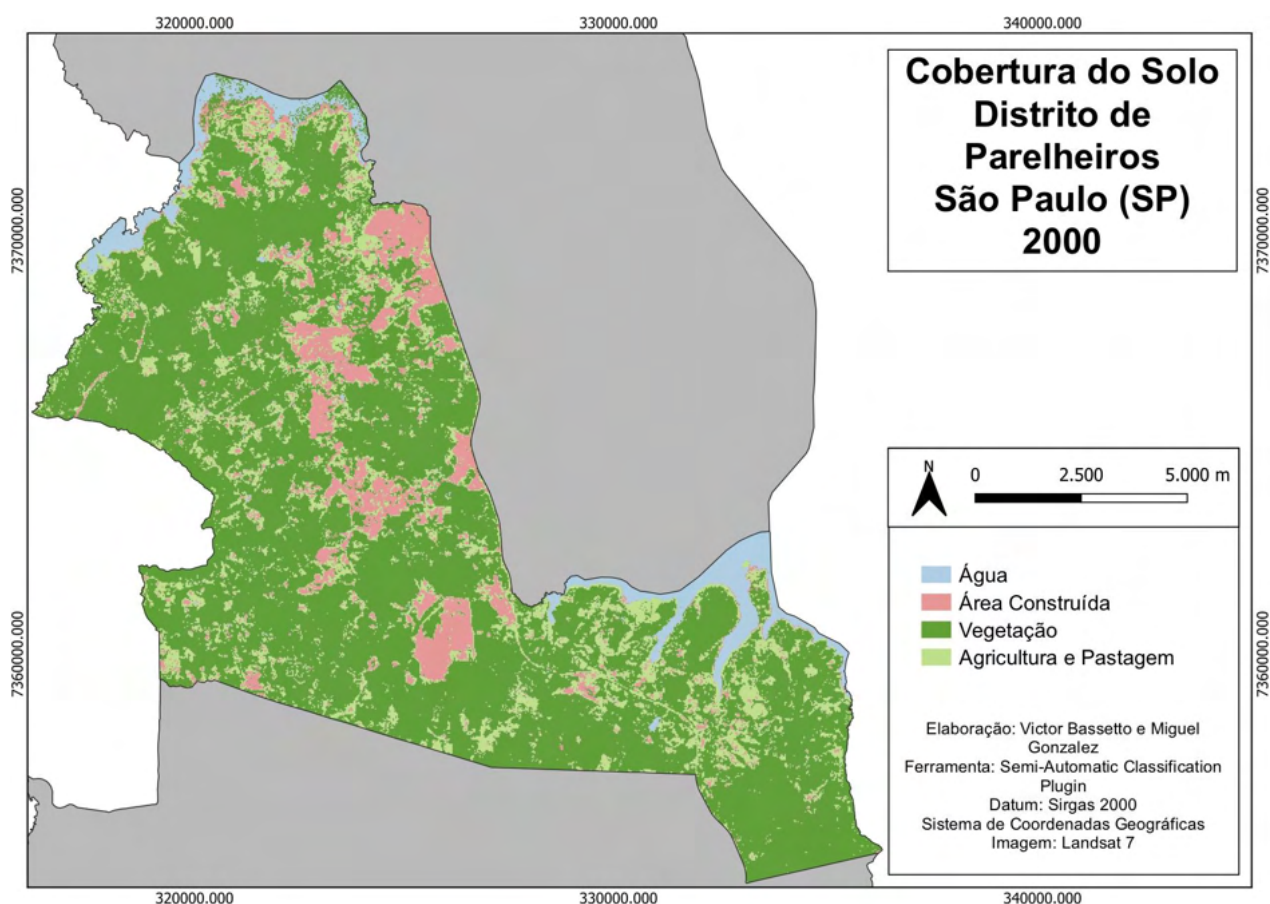


Imagem 18. Fluxograma do processo de mapeamento realizado na disciplina de Cartografia Ambiental.



Mapa 5. Cobertura do do Solo no Distrito de Parelheiros - São Paulo (SP), 2000. Elaboração: Victor Bassetto e Miguel González.

A proposta inicial era a de realizar dois mapeamentos através da técnica da classificação dirigida de cobertura do solo para comparar a área destinada à agricultura em

2000 e em 2020. Uma série de limitações técnicas - do acesso aos programas, do acompanhamento remoto (devido à pandemia) das aulas e monitorias bem como a ausência de conhecimento preexistente em geoprocessamento - fizeram com que reduzíssemos a pretensão do trabalho, elaborando um "plano B" mais enxuto.

Dentre o planejado, reformulado e realizado terminamos o trabalho com apenas um mapeamento de cobertura de solo, referente ao ano 2000 (mapa 5) que pretendíamos contrastar com o mapeamento oficial da Prefeitura de São Paulo (Projeto Ligue os Pontos - mapa 2) para chegar a uma mensuração de quanto potencialmente a agricultura havia se expandido na área em questão.

O trabalho cartográfico, realizado em dupla com Miguel González foi desenvolvido com o software de geoprocessamento QGIS, que é uma ferramenta livre, ou seja, possui seus código-fonte abertos e gratuitos, se configurando enquanto uma multiplataforma de sistema de informação geográfica. O percurso do mapeamento seguiu o seguinte fluxo:

1. Pesquisa de métodos para a classificação dirigida e ferramentas. Selecionamos o complemento Semi-Automatic Classification Plugin (SCP) do QGIS.
2. Busca e download das imagens de satélite: tentativa no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e no *United States Geological Survey* (USGS). Conseguimos posteriormente no próprio plugin SCP. No percurso tivemos dificuldade com os arquivos *.MTL*;
3. Primeira tentativa: através de um tutorial do próprio plugin, onde encontramos vários erros de programação do tipo *python*.
4. Segunda tentativa: com um tutorial em vídeo⁷³ (Sentinel), por onde conseguimos chegar a um resultado muito pouco representativo da realidade - dificuldade em juntar as bandas de forma adequada e visualizar os fenômenos espaciais que estávamos procurando;
5. Terceira tentativa: com outro tutorial em vídeo⁷⁴ (Landsat 8), por onde pudemos juntar as bandas, recortar a imagem, pré-processar e realizar a classificação supervisionada com apoio do satélite Google (maior resolução). Chegamos a um resultado que representa em alguma medida a realidade do

⁷³Land Cover Classification using the Semi-Automatic Classification Plugin version 7. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Ceyhm3DIZNY>> Acesso em 21/09/2021

⁷⁴ Supervised classification of Landsat Images using the Semi-Automatic Classification Plugin for QGIS. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=fUZgYxgDjsk>> Acesso em 21/09/2021

território. Passamos para vetor, calculamos a área referente à atividade agrícola e finalizamos o mapa.

Ao final do processo, com um resultado cartográfico (mapa 5) de nossa investida em mãos mas sem chegar às conclusões esperadas, entendemos que o trabalho descrito neste apêndice serviu quase que exclusivamente para a compreensão acerca da ferramenta e da metodologia, produzindo um mapa final mas sem a possibilidade de comparação entre os anos 2000 e 2020. Algumas limitações com o nosso método de mapeamento aliada à falta de *expertise* com o software resultaram na impossibilidade de utilizar o recurso cartográfico conforme desejávamos.

Dentre as limitações encontradas destacam-se: 1) a baixa resolução do satélite Landsat-7, onde o menor pixel representa 30 metros no terreno, sendo que o fenômeno observado muitas vezes ocorre em áreas menores do que isso, tornando-se virtualmente invisível ao satélite 2) As chaves de classificação agricultura, pastagem e solo exposto se confundiram, criando uma categoria difusa que abrigava diferentes usos e coberturas do solo, impossibilitando o uso científico da informação desejada/obtida. Em alguns casos as estradas de terra também entraram erroneamente nesta categoria 3) O arquivo ShapeFile de uso do solo produzido pelo Ligue Os Pontos (mapa 2) todavia não encontra-se disponível para download, e nem foi disponibilizado pela Prefeitura quando solicitado, impossibilitando uma comparação estatística dos dois períodos.

É importante dizer, contudo, que a investida no geoprocessamento nunca foi o eixo central da presente investigação. Tentamos integrar essa frente em nosso trabalho como forma de complementar as análises realizadas, objetivo que reconhecemos não ter cumprido de forma satisfatória. Mesmo assim, as informações apresentadas no capítulo puderam nos conduzir a um resultado investigativo que vamos apresentar de estruturada na sequência, justamente em nossas considerações finais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma vez que o processo de construção do conhecimento científico se dá no âmbito da coletividade, no seio das relações sociais em um movimento verdadeiramente dinâmico de colaboração e contraposição de análises e investigações - onde não existe neutralidade do pesquisador e sequer conclusões definitivas - jamais poderíamos terminar o presente trabalho no formato de conclusões. Por entender que nada se conclui aqui, onde nos encontramos mais próximos do ponto de partida com vários caminhos para trilhar, optamos por encerrar essa investigação aportando reflexões e resultados, num formato de considerações finais que seja compatível com a perspectiva teórica apresentada ao longo do trabalho.

Tal opção também parece assertiva se levarmos em consideração o âmbito do Trabalho de Graduação Individual (TGI), como sendo uma pesquisa relativamente enxuta⁷⁵, executada em aproximadamente um semestre e principalmente por ser a primeira experiência do proponente com a condução de uma investigação científica orientada. Mesmo assim, vale pontuar que a experiência do TGI representou, a partir do tema de interesse aqui abordado, um momento crucial de organização do conhecimento com a retomada e articulação de um conjunto de teorias, métodos, técnicas e conhecimentos apreendidos ao longo da trajetória na Graduação em Geografia,

Assim, o presente capítulo foi concebido como forma de recapitular alguns dos momentos centrais da pesquisa, identificando as relações que pudemos estabelecer entre a materialidade e o arcabouço teórico - partindo da realidade para então recorrer à teoria. É nesse momento também serão apresentados nossos resultados de forma mais estruturada, buscando analisar se nosso objetivo principal foi atingido, de qual forma e em que medida, bem como nossas limitações, incoerências e desafios enfrentados ao longo da trajetória.

Em primeiro lugar, consideramos ser relevante comentar sobre o projeto de pesquisa desenvolvido na disciplina Trabalho de Graduação Individual I (TGI) e que foi a "pedra angular" de todo o processo aqui relatado. Foi neste momento que definimos nossa bibliografia fundamental para então destrinchar nossa perspectiva teórica, delimitar nossos objetivos e as questões centrais que deveriam ser respondidas bem como encadear os caminhos para contestá-las de forma coerente. Evidente que a pesquisa apresentou dinâmicas próprias e nem tudo ocorreu conforme o projetado, mas a estrutura idealizada neste primeiro

⁷⁵ Se comparada a uma Iniciação Científica ou à uma pós-graduação por exemplo.

momento de pesquisa foi muito positiva no sentido de orientar nossos esforços investigativos em todas as etapas.

Foi na fase do projeto, quando nos aproximamos pela primeira vez da bibliografia fundamental, buscando uma maior aproximação acadêmica ao tema, que pudemos elaborar nosso objetivo principal: de investigar os impactos socio-econômicos decorrentes das políticas públicas municipais de promoção da agricultura no distrito de Parelheiros nos últimos 20 anos. Foi neste momento que identificamos que o enfoque da pesquisa seria na articulação entre o poder público e as famílias agricultoras para compreender se houve e em que medida se deu o aumento da produção agrícola da região e a melhoria das condições socioeconômicas da população local.

As questões levantadas em torno deste objetivo foram:

- A produção e circulação de produtos agrícolas aumentou?
- A condição socioeconômica das famílias melhorou?
- Qual foi a abrangência da transição agroecológica?
- Quais iniciativas funcionaram? Por que?
- Quais as dificuldades encontradas? Por que?
- Como se deu a relação entre população local e agentes externos?

Nossa proposta de investigação, comprometida com o objetivo de revelar e refletir sobre a realidade material da agricultura em Parelheiros, se deu no sentido de articular dados e estatísticas oficiais com o trabalho de campo, que por sua vez possibilitou uma aproximação mais direta às informações do território - ou seja, sem o intermédio do poder público ou demais interlocutores. Mas, antes de dissertar sobre este processo, que se deu enquanto articulação de uma base estatística com aquela investigação mais propriamente qualitativa-empírica, pretendemos recapitular a estrutura geral do trabalho que nos conduziu a observações e reflexões particulares.

Nos capítulos iniciais discutimos sobre o conceito da agricultura urbana no marco do debate geográfico, apresentando a questão sob nossa perspectiva teórica, isto é, a de que existe um território da agricultura urbana. Resgatando bibliografias e discussões sobre o assunto traçamos um panorama geral sobre a gênese do termo, apontando para a "separação" entre urbano e rural e a "expulsão" da agricultura das cidades, questão amplamente discutida no marco da Industrialização e Modernização. Este debate foi central nos dois capítulos introdutórios, pois revelou a agricultura enquanto elemento contraditório no urbano,

apresentando-a como atividade contraditória do e no urbano. No segundo capítulo apresentamos a trajetória da agricultura de São Paulo, buscando demonstrar como se deu a construção geohistórica do território agrícola do município e debatendo alguns elementos e processos na ocupação do distrito de Parelheiros, bem como as formas de uso e ocupação do solo que se sucederam naquele espaço geográfico.

Na sequência, no capítulo três, apresentamos nossa perspectiva sobre as políticas públicas e as formas em que as mesmas se articularam com a agricultura nos últimos vinte anos. Neste momento foi confirmada a existência de uma grande quantidade de políticas públicas de promoção da agricultura no território, elemento que serviu de base para a análise posterior.

Todos esses passos foram essenciais para, finalmente podermos confrontar nosso objetivo. Nesse sentido, primeiro resgatamos e confrontamos a narrativa oficial-institucional sobre as políticas públicas, proposta que realizamos no capítulo 3 através de uma linha do tempo das políticas públicas ancorada nas leis, editais e relatórios dos projetos. Na sequência articulamos essas informações com dados oficiais que consideramos relevantes sobre o território como: quantidade de Unidades de Produção Agropecuária (UPAs), número de pessoas envolvidas com a atividade, tamanho dos lotes, formas de acesso à terra, uso e cobertura do solo, percentual de comercialização da produção, renda dos agricultores, principais dificuldades para produzir, valor estimado da produção, entre outros.

Em seguida, já no capítulo quatro, nos dedicamos à apresentação das informações levantadas no trabalho de campo, que apesar de confirmarem a maior parte dos dados levantados no momento anterior, trouxe informações novas que se ausentaram completamente dos relatórios oficiais - em especial aquelas referentes às limitações das políticas públicas. Por mais enxuta que tenha sido nossa investigação em campo, pudemos encontrar diferentes versões e discursos sobre a articulação entre poder público e população agricultora, de tal sorte que foi possível contrapor em alguma medida a narrativa oficial que, em nosso entendimento, se apresentou relutante em transparecer as limitações da atuação do poder público.

De modo geral, a estrutura da pesquisa se apresentou adequada, permitindo entre outras questões que apresentamos nos resultados, o reconhecimento dos problemas da interlocução estado-sociedade na implementação de políticas públicas. A descontinuidade da assistência técnica, a dificuldade dos agricultores em acessar os equipamentos, maquinários e

insumos agrícolas e a grande problemática do distrito que é a regulação fundiária, por exemplo, foram elementos que apareceram no campo mas não estavam presentes na pesquisa anterior. Ou seja, não fosse a investigação *in loco* e o depoimento dos agricultores, esses elementos estariam ausentes do trabalho. Também por intermediação dos agricultores e das observações em campo pudemos enriquecer nosso entendimento sobre os êxitos da atuação pública, reconhecendo a abrangência da atuação em diferentes frentes confrontando algumas das principais dificuldades dos agricultores.

Por mais que tudo isso seja verdade, e o trabalho de investigação em campo tenha sido crucial para nossa pesquisa, entendemos que a nossa interlocução direta com os sujeitos da agricultura foi restrita e possivelmente pouco representativa da agricultura do distrito. Nesse sentido, reconhecemos que faltou maior diversidade etária e de gênero, considerando que a maioria dos nossos entrevistados eram agricultores homens com mais de 60 anos. Nosso trabalho não foi capaz de discutir a questão do gênero, que é um elemento importante na realidade de Parelheiros, com forte presença de lideranças femininas e um número relevante de agricultoras mulheres encabeçando a produção, conforme comentou Cristiano e reconheceu Nakamura (2017) em sua investigação. Em outras palavras, as mulheres que são sujeitos centrais da agricultura no município não estiveram presentes em nossa investigação, não por opção mas por eventualidades organizacionais e de calendários - no pré-campo tivemos o cuidado de contatar uma amostragem equilibrada entre homens e mulheres.

Ainda na questão da diversidade dos depoimentos, entendemos que seria interessante conhecer a realidade das grandes propriedades agrícolas e sua relação com o poder público. Ou seja, teria sido relevante ao trabalho realizar investigações em campo naqueles lotes com mais de 20 hectares que se organizam de forma mais próxima ao que reconhecemos enquanto agronegócio ou o "agronegocinho" como se caracteriza vulgarmente aquela produção tipicamente capitalista, mas que não se estabelece enquanto latifúndio agroexportador. Seguramente esses sujeitos devem enfrentar questões completamente diferentes do que dos agricultores que conversamos - em sua totalidade trabalhando em pequenos lotes de 0 a 3 hectares - o que potencialmente traria maior riqueza à nossa proposta.

De qualquer forma, entendemos que essas limitações não comprometeram o conjunto da investigação, considerando que logramos identificar elementos, sujeitos, informações, depoimentos e dados que nos direcionam para os resultados da pesquisa - atendendo, ainda que parcialmente, aos nossos objetivos.

Portanto, os principais resultados da investigação foram:

- Todas as informações levantadas corroboram com a noção de que a agricultura do distrito de Parelheiros se fortaleceu nos últimos 20 anos, tanto a abordagem quantitativa quanto a qualitativa. No período mencionado, em especial na última década, registramos um aumento expressivo no número de UPAs, na área cultivada e no aumento da produção e da comercialização. Os relatos de todos os entrevistados também são contundentes ao afirmarem que a agricultura se expandiu e se fortaleceu no período em questão, havendo ainda um entendimento de que os agricultores hoje encontram-se mais organizados e estruturados para produzir e comercializar seus produtos agrícolas do que há 20 anos atrás.
- As informações obtidas apontam para uma forte participação do poder público municipal no distrito, sendo o mesmo responsável em alguma medida pelo fortalecimento da atividade agrícola. Nesse sentido, identificamos que as políticas públicas dos últimos 20 anos fortaleceram a agricultura do distrito, mas como já mencionamos, com algumas dificuldades e limitações. Da nossa pequena amostragem todos os entrevistados foram impactados positivamente, em alguma medida, pelas políticas públicas em questão. A Casa de Agricultura (CAE), implementada em 2006, foi o elemento que mais se destacou nos depoimentos, pela sua capilaridade na assistência técnica e extensão rural (ATER). O Projeto Ligue os Pontos também recebeu destaque nesse sentido, tendo aportado momentaneamente um grande número de técnicos, insumos e maquinários para o trabalho da ATER.
- Os resultados da investigação apontam portanto para uma maior produção e comercialização de produtos agrícolas no distrito de Parelheiros, bem como da relevância da transição agroecológica. Todos os agricultores que visitamos adotaram práticas ou princípios da agricultura agroecológica em seus sítios, assim como demonstraram preocupação com a conservação do ecossistema e com a qualidade ambiental.
- A relação da população local com o poder público se deu de formas muito diversas, sendo inadequado para o âmbito deste trabalho apresentar um resultado para essa questão específica - embora entendemos que esse ponto foi discutido ao longo do trabalho. De qualquer forma, entendemos que essa relação além de complexa é um ponto crítico para a análise das políticas públicas, sendo um tema central para a gestão

pública e o planejamento estatal. Seria interessante e relevante conduzir novas pesquisas a este respeito, buscando entender de forma mais organizada e sistematizada as diferentes formas de articulação bem como a intensidade e êxito das diferentes propostas.

- Sobre a questão das condições socioeconômicas dos agricultores, os resultados obtidos apontam para uma melhoria geral, com maior produção e comercialização, mas sem dados conclusivos sobre os incrementos na renda desses trabalhadores.

Sendo assim, consideramos que nosso objetivo foi atingido de forma parcial, numa pesquisa que apresentou alguns resultados interessantes, que de certa forma, balizando-se na bibliografia, já eram esperados, mas principalmente oferecendo novos caminhos investigativos e novas questões a serem respondidas em outros meios. A presente investigação portanto representa uma "porta de entrada" no território da agricultura de Parelheiros, trazendo mais questões do que respostas, mas estabelecendo vínculos interessantes com os sujeitos sociais que constroem dia-a-dia essa atividade produtiva.

Para além do exposto acima, entendemos ser importante nestas considerações finais resgatar algumas das questões teóricas que esbarramos ao longo da investigação. Vimos que conforme teoria e materialidade se confrontavam na construção do presente relatório, em processo de diálogo constante com a nossa bibliografia essencial, percebemos que a agricultura urbana é necessariamente um campo de investigação multidisciplinar, sendo a ciência geográfica uma abordagem que se apresentou altamente qualificada para tal investigação. Vimos elementos da ruralidade e do modo de vida camponês se articularem à dinâmicas propriamente urbanas, como a especulação imobiliária e os loteamentos irregulares. Reconhecemos a tensão política e social de um território que é linha de frente na confrontação do urbano com o rural, apresentando elementos naturais reconhecidamente estratégicos para a sustentabilidade do município - como a água por exemplo - se confrontando com a crise social do emprego e da moradia. Acompanhamos a complexidade da gestão pública, tensionada e fracionada pelos diferentes projetos e gestões, transitando entre as decisões verticalizadas e as políticas construídas horizontalmente. Vimos por fim que a agricultura urbana de Parelheiros é extremamente complexa, articulando diversos elementos, processos e sujeitos na construção de um território essencialmente conflituoso e contraditório.

Tal complexidade exige um arcabouço teórico igualmente robusto, elemento que buscamos incorporar ao trabalho com êxitos, falhas e limitações. Vimos que o estudo da agricultura de Parelheiros deve necessariamente ser incorporado a um amplo conjunto de ferramentas teórico-metodológicas que transitam entre diversas "ramificações" da Geografia, aqui com maior destaque para os estudos Agrários e a Urbanos. Traçar tal caminho, que não encontramos todavia plenamente desenvolvido, foi uma tarefa verdadeiramente desafiadora visto a necessidade do diálogo constante entre várias esferas do conhecimento geográfico - articulando-se também, necessariamente, com aspectos da geografia natural (ou física como costuma-se dizer), do planejamento, da economia e da cartografia.

Nakamura (2017), nos alertou em entrevista sobre a nebulosidade do campo de análise, entendendo que a agricultura urbana rompe com alguns paradigmas do conhecimento geográfico e, como pontuamos ao longo do trabalho, do projeto da Modernidade e da Industrialização. A dicotomia rural e urbano, marca do pensamento moderno, pilar do planejamento estatal e da gestão pública, nos pareceu insuficiente para tratar do objeto em questão, em especial para aquela realidade do distrito de Parelheiros.

Vimos portanto que essa discussão é candente para os próximos anos, devendo ser aprofundada e debatida nos mais diversos fóruns. As possibilidades de investigação no campo da agricultura urbana são diversas e o terreno tem se mostrado fértil e latente para a academia, visto as recentes pesquisas que se dedicam ao tema. Face às dificuldades teóricas, entendemos ser imprescindível a estruturação de uma nova perspectiva teórica em contraposição a um uso reformista da agricultura urbana. Acompanhando a discussão em curso vimos também que tensionar os argumentos e teorias para os caminhos da transformação social, tendo como âncora as reivindicações dos agricultores, tem sido um movimento relevante para os e as geógrafas. A discussão para futuras investigações está dada, na tarefa pulsante de participar da gestão do território e necessariamente no processo de formulação de políticas públicas.

Por fim, levantamos a hipótese de que as potencialidades da agricultura urbana vão para além da melhoria da qualidade de vida da população e da qualidade ambiental do território, oferecendo possíveis caminhos para a transformação social. Conforme mencionamos, e talvez a música Ciranda em nossa epígrafe nos ajude a ilustrar esse pensamento, o ciclo de cultivo de uma hortaliça (ou qualquer outro produto agrícola) - passando da germinação à alimentação - poderia ocorrer, e suspeitamos que por vezes ocorre, sem a mediação da forma mercadoria e do trabalho alienado. Defendemos que neste ciclo

"onde o dinheiro é nada" existe efetivamente um espaço social para cultivar relações não-alienadas, resgatando valores humanos como a comunidade, a solidariedade e a alteridade como superação do individualismo liberal que parece se infiltrar com grande intensidade em todas as relações sociais do urbano. A formação da consciência crítica aliada à organização social, dentro do território da agricultura urbana, poderia portanto se apresentar enquanto proposta de superação da sociedade vigente, questionando e desafiando a lógica capitalista do urbano? Definitivamente é uma questão para as próximas décadas, quando a agricultura deve ganhar ainda mais destaque e relevância no contexto urbano.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGRICULTURA BIODINÂMICA (ABD). Disponível em: <<http://www.biodinamica.org.br>>. Acesso em: 24/03/2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 11/11/2021.

_____. Governo Federal do Brasil. Lei no 10.257, de 10 de Julho de 2001. Estatuto das Cidades. Brasília, 2001

_____. Decreto no 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm>. Acesso em: 11/11/2021

_____. Decreto no 3.508, de 6 de outubro de 1999. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural – CNDR e sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3200.htm#art15>. Acesso em: 11/11/2021

BIAZOTI, A. R.; LEÃO, V. O. P. S.; BURALLI, R. J.; MAUAD, T. Agricultura urbana no município de São Paulo: considerações sobre produção e comercialização. São Paulo, ESTUDOS AVANÇADOS 35 (101), 2021.

BLOOMBERG FILANTROPIES. Bloomberg. City of São Paulo Selected as the 2016 Grand Prize Winner in Bloomberg Philanthropies' Latin American and Caribbean Mayors Challenge. Disponível em:

<<https://www.bloomberg.org/press/city-sao-paulo-selected-2016-grand-prize-winner-bloomber-philanthropies-latin-american-caribbean-mayors-challenge/>> Acesso em 26/10/2021.

BONDUKI, Nabil. O Plano Diretor Estratégico de São Paulo in Planos Diretores Municipais - Novos conceitos de planejamento territorial, BUENO, Laura Machado de Mello e Cymbalista; Renato. São Paulo: Annablume 2007

BOOKCHIN, Murray. Ecologia Social e Outros Ensaio. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

_____. Las Políticas de la Ecologia Social. Barcelona: Vírus Editorial, 2010.

_____. Municipalismo Libertário. São Paulo: Editora Imaginário, 1999.

BRAULIO, Machin Sosa; JAIME, Adilén; LOZANO, Dana; ROSSET, Peter. Revolução agroecológica – o Movimento de Camponês a Camponês da ANAP em Cuba. Expressão Popular. São Paulo, 2013.

CALDAS, Eduardo de Lima; JAYO, Martin. Agriculturas urbanas em São Paulo: histórico e tipologia. Confins. Revista franco-brasileira de geografia - n° 39. 2019

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Conheça o novo Plano Diretor Estratégico de São Paulo. Lei 16.050/14. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo, 2014.

CARLOS, Ana Fani A. ;OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografias de São Paulo: representação e crise da Metrópole. S.l: s.n., 2004a.

CARLOS, Ana Fani A. A questão da cidade e do campo. Teorias e políticas. Mercator, Fortaleza-CE, v. 5, p. 8-13, 2004.

_____. A (re)produção do Espaço Urbano. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea. Estudos Avançados, v. 23, p. 313-316, 2009.

_____. O Espaço Urbano: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Editora Contexto, 2004b.

COSTA, Emilia Viotti. Cotia e Itapeverica da Serra, subúrbios agrícolas. In: AZEVEDO, Aroldo de (Org.). A cidade de São Paulo: estudos de Geografia Urbana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. v. IV: Os subúrbios paulistanos. p. 109-152.

CURAN, R. M.; MARQUES, P. E. M. Multifuncionalidade da agricultura urbana e periurbana: uma revisão sistemática. São Paulo, ESTUDOS AVANÇADOS 35 (101), 2021.

CURAN, Roberta Moraes. Multifuncionalidade da agricultura urbana de base agroecológica: um estudo na Zona Leste do município de São Paulo/SP. Piracicaba 2020.

DUCHEMIN, E.; WEGMULLER, F.; LEGAULT, A. M. Urban Agriculture: multi-dimensional tools for social development in poor neighbourhoods. Field Actions Science Report. Montreal, Québec, Canadá, 2009.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007.

ESTATUTO DA COOPERATIVA AGROECOLÓGICA DOS PRODUTORES RURAIS E DE ÁGUA LIMPA DA REGIÃO SUL DE SÃO PAULO, 2011.

FAKIH, Tamires Arruda. Políticas públicas e comunidades quilombolas: o modo de vida quilombola na comunidade Sapatu. São Paulo 2018

FAKIH, Tamires Arruda; GONZÁLEZ, Fernando. Políticas públicas para la agricultura familiar en Brasil y Argentina. Em: PROCESSOS TERRITORIAIS CONTEMPORÂNEOS: Argentina e Brasil Ideias em circulação. Buenos Aires, 2018

Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.). O campo no século XXI. São Paulo: Casa Amarela/Paz. Terra, 2004. p. 29-70.

GIACCHE, Júlia; OLIVEIRA, Lya Cynthia Porto de. Políticas públicas de agricultura urbana e periurbana: uma comparação entre os casos de São Paulo e Campinas.

GIAQUINTO, Paulo Ricardo. Planos diretores estratégicos de São Paulo, nova roupagem velhos modelos. São Paulo, 2009.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. Espaços de Esperança. São Paulo: Ed. Loyola, 2ª edição, 2006a (tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves).

INSTITUTO 5 ELEMENTOS. Disponível em: <<http://www.5elementos.org.br>>. Acesso em: 15/12/2022.

INSTITUTO KAIROS. Disponível em: <<http://institutokairos.net>>. Acesso em: 15/12/2022.

LANGENBUCH, Juergen Richard. A Estruturação da Grande São Paulo: um estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: IBGE, 1971. 354 p. (Biblioteca Geográfica Brasileira. Série A. Publicação, 26)

MADALENO, Isabel Maria. A cidade das Mangueiras: Agricultura Urbana em Belém do Pará. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciências e Tecnologias, 2002.

_____. ARMIJO Z., Gladys. Agricultura Urbana en Metrópolis Iberoamericanas: Estudios de Casos en Santiago de Chile y Lisboa, Portugal. Investigaciones Geográficas, agosto, número 54. Universidade Nacional Autónoma de México. Distrito Federal: México, 2004. p. 36-54

MARCOS, Valéria de. Trabalho de campo em geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n. 84, p. 105-136, 2006.

MARTINS, Adalberto. "Elementos para compreender a história da agricultura e a organização do trabalho". In: RIBEIRO, D. (org). Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

MOUGEOT, Luc J.A. Urban Agriculture: definition, presence, potentials and risks. In: N. Bakker, M. Dubbeling, S. Guendel, U. Sabel Koschella, H. De Zeeuw (eds.) Growing Cities, Growing Food, Urban Agriculture on the Policy Agenda. Ottawa, 2000.

NAGIB, Gustavo. Agricultura urbana como ativismo na cidade de São Paulo: o caso da Horta das Corujas. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-18082016-124530/>>. Acesso em: 08/12/2021.

NAKAMURA, Angélica Campos. Cooperapas: agricultura e cooperativismo no extremo sul do Município de São Paulo. São Paulo, 2017.

NAKAMURA, Angélica de Campos; MARCOS, Valeria de. Agricultura urbana e agroecologia no território do extremo sul do município de São Paulo. São Paulo, ESTUDOS AVANÇADOS 35 (101), 2021.

NAVÉS, Flávia. Movimento agroecológico no Brasil: a construção da resistência à luz da abordagem neogramsciana. São Paulo, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI in O Campo no século XXI: Território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 29-70.

_____. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Editora Ática, 1990.

OLIVEIRA, Lya Cynthia Porto de. Redes, Ideias e Ação Pública na Agricultura Urbana: São Paulo, Montreal e Toronto. São Paulo, 2017.

PENTEADO, Antonio Rocha. Os subúrbios de São Paulo e suas funções. In: AZEVEDO, Aroldo de (Org.). A cidade de São Paulo: estudos de Geografia Urbana. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958. v. IV: Os subúrbios paulistanos. p. 5-60.

POLO DE ECOTURISMO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www.cidadedesapaulo.com/ecoturismo>> Acesso em: 15/12/2022

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Geografia Agrária da Crise dos Alimentos. Publicado em 25/03/2009. Disponível em: <<http://www.alainet.org/active/29607&lang=es>>. Acesso em: 15/12/2022.

ROSTICHELLI, Michele. Entre a Terra e o Asfalto: A Região Metropolitana de São Paulo no contexto da Agricultura Urbana. São Paulo, 2013.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana Cristina. PANORAMA DA AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA NO BRASIL E DIRETRIZES POLÍTICAS PARA SUA PROMOÇÃO. Belo Horizonte, 2007

SANTOS, Rubia Fernanda Panegassi dos. A agricultura e a cidade: os produtores agrícolas da Zona Leste de São Paulo. São Paulo, 2020.

SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. Resolução conjunta SMA/SAA-008 de 21 de Dezembro de 2009. São Paulo, 2009.

_____. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Agricultura e Abastecimento . Transição Agroecológica. São Paulo, 2016. Disponível em:
<<https://codeagro.agricultura.sp.gov.br/transicao-agroecologica/protocolo-de-transicao-agroecologica>> Acesso em 08/11/2021

_____. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Agricultura e Abastecimento CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, FEAP - Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista. Boas Práticas Agropecuárias. São Paulo, 2010.

_____. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Agricultura e Abastecimento . Transição Agroecológica. São Paulo, 2016. Disponível em:
<<https://codeagro.agricultura.sp.gov.br/transicao-agroecologica/protocolo-de-transicao-agroecologica>> Acesso em 08/11/2021

_____. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Agricultura e Abastecimento CATI - Coordenadoria de Assistência Técnica Integral, FEAP - Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista. Boas Práticas Agropecuárias. São Paulo, 2010.

SÃO PAULO. Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo (Comusan-SP). Disponível em:
<<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/abastecimento/comusan/index.php?p=26221>> . Acesso em: 05/11/2022

_____. Decreto no 47.280, de 16 de maio de 2006. Oficializa a Casa da Agricultura Ecológica José Umberto Macedo Siqueira. Disponível em:
<http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=17052006D%20472800000> Acesso em: 05/11/2022

_____. Decreto no 56.399, de 9 de setembro de 2015. Transforma a Supervisão Geral de Abastecimento – ABAST, da Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, na Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional – COSAN, bem como transfere cargos de provimento em comissão para os órgãos que especifica. Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/DECRETO%20N%2056%20399.pdf>> Acesso em: 05/11/2022

_____. Decreto no 57.007, de 20 de maio de 2016. Institui a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – PMSAN, bem como fixa as diretrizes para o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, conforme previsto na Lei no 15.920, de 18 de dezembro de 2013.

_____. Infocid@de. Disponível em: <<http://infocidade.prefeitura.sp.gov.br>>. Acesso em: 05/11/2022

_____. Lei no 13.430, de 13 de setembro de 2002. Plano Diretor Estratégico. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/infraestrutura/sp_obras/arquivos/plano_diretor_estrategico.pdf>. Acesso em: 05/11/2022

_____. Lei no 14.162, de 24 de maio de 2006. Cria a Unidade de Conservação Área de Proteção Ambiental Municipal Bororé-Colônia. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/lei_14_162_1254941048.pdf> Acesso em: 05/11/2022

_____. Lei no 15.953, de 7 de janeiro de 2014. Dispõe sobre a criação do Polo de Ecoturismo nos Distritos de Parelheiros e Marsilac até os limites da Área de Proteção Ambiental Bororé-Colônia, e dá outras providências. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=08012014L%20159530000> Acesso em: 05/11/2022

_____. Lei no 16.050, de 31 de julho de 2014. Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei no 13.430/2002. Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/2014-07-31_-_lei_16050_-_plano_diretor_estrategico_1428507821.pdf> Acesso em: 05/11/2022

_____. Notícias. Lei que insere alimentos orgânicos nas escolas municipais é regulamentada, 5 abr. 2016. Disponível em:

<<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/10746#ad-image-0>> Acesso em: 05/11/2022

_____. Notícias. Prefeitura lança programa de incentivo à agricultura familiar, 2 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/9619#ad-image-0>> Acesso em: 05/11/2022

_____. Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo. Organização: conheça a estrutura da SDTE. Disponível em:

<<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/organizacao/index.php?p=597>>

Acesso em: 05/11/2022

_____. Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente. Proaurp. Disponível em:

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/servicos/proaurp/index.php?p=30091> Acesso em: 05/11/2022

_____. Prefeitura Municipal de São Paulo. 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL DA CIDADE DE SÃO PAULO. São Paulo, 2016

_____. Prefeitura Municipal de São Paulo. Subprefeitura Parelheiros. Histórico Parelheiros: uma cidade do interior dentro da metrópole. São Paulo, 2019.

_____. Prefeitura Municipal de São Paulo. Lei No 16.050, de 31 de Julho de 2014. Plano Diretor Estratégico. São Paulo, 2014.

_____. Prefeitura Municipal de São Paulo. PROAURP - Programa de Agricultura Urbana e Periurbana. 2013. Disponível em:

<https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/servicos/proaurp/index.php?%20=30091#:~:text=O%20Programa%20de%20Agricultura%20Urbana,na%20cidade%20de%20S%C3%A3o%20Paulo> Acesso em 18/10/2021

_____. Prefeitura Municipal de São Paulo. Projeto Ligue os Pontos. Disponível em:

<<https://ligueospontos.prefeitura.sp.gov.br/>> Acesso em: 19/10/2021

_____. Prefeitura Municipal de São Paulo. Projeto Ligue os Pontos. Relatório da fase 1 | Outubro 2018. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://ligueospontos.prefeitura.sp.gov.br/>> Acesso em: 19/10/2021

_____. Prefeitura Municipal de São Paulo. Projeto Ligue os Pontos. Relatório da fase 2 | Junho de 2020. São Paulo, 2020. Disponível em:

<<https://ligueospontos.prefeitura.sp.gov.br/>> Acesso em: 19/10/2021

SEABRA, Manoel Gonçalves. As cooperativas mistas do estado de São Paulo: estudo de Geografia Econômica. 1973. 270 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973.

SMITH, N. Desenvolvimento Desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

VALDIONES, Ana Paula Gouveia. Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no mun

ANEXO I. ENTREVISTA COM TAMIRES FAKIH

Transcrição parcial da entrevista com Tamires FakiH realizada em 09/11/2021

De modo geral, qual a sua concepção sobre a Política Pública? No processo de formulação e implementação, como se relacionam Estado e Sociedade?

O Estado não é esse ente imaterial que a gente imagina, ele é uma construção em permanente disputa... Às vezes a gente separa mercado e estado, pra mim ficou muito claro que o mercado é o Estado e o Estado é o mercado, no sentido que eles atuam e operam em uma lógica de sustentação do capitalismo. Por mais que tenhamos boas políticas em governos progressistas, isso sempre caminhou ao lado de uma sustentação e de uma permanência de políticas de mercado. E mesmo essas políticas, que foram importantes e deram resultados materiais, continuaram subjugando a renda da terra, a produção dos agricultores, o endividamento, a dependência econômica. Muitas vezes a política orienta o que o agricultor deve produzir, o que muitas vezes não bate com o modo de produção local. Por mais que você tenha políticas progressistas, ainda assim tem muitos mecanismos que operam sustentando o capital.

Mas também, por outro lado, não dá pra negar que os espaços de participação existem e que os próprios sujeitos, beneficiários, também modificam e influenciam as políticas públicas. É um movimento contínuo de disputa.

A política é formulada em gabinete por gestores, mas quando ela é implementada ela se altera, dependendo do contexto, da orientação partidária, da população beneficiária... Mesmo que existam fóruns e espaços de participação esse conhecimento e essa decisão ainda são um pouco verticalizadas. Existem 2 lados, um sistema e uma estrutura mas também o que pode ser feito para modificar em nível local, entender que existem saídas. Não achar que está tudo dado, senão a gente não tem mudanças e a gente teve mudanças.

Quando existe participação as políticas são moldadas pela disputa de interesses e narrativas. Como é Estado e Sociedade tem uma interação, momentos onde a interação é mais bem vinda e momentos onde a política é mais top-down (verticalidade)

Quais as potencialidades e limitações das Políticas Públicas para a transformação do território e social?

Acho que a Política é o caminho para a transformação social, não sou pessimista, eu acho que tem que entender o jogo e não achar que a gente vai simplesmente reunir evidências e indicadores e resolver a política mas passa muito pela representação. Quanto mais representação de diversos grupos, mas a gente consegue construir políticas que sejam condizentes com a demanda e realidade da população. Quando a gente começa a olhar a pp de forma mais intersetorial, articulando várias linhas em uma política robusta. Várias dimensões dentro de um mesmo programa. Quando a gente faz isso o problema raiz vai sendo enfrentado nas suas múltiplas dimensões. Mas é sempre um jogo contraditório e conflituoso. Horas a gente vai estar investindo em uma demanda social e horas a gente vai estar sustentando um mercado, tem uma lógica sistêmica por traz disso, se você não muda o sistema você não muda a lógica. A gente vive no capitalismo e a gente vai enfrentar essas questões sempre. Que tipo de Capitalismo a gente quer? Já que é capitalismo, como a gente torna ele mais social? Mais distributivo, mais inclusivo. Tem essas questões mas tem solução também. Pra mim a política e a política pública é um dos instrumentos mais eficazes porque se não você faz algo muito pontual. Se você faz um projeto social, por exemplo você muda a realidade mas não atuando de forma abrangente.

Pensando nas Políticas Públicas Municipais, qual a relevância da articulação com os poderes estaduais e federais?

Esse é um dos pontos de atenção, justamente de como eles são capazes de se articular entre os níveis. Mas é muito difícil essa relação. Tem horas que opera bem e tem horas que não. Se é um programa federal e está sendo implementado em nível municipal ou estadual tem muito dos atores, o quanto eles querem se fortalecer. Muitas vezes você tem repasse que é do gov federal que mesmo assim não é utilizado.

Tem isso de uma disputa, seja partidária ou de posicionamento e crença sobre o programa. É um dos gargalos da política pública, em todos os temas possíveis. Depende muito de quem está gestando essa política. Às vezes uma articulação política para receber emenda

parlamentar, às vezes pra receber um repasse de um recurso federal, às vezes uma parceria mas é bem complicado sempre.

Sobre o municipal, sei que teve um movimento de construção de pensar a cidade, ministério das cidades, fóruns de desenvolvimento urbano, estatuto das cidades.

ANEXO II. ENTREVISTA COM ANGÉLICA NAKAMURA

Transcrição parcial da entrevista com Angélica Nakamura realizada em 15/02/2022

Você entende que as políticas públicas implementadas nos últimos 20 anos na sua região de estudo tiveram um impacto positivo no sentido de promover a agricultura e melhorar as condições de vida da população agricultora no distrito? Como isso se deu? Quais políticas foram mais assertivas?

Acho que teve sim, ainda que distante do que a gente sonharia, que de fato funcione, que as famílias consigam viver tranquilamente só com a agricultura. Tem muitos altos e baixos, sabe. Tem um contexto geral que ajuda o interesse do consumidor por orgânicos por exemplo, mas mesmo assim é algo distante do ideal. É muito complicado quando troca de gestão. Na minha pesquisa estava na gestão Haddad, no começo da gestão os agricultores comentavam que era bem displicente e até comparavam com a gestão Kassab, que aparentemente teve alguns avanços.

O começo foi mesmo complicado, mas aí rolou uma movimentação de agricultores na prefeitura e isso gerou uma mudança na postura da gestão. Enfim, houve uma articulação que fez com que a prefeitura olhasse mais para essa região. Aí começou, teve patrulha rural, salinha do Incra, assistência técnica, incentivos... mas aí troca a gestão e acabou tudo. Entrou o Dória e ficou bem largado - uma coisa ali outra aqui mas não acompanhei de perto.

O que aconteceu nesse meio. Teve o Ligue os Pontos, que nos últimos anos foi a grande salvação pensando nessas políticas. Foi da gestão Haddad, que concorreu e ganhou o prêmio que veio a ser entregue na gestão seguinte. Me chamou a atenção que a gestão Dória não tinha noção do projeto, ficou largado e a verba do projeto entrando. Pra você ter uma ideia não tinham nem ideia que existia a casa de agricultura de Parelheiros. Foi aos trancos e barrancos mas acabou engatando.

Eu não sei bem como foi o desenvolvimento do projeto mas o que eu acompanhei achei restrito a poucos agricultores que eram mais engajados e envolvidos mas não me pareceu ser uma política ampla. Ou seja, foram ações mais voltadas para o pessoal da Cooperapas e da CAE, que tem uma atuação política e uma articulação com outros grupos.

Voltando pra pergunta inicial, se as políticas ajudaram na melhoria de vida, claro, essa ajuda foi muito bem vinda. Agricultores receberam verbas, assistência para melhorar a produção. Apoio na comercialização; mapeamentos e levantamentos de dados. Acho que tudo isso foi bem útil ao Município. Nesse sentido teve uma melhoria sim mas ainda distante para que possamos dizer que fortaleceu muito a Agricultura da região. Parece que agora temos uma nova verba e uma nova fase de implementação, vamos ver o que vai rolar.

Resumindo, teve avanço sim mas restrito a alguns agricultores. Mas vou te contar uma fofoca que ouvi de alguns agricultores... numa reunião que participei teve uma piada que o projeto devia se chamar "desligue" os pontos.

Na sua percepção, quais as potencialidades e limitações das Políticas Públicas para a transformação social e do território? E a agricultura urbana seria também capaz de transformar a sociedade?

Vamos por partes, primeiro as políticas públicas. Eu acho que é importante. Acho que política pública pode trazer transformação sim e acho que os anos 2000-10, falem mal o falem bem dos governos petistas mas foi muita política pública que impactou a vida da população. A questão é justamente como aplicar essas políticas e o desafio da troca de gestão sempre é enorme.

Mas sim, é importante. Como colocar ela em prática e fazer acontecer. O MSP tem o PROARUP desde 2002-4, é muito interessante ver que existe esse programa na cidade, mas você realmente efetivar ele é totalmente outro desafio. Ali em Parelheiros os interesses começaram a se voltar pra lá por uma confluência de interesses, da sociedade, político, de paradigmas, de pensar a cidade mais verde, sustentável... todas as questões apareceram e desencadearam em uma série de políticas.

Quando eu penso na agricultura em são paulo vejo muita diversidade e as políticas tem que ser específicas tb, mas vinculadas ao resto do município. A realidade é esse todo. Os ativistas, por exemplo, tem um papel reivindicatório bem importante, um pessoal engajado

que pressiona. Políticas que interessam aos agricultores de Parelheiros tb, de promover o alimento orgânico por exemplo.

Mas não é só colocar no papel, precisa de gente, recurso, suporte... enfim. É complicado. Não basta reivindicar as políticas públicas mas também como fazer acontecer e qual tipo de política, né? É política né, não deixa de ser uma questão de "olha só, na nossa gestão a gente incentivou a agricultura".

A gente às vezes é muito imediatista mas às vezes o resultado vem depois de um tempo, e a coisa pode não ser eterna ou o resultado esperado mas ela vira uma potência para algo associado, um resultado indireto que não necessariamente era esperado mas que transforma a sociedade de alguma forma.

O Ariovaldo aponta para um processo de criação e recriação contraditória do campesinato no campo Brasileiro - ou seja, uma classe social que é simultaneamente subjugada e resistente ao avanço do capitalismo no campo. Seria possível fazer um paralelo dessa teoria para/com o território da agricultura urbana? Pensando que a agricultura se recria no urbano como elemento contraditório podendo representar uma resistência e uma subordinação ao modo de produção.

Eu cruzei muito esse caminho. Acho que é possível fazer esse trajeto, especialmente pensando no método. Porém falar de AU não é falar de campesinato. Dá pra fazer recortes e aproximações, mas é muito complexo. Eu acho que a agricultura é uma contraposição ao urbano. Existe um paradigma da gente pensar o que é urbano e a gente não pensa a agricultura para o urbano ou no urbano. ela sempre existiu de uma maneira ou de outra. Mas vejo um grande problema conceitual, é uma nova forma de enxergar e aceitar ela dentro da cidade. Parece que com esse termo a gente passa a aceitar ela dentro da cidade e aí entender que ela tem uma potencialidade muito grande. É possível produzir dentro da cidade sim mas essa questão teórica, ainda mais falando de agricultura urbana num contexto geral é complicado, porque existem inúmeras particularidades. Ou seja, só usar a Geografia urbana não vai resolver, é um novo paradigma que está surgindo aí e a gente tá vivendo e pesquisando nesse processo. Talvez a gente descubra isso daqui a alguns anos. O Urbano está sendo muito questionado a muito tempo... mas trazer a agricultura como uma resposta a esses problemas é uma novidade né.

A Agricultura Urbana tem muitas questões e a gente tem que ver um quadro maior. Tem que entender o Urbano, tem que considerar que ela é muito diversa. É uma questão teórica muito difícil mesmo.

ANEXO III. MAPAS, INFOGRÁFICOS E IMAGENS SOBRE O PROJETO LIGUE OS PONTOS

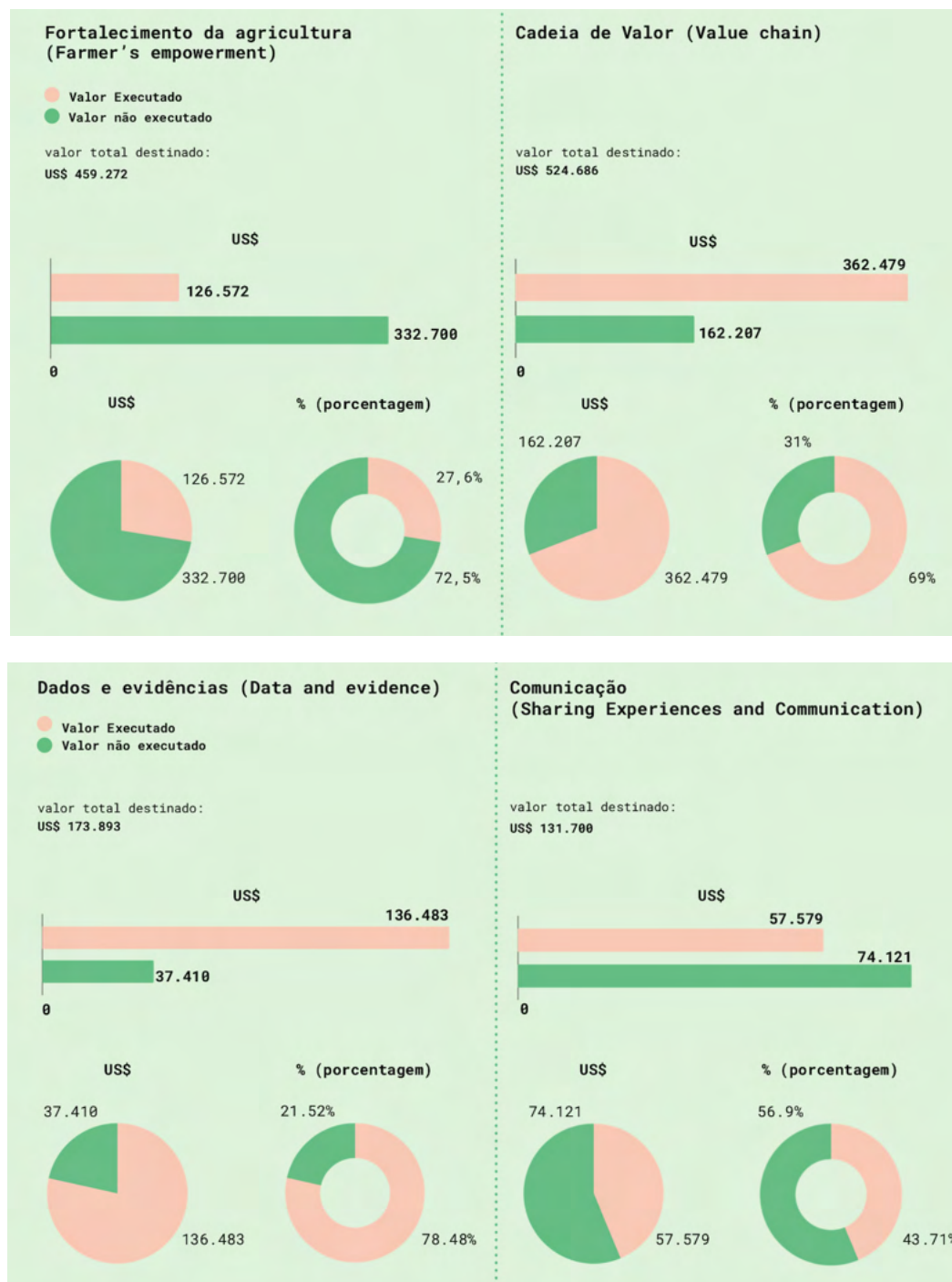


Imagem 19. Infográfico sobre execução orçamentária da fase 2 do LoP. Extraído do relatório da fase 2 do LoP

BALANÇO PROJETO LIGUE OS PONTOS

AGOSTO DE 2019

Desde o início de sua implementação com recursos da Bloomberg Philanthropies em 2018, o Ligue os Pontos apresentou diversos avanços. Conheça abaixo algumas das ações desenvolvidas:

FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

O Projeto Ligue os Pontos capacitou agricultores com técnicas de produção para uma melhor utilização da terra.

BANCO DE DADOS

CADASTRO DE PRODUTORES RURAIS

Ação é inédita na capital paulista

Foram cadastrados **428 agricultores** da zona sul rural para orientar a aplicação de políticas públicas na região.

PARCERIAS

APOIO INTERNACIONAL DA FUNDAÇÃO ELLEN MACARTHUR

Com o auxílio do Ligue os Pontos, a cidade de São Paulo foi escolhida para desenvolver soluções para a alimentação pelos próximos três anos.

"O projeto Ligue os Pontos já aplica alguns aspectos da visão de uma **economia circular** dos alimentos", afirma Fundação



**LIGUE
OS
PONTOS**

**Bloomberg
Philanthropies**

CONEXÃO

PODER PÚBLICO E ATORES DA SOCIEDADE CIVIL

Projeto estabeleceu parcerias para capacitar empreendedores da zona sul rural e discutir ações em andamento no território. Encontro com a ONU visa recuperar ambientalmente a região.

ADE SAMPA, Casa de Agricultura Ecológica e Secretaria do Verde e Meio Ambiente são parceiros do Projeto

CAPACITAÇÃO

ENTREGA DE CERTIFICADOS ORGÂNICOS

13 agricultores de Parelheiros receberam certificados de orgânicos e poderão vender seus alimentos para todo o Brasil

Comércio pode ser feito com **supermercados, lojas, restaurantes, hotéis e em feiras livres.**

INDÍGENAS

CADASTRAMENTO FLORÍSTICO DE TERRA GUARANI

O Projeto vai cadastrar a produção agrícola das aldeias guaranis para subsidiar possíveis ações nos locais

Território de **15.969** hectares é residência de aproximadamente **1.200** indígenas de etnia Guarani Mbyá

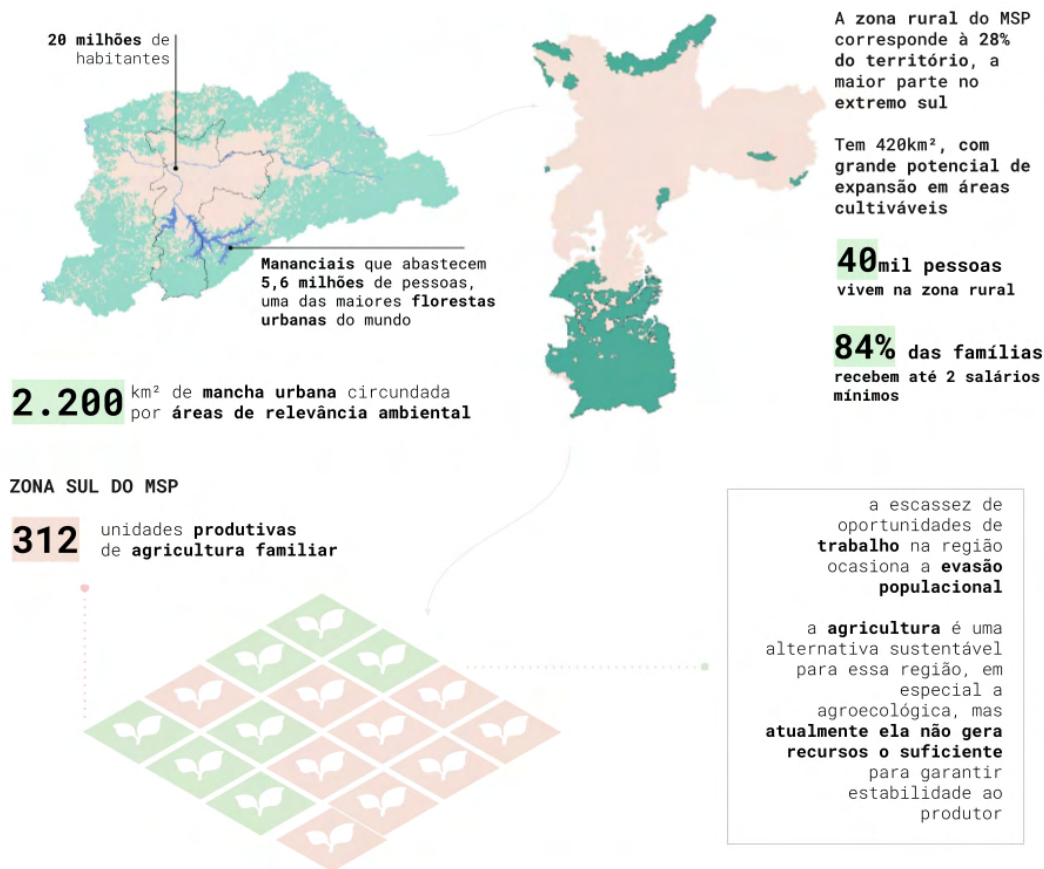


Imagem 20. Folder de divulgação do balanço do projeto Ligue os Pontos. Disponível em:

<<https://ligueospontos.prefeitura.sp.gov.br/projeto/>> Acesso em 10/11/2022

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO (RMSP)

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (MSP)



AO MESMO TEMPO HÁ UMA CRESCENTE DEMANDA POR PRODUTOS SAUDÁVEIS

Oportunidades como essa não são acessadas pelos pequenos produtores locais devido à **dificuldades na produção e comercialização** e no **acesso à informação**



70%

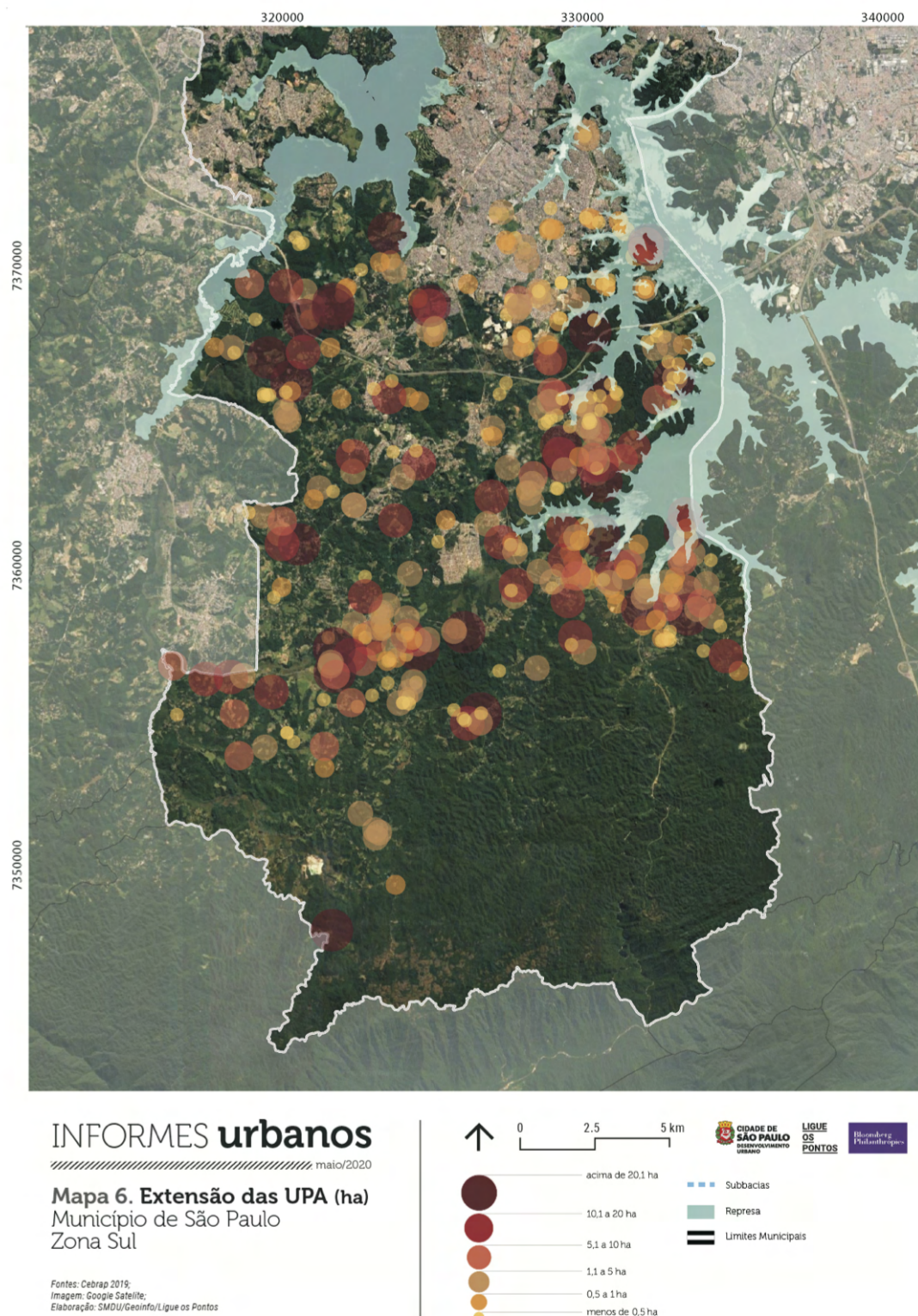
dos **alimentos consumidos** no país provém da **agricultura familiar**

2 milhões

é o número de refeições diárias da merenda escolar é a lei federal determina que 30% das compras devem ser de agricultura familiar

Imagem 21. Folder de divulgação do projeto Ligue os Pontos. Disponível em:

<<https://ligueospontos.prefeitura.sp.gov.br/projeto/>> Acesso em 10/11/2022



Mapa 6. Extensão das UPAs (ha), Município de São Paulo, Zona Sul. Realização: Projeto Ligue os Pontos. Extraído do Relatório do Projeto Ligue os Pontos.

